



Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Economia e Gestão Aplicadas

Área de especialização | Economia e Gestão para Negócios

Dissertação

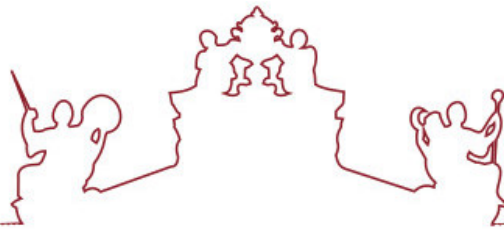
**Identificar soluções para diminuir a dependência económica
externa de São Tomé e Príncipe**

Wadson Evaristo Ceita da Cruz

Orientador(es) | Pedro Damião Henriques
Maria Raquel Lucas

Évora 2020





Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Economia e Gestão Aplicadas

Área de especialização | Economia e Gestão para Negócios

Dissertação

**Identificar soluções para diminuir a dependência económica
externa de São Tomé e Príncipe**

Wadson Evaristo Ceita da Cruz

Orientador(es) | Pedro Damião Henriques
Maria Raquel Lucas

Évora 2020



A dissertação foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Ciências Sociais:

Presidente | Carlos Alberto Marques (Universidade de Évora)

Vogais | Manuel Couret Branco (Universidade de Évora) (Arguente)
Maria Raquel Lucas (Universidade de Évora) (Orientador)

Dedicatória

Foi pensando no país que executei este trabalho, por isso dedico este trabalho a todos aqueles a quem esta pesquisa possa ajudar de alguma forma na edificação de um desenvolvimento económico sustentável.

Resumo

O subdesenvolvimento patente da sociedade de São Tomé e Príncipe (STP), apesar de várias ajudas externas recebidas dos diversos parceiros é um motivo de preocupação. Contra todas as expectativas positivas, à medida que o tempo passa, a ajuda externa tem aumentado, assim como a dívida pública e o défice da balança comercial, as condições de vida da maioria dos santomenses não melhora, a pobreza faz parte do quotidiano e a dependência da ajuda externa agrava-se. Esta alta dependência, que tem dado lugar a subserviência do estado em relação aos doadores, retira ao governo a possibilidade de pôr em marcha os seus programas, ter a sua própria iniciativa, uma vez que é necessário obedecer aos programas definidos pelos organismos internacionais. Este trabalho, onde inicialmente se fez um diagnóstico da situação atual, teve como objetivo identificar soluções concretas a serem implementadas para diminuir a dependência de STP às ajudas externas. Para atingir este objetivo, foi seguida uma metodologia qualitativa, com recurso a entrevistas semiestruturadas a um conjunto de atores chave. Os resultados, por um lado, comprovam uma forte dependência externa da economia e mostram a perceção dos entrevistados da sua importância e evolução temporal e sectorial. Por outro, permitem identificar soluções concretas e sustentáveis, sobretudo nos sectores produtivo e de infraestruturas, mas, também no social e de governação, a empreender ou a continuar, que, desde que bem planeadas e avaliadas e exista estabilidade política, podem vir a reduzir o nível de dependência externa do país no futuro.

Palavras-chave: Economia, desenvolvimento, ajuda externa, dependência, soluções sustentáveis.

Abstract

The obvious underdevelopment of São Tomé and Príncipe (STP) society, despite the various external aid received from the various partners, is a cause for concern. Against all positive expectations, as time goes by, foreign aid has increased, as well as public debt and the trade deficit, the living conditions of most São Toméans do not improve, poverty is part of everyday life and dependence on foreign aid worsens. This high dependency, which has given rise to the subservience of the state in relation to donors, removes from the government the possibility of starting its programs, having its own initiative, since it is necessary to obey the programs defined by international organizations. This work, which initially made a diagnosis of the current situation, aimed to identify concrete solutions to be implemented to reduce the dependence of STP on external aid. To achieve this goal, a qualitative methodology was followed, using semi-structured interviews with a set of key actors. The results, on the one hand, prove a strong external dependence on the economy and show the interviewees' perception of its importance and temporal and sectoral evolution. On the other hand, they allow the identification of concrete and sustainable solutions, especially in the productive and infrastructure sectors, but also in the social and governance sectors, to be undertaken or to continue, which, provided that they are well planned and evaluated and that there is political stability, may reduce the country's level of external dependence in the future..

Keywords: Economy, development, foreign aid, dependence, sustainable solutions.

Agradecimentos

Neste longo percurso como é o de um trabalho de investigação, quero agradecer a todas as pessoas que de uma forma ou de outra, contribuíram para a sua concretização.

Aos meus orientadores, Pedro Damião de Sousa Henriques e Maria Raquel David Pereira Ventura Lucas, pela disponibilidade, a rapidez no feedback, intervenções pertinentes e decisivas.

Aos meus professores, pelos ensinamentos que foram cruciais para a realização deste trabalho final.

Aos meus amigos e familiares por me compreenderem e me terem dado sempre uma palavra de encorajamento, um apoio sem o qual este caminho teria sido mais difícil de percorrer.

ÍNDICE

Índice de Figuras	9
Índice de Tabelas.....	10
Listagem de Abreviaturas e Siglas.....	11
CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Enquadramento e Justificação da Escolha do Tema.....	12
1.2 Motivação.....	13
1.3 Problema e Questão de Investigação	13
1.4 Objetivos Geral e Específicos.....	14
1.5 Metodologia	15
1.6 Organização do Trabalho	15
CAPÍTULO 2 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	17
2.1 Teoria da Dependência.....	17
2.1.1 Vertente Marxista da Dependência	20
2.1.2 Teoria da Modernização	24
2.1.3 Principais Críticas à Teoria da Dependência	28
2.2 Dependência Externa, Subdesenvolvimento e Crescimento Económico	29
2.2.1 Dependência e Subdesenvolvimento.....	29
2.2.2 Crescimento Económico, Industrialização e Subdesenvolvimento.....	33
2.2.3 Crescimento Económico e Ajuda Externa	35
2.3 Soluções Encontradas e Estudos sobre Dependência Externa	40
2.3.1 O Pensamento da CEPAL.....	40
2.3.2 Síntese de Alguns Estudos Realizados sobre a Temática	42
CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA	47
3.1 Problema, Questão e Objetivos de Investigação.....	47
3.1.1 Revisão da Literatura	48
3.2 Abordagens, Finalidade e Procedimentos de Investigação	49
3.3 Área de Estudo, População e Amostra	53
3.4 Métodos e Instrumentos de Recolha de Dados.....	55
3.4.1 Entrevista	56
3.4.2 Recolha de Dados.....	57
3.5 Tratamento e Análise dos Dados	58
CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DE RESULTADOS	60
4.1 O País em Termos Geográficos, Económicos e Sociais	60

4.2 Caracterização dos Entrevistados	62
4.3 Dependência Económica Externa Temporal	64
4.3.1 Período 1975 a 2000	64
4.3.2 Período 2000 a 2020	65
4.3.3 Previsão Pós 2020	67
4.3.4 Valoração dos três períodos pelos entrevistados	68
4.4 Dependência Económica Externa por sectores	69
4.4.1 Percepção dos diferentes sectores pelos entrevistados	69
4.4.2 Valoração dos diferentes sectores pelos entrevistados.....	79
4.5 Alocação Interna dos Fundos na Dependência Económica Externa	84
4.5.1 Período temporal 1975 a 2000	84
4.5.2 Período 2000 a 2020	85
4.5.3 Previsão Pós 2020	86
4.5.4 Valoração dos três períodos pelos entrevistados	88
4.5.5 Valoração dos diferentes sectores pelos entrevistados.....	88
4.6 Setores Promissores para Atenuar a Dependência Externa	92
4.7 Soluções para Reduzir a Dependência Externa.....	96
4.8 Recomendações para Reduzir a Dependência Externa	102
CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
5.1 Conclusões.....	106
5.2 Dificuldades e Limitações do Estudo	109
5.3 Recomendações para Trabalhos Futuros.....	110
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	111
ANEXO	119
Guião da Entrevista	119

Índice de Figuras

Figura 1 – Fases da Revisão Sistemática da Literatura Propostas por Levy e Ellis.....	49
Figura 2 – Arquipélago de São Tomé e Príncipe	60
Figura 3 – Valor Atribuído à Situação de Dependência Económica Externa de STP	69
Figura 4 – Valor Atribuído à Situação de Dependência Económica Externa no Sector Social	81
Figura 5 – Valor Atribuído à Situação de Dependência Económica Externa no Sector Produtivo.....	82
Figura 6 – Valor Atribuído à Situação de Dependência Económica Externa no Sector de Infraestruturas	83
Figura 7 – Valor Atribuído à Situação de Dependência Económica Externa no Sector de Governação	83
Figura 8 – Valor Atribuído à Alocação Interna dos Fundos Externos para Atenuar a Dependência Económica por Período Temporal.....	88
Figura 9 – Valor Médio Atribuído aos Programas de Ajuda Externa no Sector Social...89	
Figura 10 – Valor Médio Atribuído aos Programas de Ajuda Externa no Sector Produtivo.....	90
Figura 11 – Valor Médio Atribuído aos Programas de Ajuda Externa no Sector de Infraestruturas	91
Figura 12 – Valor Médio Atribuído aos Programas de Ajuda Externa no Sector da Governação	92
Figura 13 – Valor Médio Atribuído aos Sectores Mais Promissores para Atenuar a Dependência Externa	93
Figura 14 – Valor médio atribuído aos Sectores Sem Necessidade de Ajuda Externa ...94	
Figura 15 – Valor médio atribuído aos Sectores com Necessidade Absoluta da Ajuda Externa	94

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Comparação das Características dos Métodos Qualitativo e Quantitativo ..	50
Tabela 2 – Amostra Usada para Realização das Entrevistas.....	55
Tabela 3 - Dimensão Territorial do País por Distrito	61
Tabela 4 - Caracterização dos Entrevistados	63
Tabela 5 – Diagnóstico da Situação de Dependência no Período 1975-2000	65
Tabela 6 – Diagnóstico da Situação de Dependência no Período 2000-2020	66
Tabela 7 – Diagnóstico da Situação de Dependência no Período após 2020	68
Tabela 8– Diagnóstico da Situação de Dependência Económica Externa por Sector.....	80
Tabela 9 - Percepção dos Entrevistados da Alocação Interna dos Fundos Externos no Período 1975-2000.....	85
Tabela 10 - Percepção dos Entrevistados da Alocação Interna dos Fundos Externos no Período 2000-2020.....	86
Tabela 11 - Percepção dos Entrevistados da Alocação Interna dos Fundos Externos no Período após 2020	87
Tabela 12 - Soluções Sustentáveis para Reduzir a Dependência no Curto Prazo.....	96
Tabela 13- Soluções Sustentáveis para Reduzir a Dependência no Longo Prazo	100
Tabela 14 - Recomendações para Reduzir a Dependência.....	103

Listagem de Abreviaturas e Siglas

BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CEPAL	Comissão Económica para a América Latina e o Caribe
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
FMI	Fundo Monetário Internacional
PALOP	País Africano Língua Oficial português
PIB	Produto Interno Bruto
ONU	Organização das Nações Unidas
RAP	Região Autónoma do Príncipe
RNB	Rendimento Nacional Bruto
STP	São Tomé e Príncipe
ST	São Tomé

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

Este capítulo inicial, introduz o tema em pesquisa, nomeadamente, o seu enquadramento e justificação, a motivação da sua escolha, o problema e a questão de investigação, a definição dos objetivos, geral e específicos, a síntese da metodologia utilizada e a estrutura da dissertação.

1.1 Enquadramento e Justificação da Escolha do Tema

As ilhas de São Tomé e Príncipe (STP) estão situadas no Oceano Atlântico, concretamente no Golfo da Guiné a aproximadamente 300 km da Costa Ocidental Africana sobre a linha imaginária do Equador. As duas ilhas e cerca de uma dezena de ilhéus e rochedos do Arquipélago, estendem-se por 1001 km², formadas a partir de erupções vulcânicas sobre as plataformas submarinas (STP Digital, 2012).

Segundo os dados oficiais do Instituto Nacional de Estatísticas (INE, 2015), a população total do país eleva-se em 2015, a 194.006 habitantes, dos quais, um pouco mais de 50% são mulheres e os menores de 25 anos de idade representam mais 62%. A taxa de crescimento natural da população era de 2,76% em 2014.

A economia santomense, à semelhança dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID), é fortemente penalizada pela insularidade do país, pela sua fragilidade, por limitados recursos e pela fraca capacidade de absorção. Perante tal situação, é fortemente vulnerável aos choques exógenos e a uma forte dependência da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) que financia mais de 90% das despesas de investimento (em média, 93,6% no período 2012-2015). O sector terciário, amplamente informal, representa cerca de 60% do PIB, empregando 60% da população ativa, enquanto os setores primário e secundário contribuem cada um com 20% do PIB, segundo os dados os mais recentes (Step In London, 2015).

Neste contexto, urge encontrar soluções que possam ser sustentáveis, para diminuir a dependência do país e incrementar o crescimento económico, sendo este o propósito da presente pesquisa por se considerar que o desenvolvimento económico não deve ser uma questão a debater exclusivamente ao mais alto nível entre o governo e a comunidade internacional mas, também, a nível académico e científico. Dado o cenário de insucessos no processo de desenvolvimento, realizado através de vários programas de ajuda externa, alguns dos quais pouco ajustados à realidade do país e pontuais. considera-se este estudo importante pela informação produzida, geradora de conhecimento relevante para identificar as soluções sustentáveis a empreender, ajustadas ao contexto sociocultural e económico e às necessidades do país, que possam redinamizar e revitalizar a economia e torná-la menos dependente.

1.2 Motivação

As motivações são de diversa natureza, para além do propósito de concluir com êxito o curso de mestrado e obter o grau de mestre em Economia e Gestão Aplicadas, com a especialização de Economia e Gestão para Negócios. Enquanto gestor e santomense, para além da preocupação com a dependência externa em cerca de 90%, há a convicção de que existe potencial no país, em alguns sectores, para a atenuar ou reduzir. Este é outro dos motivos que levam à escolha do tema e ao desenvolvimento da investigação. Também, porque se espera e deseja obter resultados com este trabalho que permitam, de forma sustentada, ter argumentos, para apoiar o desenvolvimento de ações que possam ajudar o desempenho da organização empregadora (PNUD) e o desempenho profissional individual. Finalmente, porque no futuro, quando aparecer a ocasião, há interesse em realizar uma candidatura a consultor nacional no domínio de crescimento sustentável.

1.3 Problema e Questão de Investigação

STP(STP) registou alguns progressos em matéria de indicadores de desenvolvimento (IDH). Mas as suas vulnerabilidades, relativamente aos choques externos, à sua grande dependência da ajuda pública ao desenvolvimento e, a fragilidade do seu ambiente e

tecido económico, constituem ameaças sérias ao seu estatuto de país de rendimento intermédio (ONU, 2017).

STP ocupa a 143ª posição, entre 187 países, no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), tendo este IDH vindo a evoluir de forma positiva, com uma taxa de variação média anual de 0,68%. Em termos do ambiente de negócios, STP ocupa a 166ª posição entre 183 países, de acordo com o *Doing Business* (ONU, 2017). Segundo esta mesma fonte, valores divulgados pelo Banco Mundial (BM) indicam um Produto Interno Bruto (PIB) de STP da ordem de US\$ 1.410, o que o coloca na posição inferior dos países de rendimento intermédio. Tendo registado uma tendência positiva, relativamente ao seu crescimento económico, a taxa média de evolução do PIB foi de 4%, durante o período de 2010 a 2014. Segundo as projeções do FMI o PIB vai oscilar entre 5% e 9%, no período de 2015 a 2020 (ONU, 2017).

Face a esta situação, a questão crítica e o problema que se coloca é o de identificar as opções possíveis para diminuir a dependência externa e melhorar a balança comercial do país, que é muito deficitária. Deste modo, a questão de investigação subjacente ao presente estudo é a seguinte: *Que soluções sustentáveis existem para diminuir a dependência económica externa de STP?*

1.4 Objetivos Geral e Específicos

Definidos o problema e a questão subjacente à presente de investigação, foram formulados os objetivos geral e específicos. O objetivo geral foi o de identificar soluções concretas e sustentáveis a serem implementadas para diminuir a dependência de STP às ajudas externas.

Contribuem para o objetivo geral, os seguintes objetivos específicos:

- ❖ Diagnosticar a situação relativamente à dependência externa, por períodos temporais e sectores;
- ❖ Identificar a atual situação da alocação dos fundos por horizonte temporal e sector;
- ❖ Identificar os sectores que mais contribuem e mais diminuem esta dependência;
- ❖ Conhecer os sectores mais promissores para atenuar a dívida externa;

- ❖ Identificar as soluções percebidas como mais promissoras e sustentáveis para diminuir essa ajuda externa e a forma de as implementar;
- ❖ Reconhecer as situações e sectores onde a ajuda externa é indispensável ao país;
- ❖ Fazer recomendações tendentes a reduzir a dependência externa, a médio e longo prazo.

1.5 Metodologia

Com vista a atingir os objetivos traçados, optou-se por uma metodologia qualitativa quanto à abordagem e a uma pesquisa aplicada, de natureza exploratória e descritiva quanto aos objetivos e documental, bibliográfica e de campo quanto ao delineamento, que permitiu gerar conhecimentos dirigidos à solução do problema.

A informação usada foi obtida de fontes primárias e secundárias. As primeiras incluíram a realização de entrevistas semiestruturadas, utilizando o método de comunicação, para identificar e propor as soluções a serem implementadas para diminuir a dependência de STP às ajudas externas e, a segunda, a análise de artigos científicos, estudos, livros, relatórios, teses de mestrado e doutoramento, análise de documentos oficiais e estatísticas, entre outros.

1.6 Organização do Trabalho

A presente dissertação está organizada em cinco capítulos conforme se segue:

O **Capítulo 1** integra o enquadramento e justificação da escolha do tema, o problema e a definição dos objetivos de investigação, a metodologia e a organização da dissertação.

O **Capítulo 2** corresponde à revisão da literatura de artigos científicos, relatórios e outros estudos e publicações consideradas relevantes, de enquadramento teórico à temática da teoria da dependência e do crescimento económico em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento.

O **Capítulo 3** é constituído pela metodologia aplicada no desenvolvimento da investigação, nomeadamente, o percurso seguido, as fontes e o instrumento usados na recolha de dados, seu tratamento e análise.

O **Capítulo 4** apresenta os principais resultados obtidos e correspondente análise e interpretação dos mesmos é apresentada no capítulo 2.

O **Capítulo 5** contempla as considerações finais que incluem as conclusões, as principais limitações encontradas no desenvolvimento do estudo e as pistas de investigação futura.

CAPÍTULO 2 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Este capítulo corresponde à revisão da literatura de artigos científicos, relatórios e outros estudos e publicações consideradas relevantes, de enquadramento à temática da teoria da dependência, incluindo a versão marxista e modernista, do crescimento económico e industrialização na situação de subdesenvolvimento e, da ajuda externa, assim como as principais críticas à teoria da dependência. Algumas soluções e estudos empíricos considerados relevantes são ainda revistos e apresentados no final do capítulo.

2.1 Teoria da Dependência

Historicamente, a dependência económica está ligada ao imperialismo e à expansão capitalista da Europa Ocidental, esta última, principalmente resultante das contradições internas do capitalismo na Europa, a que Lenine (1917) chamou de crises de rentabilidade, que se refletiram na redução da capacidade de consumo, da crescente produção em massa de bens e, do aumento do custo do trabalho e das matérias-primas (Jackson, Better & Boroh, 2016). Estas crises de rentabilidade exigiram a expansão económica no estrangeiro para abrir novas regiões para investimentos, o que, por sua vez, garantiu, uma fonte barata de matérias-primas, o acesso a mão-de-obra estrangeira de baixo custo e a entrada em novos mercados de consumo globais (Jackson, Better & Boroh, 2016, p.3).

A teoria da dependência, surgida no final da década de 1950, em resposta a preocupações do hiato entre países ricos e pobres onde o crescimento económico nos países industrializados avançados não induziu crescimento nos países mais pobres (Ferraro, 2008). Desta forma, é, em grande parte, um modelo de desenvolvimento económico e social que explica a sujeição das sociedades pobres às sociedades ricas (Zaman & Yaseen, 2017). Para Ferraro (2008), estudos realizados pela equipa de Raúl Prebisch, o então diretor da Comissão Económica das Nações Unidas para a América

Latina (UNECLA) mostram que, para além da atividade económica nos países avançados não beneficiar os países mais pobres, geralmente resulta em sérios desafios económicos para esses países. Por esta razão, a teoria da dependência tem sido uma ferramenta importante para analisar o desenvolvimento e o subdesenvolvimento na economia política internacional (Namkoong, 1999).

Apesar da muita literatura e revisão dessa literatura sobre o tema (Dietz, 2016), existem divergências intelectuais entre os teóricos da dependência, não existindo uma teoria unificada da dependência (Motolani & Petri, 2017). Ainda assim, é consensual a visão de que o mundo está dividido em duas partes, com os países industrializados no centro e os países subdesenvolvidos na periferia, com relações de troca desiguais, o que Namkoong (1999) considera possa também ocorrer dentro de um país, e que o subdesenvolvimento nos países do terceiro mundo pode estar ligado à expansão do sistema capitalista mundial (Motolani & Petri, 2017).

Ates, Es e Bayraktar (2005, p.6) destacam as seguintes noções, posições e factores distintivos que caracterizam a Teoria da Dependência:

- a) A estrutura da economia mundial e o padrão de relações entre os dois principais grupos de países. Um grupo muito pequeno de países ocidentais avançados, por um lado, chamado Estados centrais, e um grupo muito maior de países subdesenvolvidos que estavam na periferia, chamado Estados periféricos.
- b) A relação de dominação e exploração por parte dos poucos países centrais, e de aquiescência e dependência desamparada por parte dos muitos países periféricos. Gradualmente, a dependência passou a ser vista como muito mais do que o comércio externo, incluindo a dependência política, cultural, tecnológica e financeira.
- c) As opções políticas e medidas restritivas adotadas pelos países industrializados que, necessariamente induziram o seu desenvolvimento, mas, conduziram ao subdesenvolvimento, em distintas escalas de dependência, em países subordinados. Ou seja, o desenvolvimento nos países capitalistas avançados não significa automaticamente desenvolvimento para os países subdesenvolvidos a eles associados.

- d) Factores internos ao país periférico que, para além dos factores externos, acrescentam uma dependência tanto mais forte neste, quanto maior a sua importância ou impacto sobre a economia, a sociedade e o sistema político e que, muitas vezes, são usados em benefício dos países centrais.

Para Sayigh (1991, citado por Ates, Es e Bayraktar, 2005, p.6), os factores internos anteriormente mencionados, são, basicamente de natureza estrutural, nomeadamente, relacionados com a estrutura e as relações de classe, grupos de interesses constituídos e, instituições concebidas para servir os poderosos, os ricos e os influentes. Desta forma, a Teoria da Dependência combina elementos da perspectiva neomarxista com a teoria económica de Keynes (Reyes, 2001, citado por Ates, Es e Bayraktar, 2005, p.6).

Para Lall (1975, p.9), a convergência da teoria da dependência com a perspectiva neomarxista de desenvolvimento e também com a dos marxistas clássicos sobre o imperialismo, reside na consideração de que dependência bloqueia ou inibe o crescimento económico em países em desenvolvimento. Segundo este mesmo autor, enquanto Marx e Engels acreditavam que nas fases finais do capitalismo o "modo de produção burguês" seria espalhado pelas nações atrasadas, Lenine argumentou que o capitalismo espalharia a industrialização para as LDCs. Grande parte da teorização neomarxista, começando por Baran e aprofundada por Frank, preocupou-se em demonstrar que, por um lado, o processo histórico do crescimento capitalista não é repetível e, por outro, a dependência é incompatível com o desenvolvimento (Lall, 1975). Para o autor, a visão de dependência das possibilidades de crescimento pode ser subdividida em três categorias: i) a posição forte (André Gunder Frank) de que a dependência leva à miséria; (ii) a posição média (precoce Furtado, Sunkel e dos Santos) que se depara com estrangulamentos de mercado e estagnação; e (iii) a posição suave (Cardoso) que sugere a possibilidade de algum crescimento mas, sempre num papel subserviente ou 'marginalizado', e (iv) Imunização. A dinâmica da dependência é vista assim, como uma continuação das formas de exploração "primitiva" que marcaram os estágios iniciais do imperialismo" (Lall, 1975, p.10).

Ake (2002, citado por Jackson, Better & Ebitari, 2016, p.3) afirma que "uma economia é dependente na medida em que a sua posição e relações com outras economias no sistema internacional e a articulação da sua estrutura interna a tornam incapaz de um

desenvolvimento autocêntrico". Em essência, a dependência ecoómica refere-se à falta de capacidade ou incapacidade de um país de controlar os seus processos produtivos de tal forma que a economia desse país depende da economia externa para direção e controle, através de regulamentos e instituições económicas estrangeiras que, direta ou indiretamente, regulam seu crescimento ou expansão (Jackson, Better & Ebitari, 2016, p.3).

Para melhor esclarecimento da diversidade de ideias que constituem a teoria da dependência, em seguida apresentam-se a vertente marxista desta teoria e a teoria da modernização.

2.1.1 Vertente Marxista da Dependência

Para Amin (2017), que se identifica com a escola do materialismo histórico global ou o marxismo entendido como um sistema global, não existe uma teoria unificada da dependência, mas três escolas de pensamento que partilham algumas características fundamentais e diferem em pontos essenciais, sendo estes últimos menos importantes que os elementos comuns. Para este autor, a lei marxista de valor é central e distingue esta escola de pensamento das demais. Na análise de Amin (2017), as principais características da lei mundial de valor assentam no facto do preço da força de trabalho ser distribuído de forma muito mais desigual do que o preço da produtividade do trabalho social.

As outras duas vertentes da dependência são a escola de dependência (também chamada simplesmente de dependência) e a *World Systems School* (Amin, 2017). A escola da dependência é uma escola latino-americana associada a Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos, Andre Gunder Frank, e outros. A *World Systems School* que foi fundada por Immanuel Wallerstein, também integra Giovanni Arrighi.

A escola de dependência foi, de certa forma, uma reação à visão dominante dos partidos comunistas na América Latina na década de 1950. Enquanto os partidos comunistas argumentavam que a América Latina era feudal, ou pelo menos semi-feudal, os estudiosos da dependência argumentaram que estes países latino-americanos eram capitalistas desde o início da colonização e desde a sua integração na economia mundial

nos anos 1500. O problema era que, como eles foram colonizadas, as suas economias foram construídas como uma periferia para o sistema capitalista. Amin (2017), no entanto, argumenta que o século 18 deve ser definido como o período de transição ao capitalismo e que o capitalismo só toma a sua plena forma, com a revolução industrial de Inglaterra e, politicamente, com a revolução francesa. Seja como for, no século XIX, os países da América Latina tiveram muita dificuldade em alcançar os países avançados, devido à natureza do sistema capitalista do qual eles faziam parte.

O problema de Amin (2017) com os teóricos do *World Systems* foi o de sentir que eles tinham uma tendência para explicar os processos nacionais como exclusivamente, ou quase exclusivamente, moldados por tendências. Portanto, atribuem o fracasso das tentativas nacionais de sair para o funcionamento do próprio sistema global. Assim, o sistema global torna-se responsável pelo fracasso da tentativa soviética, da tentativa maoísta, e de todos os regimes populares nacionais da África e da Ásia que saíram da Era Bandung. A conferência de Bandung foi o primeiro encontro em larga escala dos estados asiáticos e africanos, a maioria dos quais recentemente independentes, que teve lugar em 1955 em Bandung, Indonésia. Os objetivos declarados da conferência eram promover a cooperação económica e cultural afro-asiática e opor-se ao colonialismo ou neocolonialismo por qualquer nação.) Amin (2017), em contraste, argumenta que há dialética entre os efeitos do sistema global e as lutas de classe nacional local. Não se pode reduzir estas três escolas (dependência, teorias de sistemas mundiais, materialismo histórico global) a uma. No entanto, é possível identificar pontos em comum nestas três vertentes. Primeiro, todas consideram o capitalismo como algo que sempre foi global. Dentro destas teorias, a globalização não é algo novo, mas algo imanente ao capitalismo. Em segundo, compartilham a ideia de que o capitalismo global sempre foi polarizador e que nunca permitiu aos países alcançar os mais avançados. Em vez de convergência, tem havido uma polarização entre os centros e as periferias, levando a um vocabulário comum em todas as três vertentes teóricas relacionado aos conceitos de núcleo e periferia.

Outro ponto em comum entre as três vertentes da dependência é a oposição a economia ortodoxa. A análise é fundamentada na história global e nas interações entre as economias do mundo, enquanto que a Economia tende a ser confinada ao que

acontece dentro dos limites do Estado. Na economia ortodoxa, a economia é suposta ser relativamente autónoma e pode ser analisada separadamente da economia global. Amin (2017) argumenta que todos os países, Estados Unidos, Alemanha, Congo, China, Egipto, deve começar do ponto de vista global e depois descer para a expressão da globalização operando a nível nacional. O referido autor considera a Economia ortodoxa muito ingénua, pois pressupõe que os países pobres podem alcançar os países avançados se forem espertos o suficiente e simplesmente tiverem a vontade para fazer. Esta visão - de que a globalização pode ser boa para todos ignora completamente a tendências polarizadoras da globalização (Amin, 2017).

Outros teóricos da dependência, como Raul Prebisch (1950-1960), embora concordem com a teoria clássica e também a neoclássica, no que respeita ao comércio exterior ser benéfico para ambas as partes envolvidas (importador e exportador), numa lógica de "custos comparativos" e "vantagens comparativas", também discordam destas teorias pelos seguintes motivos (Ates, Es & Bayraktar, 2005, p.5):

- a) A natureza estática da análise. Os países ocidentais avançados continuariam a comprar produtos primários dos países do Terceiro Mundo e a exportar produtos manufacturados. Esse padrão de produção e troca não era aceite pela escola da dependência pela convicção deste ser imposto aos países numa relação desigual (militar, política, económica, financeira e tecnológica) entre os países industrializados avançados e os países subdesenvolvidos - especialmente sob a influência do colonialismo. Os factores importantes como a tecnologia, os recursos financeiros, as competências laborais, a abertura de mercados e as políticas, poderiam sofrer alterações substanciais e afectar a situação para se tornar dinâmica.
- b) Análise empírica. Os economistas neoclássicos argumentavam que os países subdesenvolvidos eram os beneficiários do comércio, porque tornavam os seus produtos menos dispendiosos e menos caros de produzir. Isso, lhes proporcionaria mais recursos financeiros para investir internamente ou ainda importar mais bens para o mesmo volume de exportações. Esta assunção foi contestada pelos teóricos da dependência, por a sua pesquisa ter mostrado que os países subdesenvolvidos não estavam a beneficiar dos avanços tecnológicos

- e da queda dos custos de fabrico, e que a estrutura dos mercados fornecedores, e o desequilíbrio de poder a favor do fornecedor, permitiam a este último reter o fruto dos ganhos tecnológicos e das poupanças obtidas nos custos de fabrico.
- c) Uma terceira insatisfação com as análises clássicas foi que a lógica desta análise sugeria que os países subdesenvolvidos permaneceriam subdesenvolvidos ou, na melhor das hipóteses, desenvolver-se-iam muito lentamente, enquanto os desenvolvidos avançavam muito mais rapidamente e tornavam-se muito mais ricos. A relação causal directa entre o comércio externo e o crescimento económico, tal como a análise neoclássica o viu, era muito contrária a esta visão (Raghavan, 1994 citado por Ates, Es & Bayraktar, 2005, p.5).

Segundo Nordhaus (1999), em muitos países em vias de desenvolvimento, o problema mais premente é o reduzido nível de poupança, verificando-se, em regiões mais pobres, o consumo corrente ser oponente ao investimento, na disputa pelos recursos escassos. Em consequência, o investimento em capital produtivo é diminuto ou nulo assim como o progresso económico que dele depende.

Não sendo uma reação crítica ao pensamento neoclássico nem ao marxismo ortodoxo, o neo-marxismo surgiu como uma prática e realidade política dos partidos comunistas latino-americanos, decorrente da crítica central que faziam ao pensamento de Marx não ser relevante para o capitalismo do século XX, face às muitas mudanças nas relações de poder e orientação de classe entretanto ocorridas (Raghavan, 1994 citado por Ates, Es & Bayraktar, 2005). Segundo este autor, para além dos fatores económicos, os fatores não económicos que afetavam o desenvolvimento e o crescimento, eram considerados também significativos em muitos casos. Como referido por Sayigh (1991, p.58, citado por Ates, Es e Bayraktar, 2005, p.6) "*Isto envolveu o recurso a uma perspectiva histórica e à estrutura e conteúdo das relações entre os países industrializados capitalistas e os países subdesenvolvidos que se encontram na fase feudal ou algures entre feudalismo e capitalismo. Uma característica predominante desta relação foi a pilhagem pelo poder colonial do excedente económico gerado no país colonizado*".

A insatisfação com a situação dos países da América Latina está na base das várias contribuições intelectuais deste continente, entre as quais, as de um grupo liderado por Raul Prebisch nos anos 50 e um ensaio produzido por Cardoso e Faletto em meados dos

anos 60, para a Teoria da Dependência. Os pesquisadores em questão, tentaram entender os motivos subjacentes ao facto de, após 200 anos de intercâmbio político, económico e cultural generalizado com a Europa e os Estados Unidos, o grau de "subdesenvolvimento" da América Latina em relação aos países industrializados avançados havia mudado tão pouco (Cardoso & Faletto, 1979, citados por Ates, Es e Bayraktar, 2005, p.2). Para os mencionados autores, a teoria da dependência transformou-se numa crítica à teoria da modernização, desenvolvida sobretudo nos Estados Unidos em cuja base estava a teoria neoclássica do desenvolvimento, suportada em crescimento.

2.1.2 Teoria da Modernização

Os autores Ates, Es e Bayraktar (2005, p.3) afirmam ser possível identificar alguns pontos em comum entre as teorias da modernização e da dependência, embora existam conflitos em vários aspectos importantes, a saber: "*Um foco de pesquisa sobre a etologia do desenvolvimento do Terceiro Mundo que tem um alto nível de abstração e é focado no processo de desenvolvimento, usando nações-estado como unidade de análise; e o uso de visões estruturais teóricas polares; em um caso, a estrutura é tradição versus modernidade /níveis de níveis sociais, econômicos e políticos dos países desenvolvidos do Ocidente costumavam ser frequentemente perguntados em ambientes acadêmicos*". Subjacente a esta ideia de modernização estava a inevitabilidade do progresso para a modernidade e uma integração com a moderna civilização universal do Ocidente. Esta, sustentava o modo capitalista ocidental de desenvolvimento no progresso universal, unilinear e inevitável, ignorando algumas das principais razões do subdesenvolvimento no Terceiro Mundo, como a colonização e a corrupção (Sayigh, 1991, citado por Ates, Es & Bayraktar, 2005). Ou seja, a perspectiva de modernização assumia que os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento deviam seguir os passos dos países capitalistas ocidentais para terem um nível de desenvolvimento sócio-político e económico semelhante.

Haq (1976, p. 14, citado por Ates, Es & Bayraktar, 2005, p.3) parafraseando Rostow, sustenta que se uma proporção mínima específica do rendimento nacional fosse direcionada para o investimento, tal tornaria possível a graduação numa fase de

arranque do desenvolvimento. O mencionado pesquisador, que assistiu a esta evolução automática em países subdesenvolvidos com diferentes níveis de desenvolvimento e de consumo em massa, afirma não haver um caminho único e que todos os países, desde que satisfaçam as condições de partida, podem atingir o patamar pretendido.

A crítica à teoria da modernização centrou-se em três pontos centrais. Em primeiro lugar, a modernização foi vista pelos seus teóricos como um processo evolucionário e de transição que moveu a uni linearidade e transformou as sociedades do tradicionalismo para a modernidade, por etapas. Em segundo lugar, a modernização significou a adoção de um modelo com valor e aplicabilidade universais mas onde a diferenciação permitida era marginal, o que implicava absolutismo para os traços ou variáveis ocidentais da modernidade. Daí que os traços e características associados ao tradicionalismo (e ao subdesenvolvimento) fossem eliminados se os países do Terceiro Mundo aspirassem a ter a imagem e a substância dos países industrializados ocidentais avançados e a adquirir modernidade. Portanto, a modernidade estava associada ao desenvolvimento, enquanto o tradicionalismo estava associado ao subdesenvolvimento. Em terceiro lugar, uma série de variáveis padrão, como os traços ou características da modernidade versus o tradicionalismo, foram identificadas e atribuídas uma função central na causa do subdesenvolvimento, ou em ser instrumental na condução do desenvolvimento (Sayigh, 1991: 45-46, citado por Ates, Es e Bayraktar, 2005, p.4).

Segundo Reyes, (2001, p.4), citado por Ates, Es e Bayraktar (2005, p.4) seria possível identificar alguns pontos em comum entre as teorias da Modernização e da Dependência, embora ainda permaneçam em conflito em vários aspectos importantes: *"Um foco de pesquisa sobre as circunstâncias de desenvolvimento do Terceiro Mundo; uma metodologia que tem um alto nível de abstração e é focada no processo de desenvolvimento, usando nações-estado como unidade de análise; e o uso de visões estruturais teóricas polares; num caso a estrutura é tradição versus modernidade / modernização, no outro é núcleo versus dependência da periferia"*.

Tavares (1964), citado por Martins (2004, p.7), no seu livro clássico da substituição de importações ao capitalismo financeiro, afirma o esgotamento do modelo de substituição de importações, mas não do capitalismo na América Latina. Para Tavares

(1964, citado por Martins, 2004, p.7), a partir do terceiro período da substituição de importações, surgido desde 1954, o crescimento do produto industrial exige altas taxas de formação de capital que somente puderam ser obtidas com as entradas de capital estrangeiro ou por meio do incremento do poder de compra das exportações. Para alcançar uma melhoria nas relações de troca era necessário resolver o problema da absorção da mão-de-obra excedente e diversificar as exportações incorporando crescentemente produtos manufaturados. Tavares, 1964, citado por Martins (2004, p.12) propõe a reforma agrária para drenar os excedentes de mão-de obra, uma vez que a elevada densidade de capital das tecnologias de produção de bens de capital e de bens duráveis não permitia fazê-lo. A autora atinge o calcanhar de Aquiles do nacional-desenvolvimentismo cepalino, que silenciava diante da questão agrária em razão da necessidade de obter divisas do setor agrícola para financiar a substituição de importações. O novo modelo (Tavares, 1964, citado por Martins 2004, p.12) baseava-se na penetração do capital estrangeiro para saltar os limites de obtenção de divisas estabelecidos pelos saldos comerciais, na reforma agrária para absorver excedentes de mão-de-obra e impulsionar a elevação do valor agregado nacional e numa política externa mais ativa para penetrar no mercado dos países centrais, estabelecer acordos de integração regional e diversificar a pauta exportadora.

Esses impasses do pensamento nacional-desenvolvimentista tornaram-no vulnerável à ofensiva da teoria da modernização que compartilhava, em certa medida, a crítica dos cepalinos à teoria liberal, mas abria o espaço para um papel muito mais ativo do capital estrangeiro no desenvolvimento dos países periféricos. A maior referência na teoria da modernização foi Walt Rostow (Martins, 2004, p.7).

As teorias da modernização, segundo Chase-Dunn (2000, p. 216), citado por Shareia (2015, p.79) sublinham a mudança das tecnologias modernas e para desenvolver instituições e hábitos de trabalho complementares à produção industrial. Eles também consideram o impacto de crenças modernas nas pessoas, nas famílias e na sociedade como um todo.

A Teoria da Modernização trata o desenvolvimento como um processo faseado. Reyes (2001, p. 2) refere-se a Rostow (1962), citado por Shareia, 2015, p. 79) identificando cinco etapas que dão forma à Teoria da Modernização do desenvolvimento:

1. A sociedade tradicional;
2. Pré-condições para a descolagem;
3. Descolagem;
4. O caminho para a maturidade
5. A idade do consumo de massa.

Reyes (2001, p. 2) refere-se a Rostow (1962, citado por Shareia, 2015, p.81), afirmando ser a sociedade tradicional famosa por uma gama limitada de produção., que sofria de uma falsa compreensão das capacidades ambientais e da escassez de tecnologia e ferramentas avançadas, que produziram uma limitação na produção.

Nordhaus (1999) diz que alguns países pobres de África têm recursos naturais fracos e os que possuem têm de ser divididos entre populações enormes. Talvez o recurso natural mais valioso dos países em vias de desenvolvimento seja os terrenos aráveis. Grande parte da população activa nos países em vias de desenvolvimento está empregada na agricultura. Assim, o uso produtivo da terra- com uma conservação e uma fertilização apropriadas-contribui significativamente para o aumento do produto de um país pobre.

Adicionalmente, segundo o referido autor (Nordhaus, 1999), a estrutura da propriedade é essencial para estimular os agricultores a investirem em capital e tecnologias que aumentem a rentabilidade da terra. Se possuem a sua própria terra, os agricultores têm um maior incentivo para fazerem melhoramentos, como os sistemas de rega, e para desenvolverem práticas adequadas de conservação.

Os primeiros passos para o avanço da sociedade tradicional na Europa resultaram de dois acontecimentos importantes que ocorridos após a Idade Média: o desenvolvimento da ciência e das ideologias modernas e da terra subsequente as descobertas que levaram ao aumento do comércio e as lutas competitivas para evitar tornar-se territórios europeus (Rostow 1962, p. 312 citado por Shareia, 2015, p.81). Estes são considerados como representando as condições prévias para a descolagem.

A fase de descolagem parte do surgimento de novas indústrias com a aplicação de novas técnicas industriais, por exemplo, o crescimento dos têxteis de algodão, o corte de madeira e a indústria ferroviária (Rostow 1962, p. 317). O caminho para a fase de maturidade envolve a aplicação generalizada de tecnologia em toda a sua gama. Esta

fase é, na verdade, o tempo de expansão na qual alguns novos campos se transformaram em rivais de setores mais antigos (Rostow 1962, p. 318, citado por Shareia, 2015, p.81).

À medida que uma sociedade reconhece a sua necessidade de maior segurança, bem-estar e lazer para as suas forças de trabalho, avança para idade de consumo de massa. Isto leva à disponibilização de um consumo privado alargado, como é o caso dos bens duradouros, e uma extensão do poder internacional para a nação (Rostow 1962, p. 323, citado por Shareia, 2015, p.81).

Guilhot (2005, p. 120, citado por Shareia, 2015, p.81) reconhece que se um país se muda para a idade de consumo em massa, busca o desenvolvimento, ajuda e apoio externos.

2.1.3 Principais Críticas à Teoria da Dependência

Para Ates, Es e Bayraktar (2005, p.7 e 8), apesar da Teoria da Dependência ter ganho defensores em distintas partes do mundo durante a década de 1970, também se tornou objeto de muitas críticas, entre as quais, as seguintes:

- A primeira linha de críticas da Teoria da Dependência tem se concentrado no fato de que "*esta teoria não fornece evidências empíricas exaustivas para apoiar suas conclusões. Além disso, esta posição teórica utiliza níveis de análise altamente abstratos*" (Reyes, 2001: 5, citado por Ates, Es & Bayraktar, 2005, p.7).
- A segunda linha das críticas acusava a Teoria da Dependência de prestar demasiada atenção ao papel dos laços e relações externas, distraindo a atenção da dinâmica do conflito interno.
- A terceira linha de críticos tem questionado se a Teoria da Dependência ainda tem uma mensagem unificada e coerente atual, levando em conta que reflete as condições e a compreensão dos anos 60, e experimentou várias divisões desde a sua iniciação.
- A quarta linha de críticas à Teoria da Dependência vem de alguns economistas neoclássicos, em número reduzido, que consideravam a dependência uma divisão transitória dos economistas do Terceiro Mundo, mais orientada pela predileção ideológica e/ou baseada em pesquisas questionáveis. Por exemplo, Bauer (Sayigh, 1991, citado por Ates, Es & Bayraktar, 2005, p.7) argumentou que

o único sistema socioeconómico capaz de fomentar o desenvolvimento é o capitalismo (Ele está ocupado com "Os Quatro Pequenos Tigres" no Extremo Oriente, e argumentou que se eles pudessem se desenvolver a partir de um estado de dependência e subdesenvolvimento, outros também poderiam conseguir isso. Se eles seguissem o curso do desenvolvimento capitalista e formassem e implementassem as políticas apropriadas, basicamente por causa de uma relação considerada "dependente" com os países industrializados ocidentais avançados, e não apesar disso, implicitamente significando que o Paradigma da Dependência não pode ser usado para explicar as crises de desenvolvimento, os países subdesenvolvidos poderiam alcançar um certo nível de desenvolvimento (Escobar, 1996; Kueger, 2000, citado por Ates, Es & Bayraktar, 2005, p.4).

- A quinta linha de crítica é que "o movimento de dependência considera os laços com as corporações transnacionais como sendo apenas prejudiciais aos países, quando na verdade esses laços podem ser usados como um meio de transferência de tecnologia. Nesse sentido, é importante lembrar que os Estados Unidos também eram uma colônia, e esse país tinha a capacidade de quebrar o ciclo vicioso do subdesenvolvimento" (Reyes, 2001, citado por Ates, Es & Bayraktar, 2005, p.4).

Em suma, muitos dos que examinaram a literatura sobre dependência concluíram que a análise da dependência não foi capaz de provar cientificamente a sua tese básica e não conseguiu demonstrar que a dependência e o desenvolvimento eram incompatíveis (Reyes, 2002, citado por Ates, Es & Bayraktar, 2005, p).

2.2 Dependência Externa, Subdesenvolvimento e Crescimento Económico

2.2.1 Dependência e Subdesenvolvimento

A dependência pode ser definida como "*uma explicação do desenvolvimento económico de um Estado em termos das influências externas - políticas, económicas e culturais - sobre as políticas nacionais de desenvolvimento*" (Sunkel, 1969, p. 23 e Ferraro, 1996, p. 1, citados por Ates, Es & Bayraktar, 2005, p.2).

Aqui, o termo dependência refere-se a uma dimensão importante da economia política dos países do Terceiro Mundo, nos quais, quer a economia, quer a política são fortemente afetadas pelas relações de dependência com os países ricos ocidentais. A noção de dependência centra-se em relações e laços assimétricos entre nações, pequenos grupos e classes dentro do Terceiro Mundo e entre os do Terceiro Mundo e os do Mundo Ocidental. Noutras palavras, embora a dependência seja vista principalmente entre nações, ela inclui laços mais amplos entre classes e grupos dentro e entre nações que têm interesses comuns (Ates, Es & Bayraktar, 2005, p.2).

Para o Kelter (2018, p.19), a teoria da dependência afirma que a pobreza dos países da região da periferia não se deve ao facto de não estarem integradas ou totalmente integradas no sistema mundial, como é frequentemente defendido pelos economistas do mercado livre, mas pela forma como eles são integrados no sistema.

Os teóricos da teoria da dependência como Frank, Santos, Amin e Furtado sustentam que atualmente as condições económicas e sociopolíticas prevalentes na periferia são as do processo histórico internacional. O sistema global é tal que o desenvolvimento do centro ocorre às custas do periferia. Inicialmente, muitos países da periferia têm sido incorporados no mundo económico desde os primeiros dias de colonialismo. No segundo nível, esses países periféricos têm de tornar-se economias capitalistas através da incorporação ao mundo sistema económico. No terceiro nível, a incorporação de periféricos países na economia mundial levou à "cadeia metrópole-satélite". em que o excedente gerado em cada nível da periferia é de sucessivamente retirado do centro. Como resultado, a periferia é empobrecida e o centro enriquecido (UA, 2017, p.2).

"Com os preços mundiais dos produtos primários da África em níveis historicamente baixos na década de 1980, muitos governos africanos passaram a depender muito fortemente da ajuda externa" (Brown, 1995:340, citado por Kelter, 2018,p.19).

O nacional-desenvolvimentismo surge da crise da hegemonia britânica e de sua divisão internacional do trabalho, que especializava os países centrais em atividades industriais e os países periféricos na produção de mercadorias primário-exportadoras. Essa especialização era legitimada pela teoria das vantagens comparativas formulada por David Ricardo. Segundo esse autor, o comércio internacional era uma forma de maximizar o bem-estar, pois aumentaria a produtividade e desvalorizaria as

mercadorias, conservando, ao mesmo tempo, as rendas. Para isso ocorrer, cada país deveria se especializar na geração das mercadorias em que tivesse maior vantagem comparativa e o comércio entre eles permitiria difundir a cada um os benefícios da maior produtividade do trabalho (Martins, 2004, p.4).

Lenine (op. cit. citado por Jackson, Better & Ebitari, 2016, p.3), exigia a expansão económica no estrangeiro para abrir novas regiões para investimentos, o que, por sua vez, garantirá uma fonte barata de matérias-primas, acesso a mão-de-obra estrangeira barata e acesso a novos mercados de consumo globais.

Este processo culminou com a integração dos países do terceiro mundo até agora autossuficientes no sistema capitalista mundial e com a subsequente exploração e subdesenvolvimento do terceiro mundo. No entanto, por outro lado, este mesmo processo contribuiu para o crescimento do capitalismo industrial no Ocidente, numa tentativa de satisfazer as referidas necessidades à custa do terceiro mundo (Webster 1989:70, citado por Jackson, Better & Ebitari, 2016, p.5). Ao examinar esta dinâmica, Frank (1981, citado por Jackson, Better & Ebitari, 2016, p.5) afirmou que "o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são dois lados diferentes de um processo histórico universal". Para ele, o mesmo processo de expansão capitalista que levou ao desenvolvimento na Europa e na América, levou ao subdesenvolvimento no terceiro mundo ou ao que ele chamou de "desenvolvimento do subdesenvolvimento". Andrew (1989, citado por Jackson, Better & Ebitari, 2016, p.5) e Nkrumah (1965, citado por Jackson, Better & Ebitari, 2016, p.5) delinearam este processo em épocas históricas, nomeadamente: Capitalismo Mercantil (1650-1850); Colonialismo (1850-1960) e Neo-Colonialismo (Pós-independência).

Em sua análise da dependência do terceiro mundo, Frank (1976, citado por Jackson, Better & Ebitari, 2016, p.5) dividiu a economia capitalista mundial em dois grandes componentes: a metrópole e o satélite. Esta tipologia é sinónimo da classificação dos sistemas mundiais de centro e periferia de Wallerstein (1976, citado por Jackson, Better & Ebitari, 2016, p.5). O impulso da teoria da dependência é a posição de que os países do terceiro mundo ou periféricos são subdesenvolvidos e pobres porque a sua economia foi fundida na economia capitalista central através dos processos históricos acima mencionados, deixando-os assim dependentes das economias centrais (Randall &

Theobald 1998, 120, citado por Jackson, Better & Ebitari, 2016, p.5). O sistema econômico mundial capitalista está organizado para garantir uma dominação perpétua da periferia pelo núcleo e dependência da periferia no núcleo, garantindo assim um fluxo contínuo de excedentes econômicos do satélite/periferia para a metrópole/centro (Eme, 2013, citado por Jackson, Better & Ebitari, 2016, p.5).

Em conformidade com os a perspectiva da dependência, Jackson, Better e Ebitari, (2016) sugerem que os períodos de capitalismo mercantil e colonialismo forçaram a especialização da produção nos países do terceiro mundo que era principalmente orientada para a exportação de alcance limitado e orientada para as necessidades de matérias-primas das potências imperiais (Webster 1989). Daí Frank (1976) realça que para evitar que exista uma "cadeia de dependência" a partir dos centros altamente avançados do mundo, uma hierarquia de "metrópoles" com seus "satélites" subordinados através dos quais o excedente econômico é passado para cima dentro de uma nação e depois internacionalmente (Webster, op. cit.). Reforçando isto, Rodney (1972; 2005, citado por Jackson, Better & Ebitari, 2016, p.5), com referência à experiência africana, afirma que "o funcionamento do sistema imperialista tem uma grande responsabilidade do atraso económico africano ao drenar a riqueza africana e ao tornar impossível desenvolver mais rapidamente os recursos do continente e, em segundo lugar, a emergência de uma classe de elite no terceiro mundo, conhecida como compradores que beneficiam da exploração do terceiro mundo, agravou as crises de desenvolvimento dos satélites".

A síndrome da dependência tem várias manifestações no terceiro mundo e, conseqüentemente, Eme (2013, citado por Jackson, Better & Ebitari, 2016, p.5) identificou quatro possíveis mecanismos de dependência mais frequentemente sugeridos na literatura actual sobre dependência e que incluem a exploração através do repatriamento; a cumplicidade da elite; a distorção/desarticulação estrutural; e o mercado vulnerabilidade. As implicações da dependência do desenvolvimento do terceiro mundo são numerosas e uma delas é que, enquanto os países dos centros podem se desenvolver através do autocréscimento, o terceiro mundo, uma vez que eles são dependentes, só pode se expandir se a metrópole dominante se expandir e essa expansão for regulada e controlada pela metrópole, já que qualquer excedente

expandido passará automaticamente do satélite para cima, para a metrópole. Neste contexto, para os teóricos da dependência, o único caminho a seguir é que o terceiro mundo quebre a cadeia de dependência através da qual o excedente é transferido para o Ocidente. Isto deve ser alcançado pela classe trabalhadora do terceiro mundo através de uma revolução socialista que removerá a elite compradora, o elo fraco da cadeia (Webster, 1989:86; Rodney 1972, citado por Jackson, Better & Ebitari, 2016, p.5).

Os rendimentos reduzidos levam a uma poupança reduzida, uma poupança reduzida retarda o crescimento do capital, uma poupança reduzida retarda o crescimento do capital, um capital insuficiente impede a introdução de equipamentos novos e o crescimento rápido da produtividade, uma pequena produtividade leva a rendimentos reduzidos. Há outros elementos da pobreza que se reforçam mutuamente. A pobreza é acompanhada por baixos níveis de educação, de instrução e de qualificação, estes, por seu turno, impedem a adoção de tecnologias novas e melhores e levam ao rápido crescimento da população, que cria obstáculos aos melhoramentos no produto e na produção de alimentos (Nordhaus, 1999, p.544).

2.2.2 Crescimento Económico, Industrialização e Subdesenvolvimento

Uche (1994, p.12) enfatiza que a maioria dos países em África caíram (ou foram seduzidos) numa armadilha de que não há fuga fácil. Além disso, não deve haver dúvida de que as mesmas agências internacionais e as mesmas forças do mercado internacional que agora estão sendo retratados como a 'solução' para seus problemas, foram que contribuiu para os incentivar e financiar ao longo do caminho para a ruína.

Os países africanos estão literalmente presos nas estruturas económicas que foram quase inteiramente construídas com a aprovação do "perito" e com a aprovação internacional entre 1960 e 1980. A maioria destas estruturas tornou-se inviável porque as condições internacionais prevaleceram após meados dos anos 70. Assim sendo, estes países já não ganham quase o suficiente em divisas para cumprir os níveis mínimos de importação necessários para os manter em funcionamento eficaz. A consequente escassez de importações reduziu as taxas de capacidade a utilização, o aumento da

corrupção e a destruição de infraestruturas, o custos de produção e comprometeram ainda mais a viabilidade económica (Uche, 1994, p.12-13).

Os grandes formuladores do pensamento cepalino, em sua fase inicial, foram Raúl Prebisch e Celso Furtado. Eles fizeram um forte ataque ao liberalismo e à teoria das vantagens comparativas, propondo a industrialização como solução para os impasses do desenvolvimento periférico. Essa industrialização seria organizada a partir da liderança do Estado diante da debilidade burguesia nacional para trilhar, por conta própria, os caminhos do empresário schumpeteriano e do desinteresse do capital estrangeiro em industrializar a periferia. Para fazê-lo, o Estado estabeleceria as políticas de substituição de importações. Essas políticas buscavam internalizar a produção industrial de mercadorias que se consumia mediante importação. Tratava-se então de substituí-la pela produção nacional. Para isso seria necessário uma ativa intervenção do Estado no comércio exterior e no controle das divisas obtidas com a exportação, redirecionando seu uso de fonte de importação de produtos de consumo suntuário para o financiamento à industrialização nacional (Martins, 2004, p.7).

Para Martins (2004, p7) a industrialização de substituição de importações era um processo definido em três grandes etapas: a substituição de bens de consumo leves, de bens de consumo duráveis e de bens de produção. Em cada etapa de substituição, liberava a pauta importadora dos produtos que se produzia internamente, criava novas necessidades de importação relacionadas aos insumos necessários para internalizar a produção. O processo caminhava no sentido de uma crescente rigidez das necessidades de importar que se deslocavam dos bens de consumo para os produtos intermediários e os bens de capital. O equilíbrio entre as divisas obtidas com a exportação, oriundas da venda de produtos primários, e os recursos necessários para realizar a importação de maquinarias, bens intermediários e matérias-primas industrializadas, tornava-se extremamente complexo, exigindo uma alta capacidade de planeamento por parte do Estado (Martins, 2004, p.7).

Nordhaus (1999, p.519) diz que a Grã-Bretanha, por exemplo, se tornou líder económico mundial no século XIX ao ser pioneira na Revolução Industrial, com a invenção de máquinas a vapor e do caminho de ferro, e dando uma grande importância à liberdade de comércio. O Japão, pelo seu lado, entrou na corrida do crescimento económico mais

tarde. Começou por imitar tecnologias estrangeiras e proteger as indústrias nacionais das importações e a seguir desenvolveu uma especialização enorme nas indústrias transformadora e electrónica. Ainda que os seus percursos possam ser diferentes todos os países em crescimento rápido têm certos traços em comum. O mesmo processo fundamental de crescimento económico que ajudou a moldar a Grã-Bretanha o Japão está a decorrer actualmente em países como a China e a Índia. De facto, os economistas que têm estudado o crescimento económico têm descoberto que a máquina do progresso económico tem de deslocar-se sobre as mesmas quatro rodas, seja o país rico ou pobre (Nordhaus 1999, p.519).

Estas quatro rodas, ou factores de crescimento, são:

- Recursos humanos (oferta de trabalho, educação, disciplina, motivação);
- Recursos naturais (terra, minerais, combustíveis, qualidade ambiental),
- Formação de capital (máquinas, fábricas, estradas);
- Tecnologia (ciência, engenharia, gestão, iniciativa empresarial).

2.2.3 Crescimento Económico e Ajuda Externa

Segundo Samans (2017, p.7), a eficiência dos mercados e a estabilidade macroeconómica são essenciais para o crescimento económico. O crescimento de uma sociedade como um todo depende do quadro de regras, incentivos, e capacidades institucionais que moldam a qualidade e a equidade da formação do capital humano; nível de investimento; ritmo e amplitude da inovação; eficácia e flexibilidade das protecções dos trabalhadores; cobertura e adequação dos sistemas de segurança social; qualidade e amplitude do acesso à infraestrutura e aos serviços básicos; probidade de negócio e ética política; e amplitude e profundidade do lar construção de activos.

Poverty, Inc., (2014) citado por Kelter, (2018, p.33) enfatiza que os fracasso da caridade tradicional vem de uma imagem falsa e de interpretações erradas. Todos sobre os meios de comunicação social, existe um estigma de que os africanos são desamparados e dependentes. Herman Chinery-Hesse, também conhecido como Bill Gates of Africa, argumenta: "Os africanos não são estúpidos, são apenas desconectados".

Kelter (2018), a falta de conexão com o comércio, inovação e negócios é o que faz com que os países do terceiro mundo lutem. Para sair da pobreza, as pessoas precisam de começar por conta própria. É aqui que o conceito de investimento de impacto se torna tão importante. Bugg-Levine cunhou a frase "investimento de impacto" para descrever um sistema entre o tradicional e o tradicional formas de investimento e caridade. Levine e seu coautor Emerson citado por Kelter (2018, p.33) acreditam que a caridade não é suficiente para resolver o problema da pobreza; há um outro caminho, mais significativo, para prestar ajuda aos países em desenvolvimento, gerando retornos sociais e financeiros.

UA (2017.91), realça que a ajuda externa de acordo com Todaro e Smith é a ajuda internacional de transferência de fundos públicos sob a forma de empréstimos ou subvenções, quer directamente de um governo para outro (assistência bilateral) ou indirectamente através do veículo de uma agência assistente multilateral como a World banco.

UA (2017) definiu ajuda externa, portanto, como qualquer capital para um país em desenvolvimento que cumpra dois critérios:

1. Os seus objectivos não deve ser comercial do ponto de vista do dador, e
2. Deve ser caracterizada por termos não-concessionais, ou seja, o a taxa de juro e o período de reembolso do capital emprestado devem ser mais macio (menos rigoroso) do que as condições comerciais.

O autor UA (2017), sublinha que a ajuda externa é muito importante para a aceleração do crescimento económico e desenvolvimento. A ajuda externa pode ser utilizada pelo país beneficiário em de acordo com os seus programas de desenvolvimento. UA (2017), enfatiza que ajuda externa também pode ser na forma de assistência económica como:

- Investimento na economia do país necessitado,
- Empréstimo,
- Desenvolvimento das infraestruturas,

UA (2017), destaca que ajuda externa pode também assumir a forma de assistência militar, como por exemplo:

- Fornecimento de material militar a preços subsidiados,

- Acordos militares, bilaterais ou multilaterais, soltos ou sólidos ou em pacto de defesa,
- Fornecimento de assistência técnica militar, tal como presença militar, a um país em conflito ou em guerra com outro,
- Subversões militares, golpes, assassinatos, etc.

As conceptualizações da ajuda acima descrevem claramente que a ajuda não é a mesma coisa que o empréstimo. Enquanto a ajuda é mais abrangente e englobando, o empréstimo está embutido na ajuda. Empréstimo é dinheiro ou outro item valioso que uma organização, indivíduo ou país empresta normalmente com juros. A ajuda externa é sucintamente dividida em três grandes categorias, nomeadamente: Bilateral, multilateral e privado UA (2017, p.2).

Por exemplo, (Raul Prebisch citado por Ates, Es & Bayraktar, 2005, p.4) sugeriu que um país deveria tomar medidas económicas e políticas importantes para criar as chamadas "condições de desenvolvimento". Algumas medidas deste tipo são as seguintes:

- Controlar a taxa de câmbio monetária, colocando mais ênfase governamental na política fiscal do que na política monetária;
- Promover um papel governamental mais efetivo em termos de desenvolvimento nacional;
- Criar uma plataforma de investimentos, dando um papel preferencial às capitais nacionais;
- Permitir a entrada de capital externo seguindo prioridades já estabelecidas nos planos nacionais de desenvolvimento;
- Promover uma procura interna mais efetiva em termos de mercados domésticos como base para reforçar o processo de industrialização;
- Gerar uma maior procura interna através do aumento dos salários e vencimentos dos trabalhadores, o que por sua vez afectará positivamente a procura agregada nos mercados internos;

- Desenvolver uma cobertura mais efetiva dos serviços sociais por parte do governo, especialmente para setores empobrecidos, a fim de criar condições para que esses setores se tornem mais competitivos; e
- Desenvolver estratégias nacionais de acordo com o modelo de substituição de importações, protegendo a produção nacional através do estabelecimento de quotas e tarifas nos mercados externos" (Bodenheimer, 1970: 49-53; também citado em Reyes, 2001, citado por Ates, Es e Bayraktar, 2005, p.4).).

Em contrapartida, considera-se que a ajuda externa está significativa e negativamente correlacionada com o crescimento. Existem várias causas subjacentes, tais como a dependência da ajuda, a má gestão económica dos países beneficiários, a corrupção e a má coordenação e cooperação entre as agências de ajuda (Murshed & Khanaum, 2014, p.3).

Murshed e Khanaum (2014) enfatizam que muitos investigadores consideram que a ajuda externa tem um impacto negativo no crescimento. "(Knack citado por Murshed1, Khanaum, 2012-2013) argumenta que um elevado nível de ajuda corrói a qualidade institucional, aumenta a procura de rendimentos e a corrupção; portanto, afeta negativamente o crescimento. Easterly, Levine e Roodman, usando uma amostra maior para reexaminar as obras de Burnside e Dollar, descobrem que os resultados não são tão robustos como antes. (Gong & Zou, citado por Minh, 2006) mostram uma relação negativa entre ajuda e crescimento".

Djankov, & Al., 2006, citado por Murshed & Khanaum 2012 & 2013, p.3) em primeiro lugar, devido à natureza volátil da ajuda, o governo do país beneficiário é por vezes incapaz de mobilizar o volume de ajuda a tempo e não consegue convencer os doadores de que os fundos restantes serão gastos de forma eficiente. Assim, o desembolso da ajuda pode ser ainda mais atrasado, dificultando a capacidade de despesa do governo. A condicionalidade é outro problema relacionado com a ajuda externa que limita o desenvolvimento económico dos países beneficiários. Moss, um antigo consultor do Banco Mundial, disse que a ajuda ligada é "altamente ineficiente, uma vez que restringe o mercado e, portanto, custa mais dinheiro ao doador para o mesmo benefício".

Em segundo lugar, pensa-se que a capacidade tem sido um grande constrangimento. Tradicionalmente, a relação doador-beneficiário tem sido assimétrica, envolvendo um partido forte e um partido fraco, onde as estruturas políticas e económicas de dominação e exploração deram pouco espaço para que este último pudesse escolher. Se a ajuda estiver vinculada a uma, no momento da negociação, os doadores negociam com a sua elevada capacidade (Murshed & Khanaum, (2012 & 2013, p.3).

Segundo Murshed e Khanaum, (2014), apesar da grande literatura sobre ajuda e crescimento, o debate sobre a eficácia da ajuda é um debate em que pouco se resolve. A eficácia da ajuda não está isolada da eficácia do desenvolvimento. Para alcançar o objectivo da eficácia da ajuda, é necessário melhorar a capacidade dos países mais pobres e incluir todos os intervenientes para uma boa parte dos interesses políticos e do compromisso ao mais alto nível. Os países beneficiários devem dar a devida importância não só às suas políticas, mas também à forma como os recursos da ajuda serão priorizados, canalizados e processados.

Murshed e Khanaum, (2014) sublinham que não obstante o aumento das actividades com a participação de vários doadores, a ajuda tem sido, em grande medida, infrutífera em termos de realização do seu principal objectivo. Falta de previsibilidade da ajuda os fluxos de ajuda, o aumento da condicionalidade, a ausência de responsabilização, etc., foram identificados como responsáveis pelo desempenho da ajuda nos países beneficiários. Chegou, pois, o momento de mudar o foco da ajuda da mera gestão e prestação de ajuda para questões mais amplas de eficácia na obtenção de resultados claros.

Atores Murshed e Khanaum (2014), salientam que o governo deve desviar uma parte maior da ajuda para o investimento no sector desejado de uma economia. As decisões devem ser tomadas pelo país beneficiário para garantir a prioridade. Por exemplo, numa economia agro-baseada em que a economia do país beneficiário depende absolutamente da agricultura, o investimento no sector agrícola deve ter a máxima prioridade. Os doadores de ajuda podem fornecer um quadro para os fundos de ajuda à implementação. Uma ajuda bem orientada pode aumentar a capacidade do país mais pobre para maximizar os benefícios da liberalização do comércio, melhorar o ambiente

para o investimento e assegurar que os pobres tenham a capacidade de contribuir para a consecução do crescimento (Murshed & Khanaum 2014).

2.3 Soluções Encontradas e Estudos sobre Dependência Externa

2.3.1 O Pensamento da CEPAL

A Cepal foi criada em 1948 por resolução das Nações Unidas. No ano seguinte, Raúl Prebisch deu início a publicação de três ensaios que inaugurariam e serviriam como referência para a pesquisa da escola estruturalista. O economista identificou a existência de uma assimetria entre a reduzida procura mundial de produtos primários oriundos dos países subdesenvolvidos e a grande procura de produtos industriais provenientes das nações desenvolvidas. Haveria, na prática, uma hierarquia nas relações comerciais entre o centro e a periferia do sistema econômico mundial que acarretaria consequências nocivas sobre o desenvolvimento dos países latino-americanos. Esses tenderiam a deparar-se com um desequilíbrio estrutural na balança de pagamentos, afetando negativamente a inflação e o crescimento (Bielschowsky, 2009; Fiori, 2001b, citado por Alves, 2018, p.63).

Outrossim, ao contrário do que defendia a leitura neoclássica ricardiana sobre os benefícios decorrentes do livre comércio internacional, notadamente as vantagens comparativas auferidas pelos países subdesenvolvidos na produção de bens primários no quadro da divisão internacional do trabalho, haveria uma deterioração dos termos de intercâmbio. Assim, os preços das exportações de bens primários tenderiam a cair quando comparados aos das importações de manufaturados fabricados nos países desenvolvidos. (Alves, 2018, p.63)

Os países latino-americanos seriam obrigados, portanto, a exportar um volume cada vez maior de bens para viabilizar suas importações de produtos industrializados (Bielschowsky, 2009; Fiori, 2001b, citado por Alves, 2018, p.63).

Nesse quadro adverso, Prebisch identificou a impossibilidade de lograr-se o desenvolvimento mediante a exportação de bens primários, tendo como a variável dinâmica a procura internacional. Ademais, a vulnerabilidade externa, a escassez de divisas, a falta de poupança e a carência de investimentos eram apontados como os

principais obstáculos à promoção do crescimento. A fim de superar esses óbices, far-se-ia necessário alavancar a industrialização mediante processo substitutivo das importações. Igualmente, o estabelecimento de um mercado regional latino-americano era visto como um mecanismo que possibilitaria aprofundar a industrialização e mitigar a falta de divisas que ensejava o grave problema da restrição externa (Bielschowsky, 2009, citado por Alves, 2018, 9.63).

A Cepal e seus pensadores entendiam que para a superação do subdesenvolvimento deveria passar por políticas econômicas voltadas para dentro e para fora. Para isto era preciso planejamento com centralidade no Estado em parceria com os agentes econômicos. Mas principalmente, o Estado era o provedor e o principal agente de propulsão da economia voltado para os setores estratégicos, “a Cepal defende a urgência de programas de desenvolvimento, centrando a argumentação na necessidade de evitar desequilíbrios externos e estabelecer um equilíbrio razoável na expansão das várias atividades básicas” (Bielschowsky, 2004, p.26, citado por Nascimento, 2018, p.13).

De acordo com Nascimento (2018), a teoria do desenvolvimento defendido pela Cepal e Furtado parte, sobretudo, da crítica aos modelos neoclássicos de análise e suas respectivas formulações. Com forte influência do pensamento de Keynes, os cepalinos e desenvolvimentistas rechaçam a idéia neoclássica de equilíbrio espontâneo, a de que seria viável tecnicamente qualquer combinação de capital e trabalho, que o Estado seria uma ameaça ao controlar atividades econômicas como transporte, energia elétrica, petróleo e siderurgia.

Para Furtado (1975, citado por Nascimento, 2018, p.13), Keynes estabelece o ponto de partida da teoria do desenvolvimento apontando os vícios estruturais do sistema econômico que analisa, e faz severas críticas ao modelo schumpeteriano (*The Theory of Economic Development*, 1951), aonde a principal variável de motor do progresso econômico seria a ação criadora do empresariado. Esta ação seria percebida pela introdução de “inovações” e por “novas combinações” no processo produtivo, ideia reiteradamente utilizada pelos neoliberais contemporâneos.

Do ponto de vista do Furtado (1975, citado por Nascimento, 2018, p.13) esta concepção é vaga e insuficiente na elaboração de uma teoria do desenvolvimento, pois,

simplesmente não situa o empresário em seu contexto histórico, “a inovação não é necessariamente um fruto do ‘espírito de empresa’(...) É muitas vezes o resultado do esforço das empresas para encontrar aplicações para os recursos que se lhes acumulam automaticamente” (Furtado, 1975, p.49). E complementa com a ideia de Ricardo que, a introdução de uma nova máquina não é necessariamente uma inovação, sabendo-se que é necessária a convergência de determinadas condições que a justifiquem economicamente.

Pois, para Furtado, no caso dos países subdesenvolvidos “o problema residiria na ausência de um mercado externo em expansão, o que obrigaria o estudo a contemplar duas situações distintas: desenvolvimento com mercado externo em expansão e desenvolvimento com ausência de expansão nas trocas externas” (Teixeira, 2009, p.79).

Segundo Medeiros (2004) as razões fundamentais para o sub-desenvolvimento, para Celso Furtado, estariam na “fratura econômica e social, a heterogeneidade no plano econômico e das classes sociais formam a base de seu conceito de subdesenvolvimento” (Medeiros, 2004, p. 1), citado por Nascimento, 2018, p.14).

2.3.2 Síntese de Alguns Estudos Realizados sobre a Temática

Na literatura sobre dependência externa existem diversos estudos realizados, uns de natureza mais conceptual e outros mais empíricos e aplicados. De entre os primeiros, encontra-se o artigo de Agbebi & Virtanen (2017) que explora a evolução da teoria da dependência aplicando-a num estudo de caso sobre a atual presença da China em África, procurando compreender os fundamentos e encontrar novas ideias e soluções sobre a usabilidade dessa teoria na parceria sino-africana e na dependência do relacionamento norte-sul. Os autores concluem não ser a implantação direta da teoria da dependência suficiente para explicar o envolvimento sino-africano atual, atestam ser o relacionamento China-África um caso de crescente interdependência e, afirmam que, para além da parceria económica, da cooperação e da solidariedade, a presença da China em África coloca um desafio a este continente, de reorientação dos seus valores e adoção de um foco interno nas suas necessidades e prioridades de desenvolvimento.

No caso do Paquistão, a sua dependência dos principais países centrais ocorre ao nível económico, cultural, religioso, académico e também de controle populacional (Zaman & Yaseen, 2017). Para estes autores, que suportaram o estudo em pesquisa documental e bibliográfica disponível e análise dos respetivos conteúdos dessa literatura, enquanto nação colonizada pelo império britânico, o Paquistão herdou esse histórico, sendo mentalmente dependente dos governantes e planeadores dos países ricos e incapaz de evoluir por si próprio (Zaman & Yaseen, 2017).

Num estudo sobre a Etiópia (Clapham, 2018), considerado pelo autor, um país exemplo do *estado de desenvolvimento* em África, pelo programa ambicioso de financiamento e expansão em comunicação, educação e energia hidroelétrica e as altas taxas iniciais de crescimento alcançadas, algumas evidências relevantes foram encontradas. Contudo, o cenário político fortemente restrito do país e as características do Estado não deram liberdade de ação ao setor privado para gerar os níveis de produção necessários. Assim, para o autor, o sucesso final deste processo fica dependente da capacidade de transformar o estado, o qual é um fator central no processo de desenvolvimento (Clapham, 2018).

No artigo “Teoria da Dependência”, o autor Dietz (2016) realça que esta teoria tem exercido influência significativa no pensamento crítico sobre as teorias tradicionais neoclássicas de desenvolvimento e modernização e sua aplicação ao terceiro mundo. A própria análise da dependência surgiu nos anos 60 como uma crítica à perspectiva da Comissão Económica para a América Latina (ECLA) e às opiniões dos partidos comunistas latino-americanos, que viram o empobrecimento da América Latina como o resultado de muito pouco desenvolvimento capitalista e do contínuo atraso feudal. Assim sendo, se há um fio unificador na análise de dependência, que é a negação desta posição - a falta de experiência capitalista e a persistência do feudalismo. Os dependentistas argumentam que o subdesenvolvimento na América Latina é o resultado do desenvolvimento do capitalismo ao nível mundial, que moldou primeiro o Novo Mundo através das relações mercantis e depois através do investimento directo de capital (Dietz, 2016).

No estudo de caso “Dependência e subdesenvolvimento do Terceiro Mundo: Exame da Desarticulação do Consumo de Produção na Nigéria”, os autores Jackson, Beter e Boroh

(2016) concluíram que as crises de subdesenvolvimento no terceiro mundo, com referência específica à Nigéria, tiveram a sua origem na dependência económica imposta colonialmente e na desarticulação inerente em seus padrões de produção e consumo, medida pelas suas recentes tendências de importação e exportação. Neste contexto, concluem que a economia de consumo orientada para a produção e importação da Nigéria, imposta colonialmente, teve implicações negativas no desenvolvimento socioeconómico geral da Nigéria, como refletido em sua fraca base industrial, insegurança alimentar e dependência do capital estrangeiro. Na sequência destas apresentações, o estudo recomenda que o governo nigeriano prossiga com a diversificação da economia a partir do petróleo, ao mesmo tempo que melhore vigorosamente o desenvolvimento rural e a promoção do comércio regional orientado internamente entre os países da União Africana (Jackson, Better & Boroh, 2016)).

O estudo sobre o *Desenvolvimento na Tanzânia: Da dependência da Ajuda externa ao Investimento*, de Kelter (2018) centrou-se especificamente no desenvolvimento deste país como um exemplo para a África Oriental onde a população está a crescer a um ritmo alarmante e a maioria vive com menos de 1,10 dólares por dia. As suas questões de investigação foram: *Como podem os países africanos preparar-se para uma taxa tão rápida de aumento do crescimento da população? Como pode um país com níveis de pobreza tão elevados assumir tal crescimento elevado e distribuir os seus benefícios por toda a população?* Conclui que, na Tanzânia, muitas estratégias de cima para baixo têm-se revelado um fracasso. O socialismo não funcionou. Os programas de ajustamento estrutural não funcionaram. Assim sendo, o autor considera ser necessário combinar filantropia com modelos de capital de risco para que, neste contexto, os investidores sejam capazes de gerar um impacto social significativo juntamente com o retorno financeiro. Acabar com a pobreza pode conseguir-se, começando por considerar todos os seres humanos como parte de uma única comunidade global e, reconhecer que todos merecem uma oportunidade de construir uma vida que valha a pena viver (Kelter, 2018).

Os autores Murshed e Khanaum (2014) num trabalho sobre o Impacto da Ajuda Externa no Desenvolvimento Económico do País Beneficiário, destacam os seguintes aspectos: 1) A eficácia da ajuda não ser isolada da eficácia do desenvolvimento; 2) Para alcançar o objectivo da eficácia da ajuda é necessário melhorar a capacidade dos países mais

pobres e incluir todas as partes interessadas para uma boa parte dos interesses políticos e do compromisso ao mais alto nível; 3) Os países receptores devem dar a devida importância não só às suas políticas, mas também à forma como os recursos da ajuda serão priorizados, canalizados e processados; 4) Apesar do aumento das actividades com a participação de vários doadores, a ajuda tem sido, em grande medida, mal sucedida em termos de alcançar o seu principal objetivo; e, 5) Falta de previsibilidade dos fluxos de ajuda, aumento da condicionalidade e, ausência de responsabilização, entre outros, foram identificados como sendo responsáveis pelo desempenho da ajuda nos países receptores. Para tal, os autores consideram ter chegado o momento de mudar o foco da ajuda de uma mera gestão e prestação de ajuda para questões mais amplas de eficácia na consecução de resultados claros. Consideram ainda que o governo deveria desviar uma parte maior da ajuda para o investimento no sector desejado da economia e, as decisões deviam ser tomadas pelo país beneficiário para garantir a prioridade.

O estudo desenvolvido pelos autores Adams e Atsu (2014) sobre a Dependência da Ajuda e Crescimento Económico no Gana, onde examinaram o impacto da ajuda no crescimento económico no período 1970-2011, sugerem que a ajuda externa teve um efeito positivo no curto prazo, mas um efeito negativo no longo prazo. As variáveis investimento e consumo do governo foram significativamente relacionadas ao crescimento económico, enquanto a profundidade financeira e o comércio não tiveram um impacto significativo nesse crescimento económico do Gana. Os resultados do estudo indicam ainda que uma estratégia de tamanho único para a alocação da ajuda pública ao desenvolvimento pode não ser ótima.

Os autores Latif, Mengke, Danish, Latif, Ximei, Pathan, Salam e Jianqiu (2018) no trabalho de pesquisa realizado sobre “a relação dinâmica entre TIC, investimento estrangeiro direto (IDE), crescimento económico incorporando comércio e globalização para as economias BRICS no período 2000-2014” concluíram que na era moderna da globalização, as tecnologias da informação e comunicação (TIC) são sectores-chave que contribuem profundamente para o crescimento económico. A maioria das actividades económicas, o comércio e o investimento estrangeiro direto dependem principalmente das modernas fontes de TIC. Os resultados empíricos do estudo que mostram haver

elasticidades de longo prazo entre as TIC e o crescimento económico, sugerem que as TIC contribuem positivamente para o crescimento económico. Os resultados das elasticidades de longo prazo do produto mostram que tanto o IDE como a globalização têm um efeito de longo prazo sobre o crescimento económico. Além disso, existe uma causalidade bidireccional entre o PIB e o IDE, a globalização e o crescimento económico, e o comércio e o crescimento económico. Além disso, a causalidade unidireccional vai da globalização ao comércio. A globalização e as TIC também se causam uma à outra. Uma análise de sensibilidade foi usada para verificar se os resultados do estudo eram válidos e confiáveis para recomendação de políticas. Esses resultados sugerem recomendações de políticas para melhorar as TIC com foco no crescimento económico, abertura comercial e facilitação do investimento estrangeiro nos países BRICS (Latif, Mengke, Danish, Latif, Ximei, Pathan, Salam & Jianqiu (2018)).

CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA

Este capítulo apresenta a metodologia utilizada no estudo, ou seja, o conjunto de técnicas e processos que foram utilizados para dirigir e desenvolver a investigação e procurar alcançar os objetivos formulados, tendo como ponto de partida o problema e a questão de investigação subjacente e a revisão de literatura de suporte.

3.1 Problema, Questão e Objetivos de Investigação

O presente estudo preocupa-se com a grande dependência externa de STP e a fragilidade do seu ambiente e tecido económico, que constituem ameaças ao seu estatuto de país de rendimento intermédio e o tornam vulnerável a choques externos. O problema que se coloca é o de identificar as opções possíveis para diminuir a dependência externa e melhorar a balança comercial do país, que é muito deficitária, cuja questão de investigação subjacente é a seguinte: *Que soluções sustentáveis existem para diminuir a dependência económica externa de STP?*

Após a definição do problema, suportada numa primeira etapa da revisão da literatura sobre a dependência económica de um país e, em particular de STP, foram formulados os objetivos a que se deu continuidade à revisão da literatura, que veio a fundamentar o quadro teórico do estudo, da forma que se explana no tópico seguinte.

Quanto aos objetivos, o objetivo geral foi o de identificar soluções concretas e sustentáveis a serem implementadas para diminuir a dependência de STP às ajudas externas. Contribuem para o objetivo geral, os seguintes objetivos específicos:

- ❖ Diagnosticar a situação relativamente à dependência externa, por períodos temporais e sectores;
- ❖ Identificar a atual situação da alocação dos fundos por horizonte temporal e sector;
- ❖ Identificar os sectores que mais contribuem e mais diminuem esta dependência;

- ❖ Conhecer os sectores mais promissores para atenuar a dívida externa;
- ❖ Identificar as soluções percebidas como mais promissoras e sustentáveis para diminuir essa ajuda externa e a forma de as implementar;
- ❖ Reconhecer as situações e sectores onde a ajuda externa é indispensável ao país;
- ❖ Fazer recomendações tendentes a reduzir a dependência externa, a médio e longo prazo.

3.1.1 Revisão da Literatura

Para Santos (2006) e Bento (2012), a revisão de literatura, suportada nos autores mais relevantes, é um elemento vital no processo de investigação, para contextualização, fundamentação e identificação da linha teórica do tema em estudo. A importância desta etapa é evidenciada por Santos (2006) nos seguintes aspectos: 1) no reconhecimento do trabalho prévio realizado por outros autores sobre o tema em causa, que é uma questão de ética basilar no meio académico; 2) na qualificação do pesquisador na área disciplinar específica e familiarização com a produção de conhecimento existente; 3) na possibilidade de encontrar uma área de conhecimento já estabelecida mas não explorada ou a beneficiar de novos contributos; e, ainda, 4) na garantia de realizar um documento com autoridade e robustez intelectual.

Segundo Bento (2012), a revisão da literatura envolve descobrir, examinar, resumir e analisar detalhadamente os trabalhos de pesquisa anteriormente desenvolvidos na área, os quais podem ser obtidos em publicações científicas, manuais e livros de texto, livros de actas de congressos e seminários, dissertações de mestrado e teses de doutoramento e, relatórios diversos, entre outros). Para além da já mencionada importância da revisão da literatura para definir bem o problema, esta é fundamental para ter informação sobre o estado atual do conhecimento, os hiatos existentes e, em consequência, dos desenvolvimentos a ter em novas investigações. Para este autor os propósitos da revisão de literatura num estudo científico são: 1) delimitar bem o problema de investigação; 2) procurar novas linhas ou pistas de investigação e/ou tópicos e áreas pouco ou nada investigadas; 3) Evitar abordagens inúteis; 4) Adquirir perspectivas e conhecimentos e metodológicos; e, 5) Conhecer sugestões de investigação feitas em estudos prévios que podem dar ideias a pesquisar e desenvolver.

Para Barroso e Afonso (2013), os objetivos principais da revisão da literatura são os de contextualizar e alargar os horizontes do estudo, conferindo-lhe importância comparativa e instituir prioridades de investigação. Para Levy e Ellis (2006) as fases da revisão sistemática da literatura são as ilustradas na Figura 1. Segundo Conforto, Amaral e Silva (2011), este modelo de revisão da literatura de Levy e Ellis (2006) apresenta a desvantagem de não descrever em detalhe cada etapa que o compõe, e as vantagens dos procedimentos serem desagregados em seis etapas, de haver maior eficiência na realização dos ciclos preconizados à medida que o conhecimento sobre um assunto aumenta e, a realização de um ciclo puder ser repetido o número de vezes necessárias até que os objetivos sejam atingidos.

Figura 1 – Fases da Revisão Sistemática da Literatura Propostas por Levy e Ellis



Fonte: Levy e Ellis (2006)

3.2 Abordagens, Finalidade e Procedimentos de Investigação

A investigação científica, pode ser categorizada e explicada pela sua natureza ou abordagem, pela finalidade ou propósito a que se destina e pela técnica ou procedimento de recolha de informação (Vergara, 2006; Gil, 2010). Segundo Moura (2015), para garantir que os resultados da investigação são satisfatórios e para comunicar bem os resultados do conhecimento produzido, é fundamental compreender em detalhe a essência de uma investigação, nomeadamente, o método científico.

No que se relaciona com a natureza ou com a abordagem de uma investigação, esta pode ser qualitativa, quantitativa e mista, se integra as duas anteriores (Gil, 2010). O Quadro 1 compara as principais características que segundo Carmo e Ferreira (2008) estão relacionadas aos métodos quantitativo e qualitativo. Estes autores caracterizam a

metodologia quantitativa como uma concepção global positivista, hipotético-dedutiva, particularista, orientada para os resultados, própria das Ciências Naturais e a metodologia qualitativa como uma concepção global fenomenológica, indutiva, estruturalista, subjetiva e orientada para o processo, própria da Antropologia Social (Carmo & Ferreira, 2008).

Tabela 1 – Comparação das Características dos Métodos Qualitativo e Quantitativo

Método Qualitativo	Método Quantitativo
<i>Fenomenológico</i> : compreender a conduta humana a partir dos próprios pontos de vista daquele que atua.	<i>Positivismo Lógico</i> : procura as causas dos fenómenos sociais, prestando escassa atenção aos aspectos subjetivos dos indivíduos.
Observação naturalista e sem controlo.	Medição rigorosa e controlada.
Subjetivo.	Objetivo.
Próximo dos dados, numa perspetiva indutiva.	À margem dos dados, numa perspetiva dedutiva.
Fundamento na realidade, orientado para a descoberta, exploratório, expansionista, descritivo, indutivo.	Não fundamentado na realidade, orientado para a comprovação, confirmatório, reducionista, inferencial e hipotético-dedutivo.
Orientado para o processo.	Orientado para o resultado.
Válido: dados <i>reais, ricos e profundos</i> .	Fiável: dados <i>sólidos e repetíveis</i> .
Não generalizável: estudos de casos isolados.	Generalizável: estudos de casos múltiplos.
Holístico.	Particularista.
Assume uma realidade dinâmica.	Assume uma realidade estável.

Fonte: Adaptado de Carmo e Ferreira (2008)

Para Bardin (2011), a abordagem qualitativa inclui, conforme a denominação sugere, análises qualitativas que, em geral, não recorrem a instrumentos estatísticos. Ou seja, usa experiências, relatos, documentos e testemunhos individuais ou coletivos, entre outros elementos possíveis, para entender, esclarecer, meditar e relatar eventos, fenómenos ou ocorrências, usando técnicas qualitativas de análise (Gil, 2010, Bardin, 2011). Investigações qualitativas, estão habitualmente relacionadas à análise e descrição de problemas complexos com interdependência de muitas variáveis e foco nos processos, e a sistemas dinâmicos experimentados por grupos sociais com o essencial propósito de os interpretar segundo a perspetiva dos distintos intervenientes e, onde o investigador e o contexto são elementos-chave e o ambiente (Malhotra, 2012).

Suportada em técnicas descritivas de recolha de dados e análise detalhada, que podem incluir a observação, a entrevista, as notas de campo, a consulta de registos biográficos e de documentos históricos e jornalísticos, na investigação qualitativa, o pesquisador é um elemento vital na recolha da informação e na observação do fenómeno em estudo. É essencialmente uma técnica descritiva, mais focada nos processos (descrição e análise das ações, interações e discursos dos sujeitos) do que nos produtos ou resultados, com análise de informação sobretudo contida em textos (de entrevistas, documentos e artigos) e, em fotografias e gravações (Carmo & Ferreira, 2008).

Em conformidade com Pinto, Campos e Siqueira (2018), a investigação qualitativa tem um foco multi-metodológico, envolvendo abordagens interpretativas e naturalísticas dos temas estudados. O pesquisador que usa uma abordagem qualitativa, investiga num ambiente natural e interpreta os fenómenos, segundo os significados atribuídos pelos participantes. Esta definição ressalta pontos importantes relativos a este tipo de metodologia, destacando-se entre eles, a abordagem multi-metodológica, que envolve a utilização de narrativas, histórias de vida, documentos históricos, entrevistas, observações, fotografias, textos visuais, entre outras fontes de dados. Do mesmo modo, chama também a atenção para outras particularidades, como a utilização do contexto natural, entendido como o local onde as pessoas vivem ou desenvolvem suas atividades quotidianas, em contraposição aos estudos que controlam este ambiente, e a valorização do significado e sentido que os participantes atribuem às coisas, entendidas aqui como o objeto de estudo.

Para o Minayo e Costa (2018), a abordagem qualitativa preocupa-se com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, ou seja, a relações, processos e fenómenos, que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Ou seja, inerente a actos, relações e estruturas sociais, consegue incorporar significados e intencionalidades, que podem levar à transformação e a construções humanas significativas.

Na pesquisa quantitativa, em termos gerais, assume-se que tudo é passível de ser medido em escala numérica, ou quantificável, ou seja, pode ser representado por números e informações para os classificar e analisar, utilizando técnicas estatísticas (Lakatos & Marconi, 2011). Para estes autores, a objetividade, a obtenção de dados

mensuráveis e o uso de técnicas estatísticas de análise e de amostragem que permitem a generalização dos resultados para toda a população em estudo, faz com que este método seja muito usado em estudos descritivos. A obtenção de dados é frequentemente feita através de questionários com distintas estruturas, tipologias de perguntas e escalas de resposta e, as técnicas de recolha, apresentação e análise de dados possibilitam a sua quantificação e tratamento através de métodos estatísticos (Lakatos & Marconi, 2011).

Quanto à finalidade, uma investigação pode ser classificada como exploratória, explicativa e descritiva (Gil, 2010). A exploratória, que muitas vezes é a primeira etapa dos estudos explicativos e descritivos o conhecimento sobre um tópico é escasso, é a que proporciona familiaridade e aproxima o investigador a um problema, conferindo-lhe o primeiro conhecimento sobre o mesmo (Gil, 2010). A explicativa, procura encontrar uma explicação, elucidar ou ajustar uma teoria a um processo, apoia-se em experimentação e, frequentemente, incorpora a definição de relações causais ou a formulação de hipóteses especulativas. A descritiva, por seu lado, com base em informações obtidas em estudos exploratórios, procura identificar, classificar, interpretar e descrever um determinado fenómeno (Gil, 2010).

Os processos técnicos de recolha de dados, podem ser desagregados em dois tipos: documental ou bibliográfica com obtenção de dados de fontes secundárias a partir de material já publicado, como documentos e publicações já existentes e, levantamento ou pesquisa de campo e estudo de caso, entre outros, com recolha de dados de fontes primárias na maioria dos casos, fornecidos por pessoas em trabalho de campo, através da entrevista ou interrogação direta das pessoas e, o estudo de caso é o que envolve o estudo profundo de um ou mais objetos de modo a permitir o seu amplo e detalhado conhecimento (Gil, 2010).

Para a realização deste trabalho, seguiu-se uma metodologia qualitativa, descritiva quanto aos objetivos e exploratória, documental, bibliográfica e de campo quanto ao delineamento. A informação usada foi obtida de fontes primárias e secundárias. As primeiras incluíram a realização de entrevistas e a segunda, a análise de artigos científicos, estudos, livros, relatórios, teses de mestrado e doutoramento, análise de documentos oficiais e estatísticas, entre outros.

3.3 Área de Estudo, População e Amostra

O tema central deste estudo, de identificar as opções possíveis para diminuir a dependência externa e melhorar a balança comercial do país, muito deficitária, integrou uma abordagem de pesquisa qualitativa através da recolha de experiências e testemunhos de especialistas sobre a temática, políticos e responsáveis ou dirigentes institucionais e organizacionais. A área de estudo foi apenas a cidade de São Tomé.

Para Santos (1999), o tamanho da amostra não é um fator a considerar como determinante num estudo qualitativo. Uma pesquisa qualitativa, em geral, usa amostras relativamente pequenas (incluindo estudos de um só caso, intencionalmente escolhidas e não aleatoriamente selecionadas. Segundo, a autora, neste tipo de investigação, a amostra é escolhida com a intenção de aclarar as questões em estudo e aumentar a amplitude dos dados, ou seja, de desvendar realidades múltiplas.

Podem ser muitas as estratégias de amostragem em seleção intencional de casos, servindo cada uma, um objetivo específico determinado, nomeadamente (Santos, 2006): 1) casos extremos ou desviantes cuja lógica de seleção desses casos desviantes é apreendida sobre condições pouco usuais ou desfechos extremos que são importantes para o problema em estudo; 2) amostragem de variação máxima, que procura capturar e descrever o tema central ou desfecho principal que se apresenta a vários participantes; 3) escolha de amostras homogéneas, de que são exemplos os grupos focais, com o intuito de descrever em profundidade alguns subgrupos particulares; 4) casos típicos cujo objetivo é o de descrever e ilustrar o típico para os não familiarizados com o estudo, não generalizando as experiências dos participantes; 5) casos críticos, particularmente importantes para o entendimento do problema em estudo, cuja ocorrência no estudo pode ocorrer em outro qualquer lugar; 6) bola de neve ou reação em cadeia, uma abordagem mais adequada para a localização de informantes-chave ou casos críticos; 7) amostragem por critério segundo a lógica de rever e estudar todos os casos que preencham pré-determinados critérios de importância; 8) casos confirmatórios que se integram em padrões previamente identificados; 9) casos politicamente importantes que devam ser considerados e estudados por esse motivo; e, 10) amostra por conveniência, em função de critérios diversos, como a disponibilidade, facilidade, rapidez ou custo, entre outros. À exceção dos casos críticos, onde poderá ser possível

uma generalização lógica e uma aplicação máxima da informação aos outros casos, em nenhuma das outras estratégias mencionadas, pode ocorrer a generalização dos resultados, sendo esta a sua principal desvantagem, crítica e limitação (Santos, 1999, Santos, 2006).

Numa pesquisa, a população é o total dos componentes que permitem descrever o evento, fenómeno ou contexto a estudar e reúnem características comuns (Gil, 2010, Lakatos & Marconi, 2011, Malhotra, 2012). No presente estudo, o universo da investigação são todos os atores ou intervenientes no cenário económico do país, número desconhecido pela inexistência de estatísticas sobre estes interventores. Em consequência, esse levantamento foi realizado no desenvolvimento do trabalho de campo do presente estudo, tendo sido identificados os seguintes pontos focais das instituições chave para o desenvolvimento económico de STP: especialistas em economia e responsáveis institucionais dos diversos sectores referidos, público e privados (como o Banco Mundial, a ONU, o FMI e o BAD) e, dirigentes políticos com responsabilidade na área da economia, no sentido de obter o seu parecer, ponto de vista e sugestões para compreender em detalhe o tema em estudo e encontrar soluções estruturais ou conjunturais para o problema de pesquisa identificado.

Embora o número inicialmente identificado de entrevistados, tenha sido 12, pela indisponibilidade manifestada por um (1) em colaborar no estudo, apenas 11 entrevistas foram obtidas. Deste modo, foram estas onze entrevistas completas, as que foram objeto de análise e que integraram a amostra de conveniência do presente trabalho. A amostra, que se apresenta na Tabela 2, é de conveniência por os entrevistados terem sido selecionados pelo critério de disponibilidade para responder ao guião da entrevista, de entre todos os contactados. Este tipo de amostra, como já referido, tem a desvantagem de não ser possível generalizar os resultados para o universo (Santos, 2006; Malhotra, 2012).

Tabela 2 – Amostra Usada para Realização das Entrevistas

Sector	Entrevistado	Entidade	Cargo	Data Entrevista
Organização internacional	A	PNUD	Assistente de Representante Residente	25/05/2020
Público	B	Gabinete de Dívida	Coordenadora	29/05/2020
Público	C	Centro de Integridade Pública de STP	Diretor Executivo	30/05/2020
Académico	D	Universidade	Docente	13/06/2020
Público	E	Banco Central	Consultor	29/06/2020
Público	F	Banco Central	Economista	17/07/2020
Público	G	Ministério das Obras Públicas e Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente	Assessor de Ministro das Obras Públicas e Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente	17/07/2020
Público	H	Camara de Comércio, Agricultura, Industria e Serviços	Secretário Geral	30/07/2020
Público	I	Ministério das Finanças e Economia Azul	Assessor do Ministro de Finanças	06/08/2020
Organização internacional	J	BAD	Coordenadora de BAD	06/08/2020
Privado	K	BISTIP	Assessor de Administração	07/08/2020

3.4 Métodos e Instrumentos de Recolha de Dados

As fontes de informação incluíram, conforme sugerido Quivy & Campenheoudt (2008) e Barbosa (2012), para estudos qualitativos, os seguintes três grupos de métodos de recolha de dados: observação, a entrevista (oral ou escrita) a especialistas em economia e a dirigentes e responsáveis políticos, organizacionais e institucionais, e a análise bibliográfica e documental.

Utilizar diferentes métodos na recolha de dados, possibilita a uma investigação qualitativa, considerar várias perspetivas sobre a mesma situação, bem como obter informação de diferentes naturezas e fontes o que, posteriormente, permite fazer comparações assim como efetuar a triangulação da informação obtida (Malhotra, 2012, Minayo & Costa, 2018). Segundo os autores, a triangulação é um processo que permite evitar ameaças à validade interna inerente à forma como os dados de uma investigação são recolhidos. Neste trabalho, como já mencionado, recorreu-se em simultâneo a estas técnicas de recolha de dados: entrevista, análise de documentos e observação.

3.4.1 Entrevista

As entrevistas foram realizadas para obter opiniões, percepções e experiências relacionadas com o crescimento da economia e que permitissem diagnosticar a atual situação de dependência de STP a ajudas externas, os sectores que mais contribuem para essa dependência e os que recebem mais alocação de fundos. Também identificar a percepção dos entrevistados sobre as soluções mais promissoras e sustentáveis para diminuir essa ajuda externa e a forma de as implementar, no contexto atual do país, identificando as situações e sectores onde a ajuda externa é indispensável.

Conjuntamente com componente bibliográfica e documental, a entrevista integra a pesquisa exploratória com a finalidade de obter uma maior familiaridade e conhecimento com a situação de dependência externa de STP.

Para Pinto, Campos e Siqueira (2018) a entrevista, uma das técnicas mais utilizadas na colheita de dados em pesquisa qualitativa, quando presencial, corresponde ao encontro de duas pessoas onde, uma delas, que procura obter informações comunicadas pela outra, a respeito de determinado assunto, mediante uma conversa de natureza profissional. Algumas vantagens desta técnica são a captação imediata e corrente de informações desejadas, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados assuntos, além da oportunidade de aprofundar tópicos levantados por outras técnicas de colheita, de alcance mais superficial. No que toca à forma de condução das entrevistas, os autores consideram como mais adequada a direta ou face a face, enquanto no que respeita à estrutura, podem ser não estruturadas ou semiestruturadas (Pinto, Campos & Siqueira, 2018). Para estes autores, a não estruturada, que dá abertura total ao entrevistado de falar sobre o assunto em questão de uma forma livre, é aconselhada em situações onde existe escassa informação sobre o tópico em estudo. Já nas entrevistas semiestruturadas, embora exista flexibilidade nas respostas dos entrevistados, estes são conduzidos por um caminho específico, subjacente à construção do guião que a acompanha, que direcionam as respostas para os tópicos que se procuram conhecer com maior profundidade. Assim, a sequência das perguntas do guião de uma entrevista semiestruturada deve não apenas ser suportada nos pressupostos e teorias que enquadram a investigação mas, também, nos fundamentos que aparecem ao longo da entrevista (Pinto, Campos & Siqueira, 2018).

Para Gil (2010), as entrevistas podem combinar questões de diferentes tipologias (abertas ou fechadas), onde o informante tem a possibilidade de falar sobre o tema em questão, num contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador é importante neste processo, devendo manter-se atento e dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto focal, recompondo o contexto da entrevista.

No caso concreto do presente estudo, o guião das entrevistas incluía questões sobre a dependência económica externa de STP, nomeadamente de diagnóstico e de soluções para diminuir a dependência. As entrevistas, realizadas a personalidades, economistas, docentes, dirigentes, consultores, coordenadores, contemplaram uma conversa realizada presencialmente, estruturada num guião apresentado no Anexo 1, com um roteiro de questões formais, mas que davam aos respondentes, liberdade quanto às respostas prestadas. Nos casos em que foi autorizado, as entrevistas foram gravadas.

3.4.2 Recolha de Dados

Os dados recolhidos resultam de dois tipos de fontes, secundárias e primárias. Os primeiros, permitiram fazer a caracterização da situação económica de STP e o estado de dependência externa na primeira parte do capítulo quatro, assim como, estruturar os capítulos dois e três do presente trabalho. Foram coligidos através de distintos documentos e estatísticas oficiais e, da pesquisa bibliográfica realizada, preferencialmente, entre os meses de Outubro de 2019 a Março de 2020 e que também acompanhou o desenvolvimento do presente estudo, até à sua finalização. As recolhas foram feitas através de instituições do Governo, como o Ministério das Finanças e Economia Azul, o BAD, o INE – Instituto Nacional de Estatística e FONG, assim como a consulta de bases de dados científicas internacionais, repositórios de teses e dissertações e, os sítios da internet do Banco Mundial e FMI.

Os dados primários foram obtidos da observação e da realização das entrevistas entre 25 de Maio a 07 de Agosto de 2020. O guião da entrevista, ao qual previamente foi realizado um pré-teste para validação, foi usado para realizar as entrevistas de forma

presencial, embora também este tenha sido enviado por correio eletrónico a alguns dos participantes no estudo.

Conforme destacado por Santos (1999), o processo de obtenção de dados qualitativos não foi acumulativo nem linear, mas iterativo de idas e voltas nas diversas etapas da pesquisa, e de interação individual com os sujeitos entrevistados. Este, não é um processo iniciado por uma teoria ou hipótese pré-concebida (em termos positivistas), mas em pressupostos que encaminham a investigação. Assim, tentou-se, para além da obtenção das respostas às questões contempladas no guião, observar os comportamentos dos interlocutores e, sempre que possível e consentido pelos mesmos, gravar as sessões de entrevista. Também, seguindo as indicações de Santos (1999), adotaram-se os dois tipos de observação, dependendo do grau de participação manifestada pelo observador, a observação participante e a não participante, cujo grau de sistematização, mais uma vez, dependeu da possibilidade ou não de gravação das conversas e respostas.

3.5 Tratamento e Análise dos Dados

O tratamento, análise e interpretação de dados é uma parte central da construção de uma investigação. Assim, os dados recolhidos através dos diferentes métodos e fontes foram primeiramente verificados, tratados, estudados através de análise de conteúdo e, finalmente triangulados e apresentados em forma de resultados. Ou seja, houve a procura de todas as informações possíveis recolhidas, a verificação do sentido ou os sentidos que nelas estivessem presentes e, a classificação de todo o conteúdo, cuja análise procurou efetuar a exploração total e objetiva das informações de uma forma rigorosa (Pinto, Campos & Siqueira, 2018).

A análise de dados não é um processo linear, mas um processo iterativo, que se inicia logo após a recolha dos primeiros dados e que permite, desde logo, a compreensão do fenómeno em estudo. Esse ciclo mantém-se até que se considere estar o fenómeno bem entendido e não existam informações por explicar ou contraditórias (Santos, 1999). Segundo esta autora, a análise textual das informações que se constitui como uma dança objetiva/subjetiva na direção da verdade contextual, pode integrar quatro estilos

primários de análise, repartidos num continuum que vai do estilo mais objetivo e padronizado ao mais subjetivo e interpretativo. Pode incluir: 1) uma análise quase-estatística - a partir do uso de técnicas objetivas de análise de discurso, as palavras, unidades semânticas ou temas a partir de padrões pré-estabelecidos analisadas e categorizadas através de uma análise estatística; 2) um modelo padrão de geração de categorias, padrões ou relações mais interpretativas (subjetivas) do que estatísticas (geralmente padrões originados a partir de teorias ou de um conhecimento pré-existent), com o objetivo de identificar unidades significativas, que são, posteriormente analisadas numa perspectiva interpretativa, na qual as unidades são conectadas a um padrão de referência explanatório, consistente com o texto; 3) estilo de edição, ainda mais subjetivo do que o anterior, onde o interpretador se aproxima do texto sem um padrão prévio, e procura segmentos significativos, cortando, colando e rearranjando. Após sua identificação, essas unidades são organizadas em categorias para as quais, o investigador determina padrões que as conectam. Muitas vezes é necessário colher mais dados durante esta fase, a fim de melhor avaliar as soluções emergentes; e, 4) imersão/cristalização na qual o analista mergulha no texto e tenta extrair seu significado após reflexão e cristalização intuitiva e onde, o ciclo imersão/cristalização é repetido até que a interpretação seja alcançada. Para a referida autora (Santos, 1999) a escolha do estilo de análise depende em grande parte da questão e objetivo de investigação e do que já se sabe a respeito do tema e das técnicas de colheita de dados utilizadas em estudos similares. Para Oliveira (2008), em pesquisa qualitativa, a análise deve permitir, interpretar o mundo e as experiências vividas pelos interlocutores, ajustando-se às especificidades do seu objeto.

CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DE RESULTADOS

No presente capítulo apresentam-se os resultados obtidos e a respetiva análise e interpretação. Inicia-se com uma breve caracterização da situação económica do país, a que se segue o diagnóstico da dependência económica externa, e posteriormente a identificação de soluções concretas que, na visão dos entrevistados, podem ser implementadas para diminuir a referida dependência externa.

4.1 O País em Termos Geográficos, Económicos e Sociais

A República de STP(STP) é um pequeno estado insular em desenvolvimento, de rendimento médio baixo, com uma economia frágil e extremamente vulnerável aos choques exógenos (Batista, 2016). Segundo este autor, trata-se de um arquipélago dividido em seis distritos e a Região Autónoma do Príncipe (RAP) que se apresenta na Figura 2. Localizado no Golfo da Guiné, a 350 km da costa oeste de África, detém uma área de 1001 km² (Tabela 3), com 197 900 habitantes falantes da língua portuguesa que, em 2016 tinham um Rendimento Nacional Bruto (RNB) per *capita* de 1730 dólares (INE, 2019).



Fonte: África Turismo (2018)

Tabela 3 - Dimensão Territorial do País por Distrito

Distritos	Km2
Agua Grande	17
Mé Zochi	122
Cantagalo	119
Caué	267
Lobata	107
Lembá	203
Príncipe -Pagué	142
Total do País	1001Km2

Fonte: INE (2017)

Em termos económicos, STP enfrenta as dificuldades típicas dos pequenos estados que afetam a sua capacidade de lidar com choques e atingir um orçamento equilibrado. O número limitado de pessoas e trabalhadores no país impede muitas vezes a produção eficiente de bens e serviços na escala necessária para dar resposta à procura dos mercados, local e de exportação. A distância a que está e a insularidade, aumentam os custos de exportação e, a disponibilidade limitada de terra e os poucos trabalhadores, impedem que o país diversifique a sua economia, tornando-a mais vulnerável a choques referentes às condições das trocas comerciais (Cruz, 2019).

A indivisibilidade na produção de bens públicos e as dificuldades em prestar serviços a uma população dispersa implicam um elevado custo na produção de bens públicos e assim gastos públicos avultados. O crescimento do produto interno bruto (PIB) tem sido relativamente estável desde 2009, mas o crescimento depende em grande parte das despesas do governo e não tem contribuído significativamente para a diminuição da pobreza. O PIB cresceu a uma taxa média de 4,5% entre 2009 e 2016, com desaceleração moderada desde 2014. A produção agrícola declinou desde a independência em 1975 e já não é a principal alavanca do crescimento económico. Todavia, os produtos agrícolas, especialmente o cacau, constituem a maior parte das exportações do país. Além disso, o turismo é uma vantagem comparativa natural para STP e já constitui uma importante atividade económica, embora o país esteja longe de se tornar numa economia dependente do turismo (Batista, 2016).

A exploração comercial do petróleo, prevista para 2020 não aconteceu e, muito poucos bens são produzidos localmente, o que faz de STP um país, fortemente dependente das importações, incluindo o petróleo para geração de energia. Em c(Banco Mundial, 2020).

As exportações de STP estão altamente concentradas no cacau (Prazeres, 2018). O rendimento com as remessas dos imigrantes diminuiu de 5,7% do PIB em 2015 para 4,6% em 2016, uma vez que o crescimento económico abrandou em Portugal e estagnou em Angola (INE, 2019). O desafio a longo prazo de STP passa por planos ambiciosos para ações exequíveis que tornem a economia mais dinâmica, entre os quais, a valorização do cacau (Prazeres, 2018) e o turismo (Noronha, 2016).

Em termos sociais, a falta de dados atualizados sobre a pobreza dificulta os esforços direcionados para a sua redução no país. Os dados do último inquérito às famílias foram recolhidos em 2010 sendo desejável e expectável que ocorra um novo levantamento de dados, análise e divulgação dos orçamentos das famílias em 2020 (INE (2019).

Existe consenso que a incidência da pobreza não mudou significativamente entre os dois últimos inquéritos às famílias (2000 e 2010). Estimativas recentes do Banco Mundial (2020) mostram que cerca de um terço da população vive com menos de 1,9 dólares norte-americanos por dia, e mais de dois terços da população é pobre, estando num limiar de pobreza de 3,2 dólares norte-americanos por dia. Áreas urbanas e distritos do sul como Caué e Lembá apresentam os maiores níveis de incidência de pobreza.

Ainda assim, STP tem um desempenho melhor do que a média da África Subsaariana no Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD e registou progressos significativos na melhoria de outros indicadores sociais, como da taxa bruta de matrículas no ensino primário, da esperança de vida de 66 anos, da taxa de mortalidade de crianças até aos cinco anos de 51 por 1000 nados-vivos, do acesso a uma fonte melhorada de água para 97% da população e do acesso a eletricidade para 60% da população (INE, 2019).

4.2 Caracterização dos Entrevistados

Como anteriormente referido, a entrevista semiestruturada realizou-se no ano 2020, na cidade de ST, de 25 de Maio a 8 de Agosto de 2020, aos 11 entrevistados, cuja caracterização por sector, entidade e cargo se apresenta na Tabela 4.

Tabela 4 - Caracterização dos Entrevistados

Sector	Entrevistado	Entidade	Cargo	Data Entrevista
Público	A.V (A)	PNUD	Assistente de Representante Residente	25/05/2020
Público	S.T (B)	Gabinete de Dívida	Coordenadora	29/05/2020
Público	D.C (C)	Centro de Integridade Pública de STP	Diretor Executivo	30/05/2020
Académico (Público)	C.Q (D)	Universidade	Docente	13/06/2020
Público	A.C (E)	Banco Central	Consultor	29/06/2020
Público	A.B (F)	Banco Central	Economista	17/07/2020
Público	V. (G)	Ministério das Obras Públicas e Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente	Assessor de Ministro das Obras Públicas e Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente	17/07/2020
Público	M.S (H)	Camara de Comércio, Agricultura, Industria e Serviços	Secretário Geral	30/07/2020
Público	C.D (I)	Ministério das Finanças e Economia Azul	Assessor do Ministro de Finanças	06/08/2020
Público	C. (J)	BAD	Coordenadora de BAD	06/8/2020
Privado	AC (K)	BISTP	Assessor de Administração	07/08/2020

A análise da informação que consta da Tabela 4 permite caracterizar os indivíduos objeto da entrevista, em termos de sector de atividade, entidade e cargo desempenhado. Assim, cerca de 82% dos participantes no estudo, aos quais foi garantido o anonimato e, por essa razão são identificados apenas por letras, tem origem no sector público, um dos quais é académico, sendo o restante, do sector privado (9%). Os 18% pertencentes a entidades bancárias, distribuem-se de forma igual entre a banca privada e a pública. Dois fazem parte de ministérios (Obras Públicas e Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente e, das Finanças e Economia Azul). Os restantes pertencem ao PNUD, Camara de Comércio e Gabinete de Dívida. Quanto a cargos que ocupam em termos profissionais, estes variam entre assessor e assistente de representante, passando por docente universitário, secretário-geral, diretor, coordenador, consultor e economista.

4.3 Dependência Económica Externa Temporal

Nesta seção são analisadas as repostas dos entrevistados aos principais grupos de questões colocadas. Estas permitem conhecer a opinião que estes têm da dependência externa e as soluções que preconizam para a reduzir. Os resultados obtidos são apresentados e discutidos, por grupo de questões, seguindo a ordem do guião da entrevista.

4.3.1 Período 1975 a 2000

No que se refere à opinião sobre a dependência económica externa, no período de 1975 a 2000, cuja síntese de informação é apresentada na Tabela 5, os **entrevistados A e E**, são de opinião de que o país não era autossustentável, a balança comercial era deficitária, ou seja, totalmente dependente da ajuda externa, devido à ausência de capacidade de produção durante este período e, conseqüentemente dependente da ajuda externa em 90%. O **participante B**, destaca a economia de STP nesse período, como mais virada para o mercado interno e para a manutenção do hábito colonial de sustentação das famílias através das suas glebas. Houve aposta na agricultura e na exportação de cacau até finais de década 80, forçando a agudização da crise dos anos 80, à abertura económica e do sistema político, conforme o contributo do **entrevistado C**. Por seu lado, o **participante D** refere a produção como muito incipiente, dominada pela exportação de monocultura agrícola e incapaz de cobrir, em quase todos os sectores, as necessidades internas. Esta base de produção, pequena e limitada, condicionou o grande déficit externo estrutural, conforme o ponto de vista do **entrevistado I**.

Divergência de opinião é manifestada pelo **entrevistado F**, que percebe este primeiro período de análise, de 1975 a 1980, como não sendo de dependência acentuada, considerando que somente, a partir de 1980, o país passou a ser fortemente dependente do exterior para o seu financiamento. Para o **participante G** o país não atingiu as metas, devido as barreiras de recurso humano e financeiro. Contudo o **entrevistado H**, enfatizou que o consumo interno tinha como base os produtos locais, e que a economia era baseada na exportação de cacau e café, e também comércio a nível

regional, sobretudo com o país vizinho, o Gabão. Entretanto, para o **entrevistado J**, STP, a economia instável do país deveu-se ao facto da sua independência ter ocorrido recentemente (em 1975) e, por isso, o país possuir uma estrutura económica frágil e, um mercado económico pouco aberto e virada para economia familiar. Neste período, conforme as palavras do **entrevistado K**, a economia de STP estava assente na monocultura do cacau, sendo o sector privado incipiente. Para este participante, a agravante de se ter optado pela via socialista de desenvolvimento, prejudicou de sobre maneira o desenvolvimento do sector privado. Com as privatizações no final dos anos 80 e início de 1990, começaram a renascer iniciativas privadas, porém, as excessivas instabilidades políticas e governativas, não permitiram um desenvolvimento sustentável dos agentes económicos.

Tabela 5 – Diagnóstico da Situação de Dependência no Período 1975-2000

E	Opinião dos Entrevistados
A	Sem autossuficiência. Balança comercial deficitária. Sem capacidade produtiva.
B	Economia orientada para o mercado interno. Sustentação das famílias através das suas glebas.
C	Exportação de cacau até fim 80. Após 80 crise, agravada abertura económica e sistema político
D	Produção incipiente incapaz satisfazer necessidades internas. Domínio da exportação cacau.
E	Sem autossuficiência Dependência em mais 90%
F	Dependência pouco acentuada até 1980 e forte após 1980.
G	País não atingiu as metas pelas barreiras de recursos (humanos e financeiro).
H	Consumo de produtos locais. Economia suportada exportação (cacau e café) e comércio regional (Gabão).
I	Grande défice externo estrutural.
J	Economia instável. Estrutura económica frágil. Mercado pouco aberto e virada para a economia familiar.
K	Economia assente no cacau. Sector privado incipiente. Começou a renascer nas privatizações dos anos 90 mas a instabilidade política e governativas, não ajudou.

4.3.2 Período 2000 a 2020

A síntese da opinião dos entrevistados sobre a situação de dependência económica no período de 2000 a 2020 apresenta-se na Tabela 6. Para esse período temporal, os **entrevistados E e I** são de opinião que a situação piorou, houve destruição de todo sector produtivo, continuando o país a ter um grande défice externo estrutural. Para acrescentar, segundo o **participante D**, durante este período, não houve criação de valor acrescentado na economia, capaz de cobrir, em quase todos os sectores, as necessidades internas.

Para os **participantes A e H** a situação tornou-se crónica, ou seja, o país não somente não conseguiu diminuir a dependência dos parceiros externos como a ampliou, devido ao aumento de bens de consumo (sobretudo alimentares) e de uma maior dependência

da população por produtos importados. Também o **entrevistado B** realça que neste período o país se tornou mais dependente, tendo em conta a falta de compromisso dos funcionários públicos e a mentalidade do povo santomense de que os problemas devem ser resolvidos pelos outros, ou seja, que os países considerados desenvolvidos devem apoiar o país e este passar a viver de mãos estendidas. Para este participante, infelizmente, hoje em dia, a população prefere ser dependente (por exemplo, ser empregado ao invés de ter o seu próprio negócio e autonomia financeira), de mente preguiçosa e com sentimento de maior segurança estando dependentes, do que independentes e, a criar a sua própria riqueza.

Neste contexto, para os **participante J e K**, no período considerado, produziu-se muito menos e houve o êxodo rural, contribuindo também para condicionar ainda mais o desenvolvimento económico, a instabilidade governamental devido à não continuidade de diversos projetos.

O **participante C** é o único que considera ter havido melhoria, com a liberalização do comércio e, alguns investimentos na indústria, contribuindo as melhorias da logística e a da para diminuir um pouco a dependência económica. Entretanto, houve também uma aposta na segurança alimentar, tendo surgido muitos pequenos agricultores que vieram garantir alguma sustentabilidade alimentar. Para o **entrevistado F** alteração ocorrida ao nível da balança de pagamento, foi devida aos serviços do turismo.

Tabela 6 – Diagnóstico da Situação de Dependência no Período 2000-2020

E	Opinião dos Entrevistados
A	Situação tornou-se crónica. País ampliou a dependência. Aumento de bens de consumo. Preferência da população por produtos importados.
B	Maior dependência. Falta de compromisso dos funcionários públicos. Mentalidade do povo que prefere a dependência.
C	Melhoria, com a liberalização do comércio e, alguns investimentos na indústria. Aposta na segurança alimentar, surgimento de pequenos agricultores e alguma sustentabilidade alimentar.
D	Maior dependência. Sem criação de valor. Economia incapaz de cobrir, as necessidades internas.
E	Situação piorou com destruição de todo sector produtivo. Grande défice externo estrutural.
F	Alteração da balança de pagamento devida aos serviços do turismo.
G	Maior dependência.
H	Aumento da dependência. Aumento consumo alimentar. Dependência da população por produtos importados.
I	Situação piorou. Sem sector produtivo. Elevado défice externo estrutural.
J	Redução da produção. Êxodo rural. Instabilidade governamental. Não continuidade de projetos.
K	Produziu-se muito menos. Houve êxodo rural. Instabilidade governamental. Não continuidade de diversos projetos.

4.3.3 Previsão Pós 2020

A síntese da opinião sobre a previsão da situação de dependência económica de STO após o ano 2020 consta da Tabela 7.

De acordo com o **participante B**, haverá certamente uma queda na economia no ano 2020 e seguintes, tendo a situação do COVID-19 identificado um conjunto adicional de problemas, onde se inclui a falta de compromisso para com o país de muitos funcionários públicos da linha da frente que acham, por exemplo, que têm que ter um incentivo para trabalhar durante a pandemia.

Para o **participante C**, o problema futuro reside no facto de, a partir de 2022, o país deixar de receber os apoios externos que têm vindo a receber para garantir a segurança alimentar. Embora tal situação leve a que o país seja menos dependente, este não irá estar preparado para garantir os desafios económicos em vários sectores. Neste sentido, os **entrevistados E e G**, preveem que o futuro do país não será o melhor, ou seja, não vislumbram uma progressão positiva, até porque há uma ausência de planeamento económico do país, a nível nacional, faltando perspectiva em termos produtivos. Para o **participante A**, a esperança recai na exploração de petróleo e no desenvolvimento do turismo, embora, o **entrevistado F** seja de opinião que não há uma previsão clássica que seja possível fazer, dependendo tudo das medidas que vierem a ser tomadas. Se estas medidas forem boas e adequadas, certamente a dependência tenderá a ser reduzida.

Outros, como o **participante H** preveem crescimento económico após 2020, perspectivando que a dependência económica venha a diminuir, em virtude do surgimento pouco a pouco, de um nicho de empreendedores e empresas, que optam pela transformação de produtos locais, (farinha mandioca, milho) e da transformação de outros produtos no país, os quais se têm vindo a incorporar no consumo habitual.

Contudo, o **participante I**, acredita que o futuro depende da conjuntura internacional, aliada à evolução e comportamento da COVID-19, afirmando o **entrevistado K** que, embora fosse previsível e possível uma redução da dependência económica após 2020, ainda que essa redução fosse mínima, a atual pandemia do novo corona vírus, veio atrapalhar essas previsões. Daí, considerar ser difícil acreditar que haverá alteração do status quo.

O **participante J** diz que a pandemia Covid 19 estabelece um momento ímpar para o ponto de viragem de São Tomé e Príncipe. Com a economia mundial em crise, o entrevistado considera, por um lado, ser imperativo o país focar-se muito mais no desenvolvimento interior e, por outro, ser este o momento para transformar risco em oportunidade, sendo necessário para tal, uma mudança gradual e não repentina, quase como um desmame.

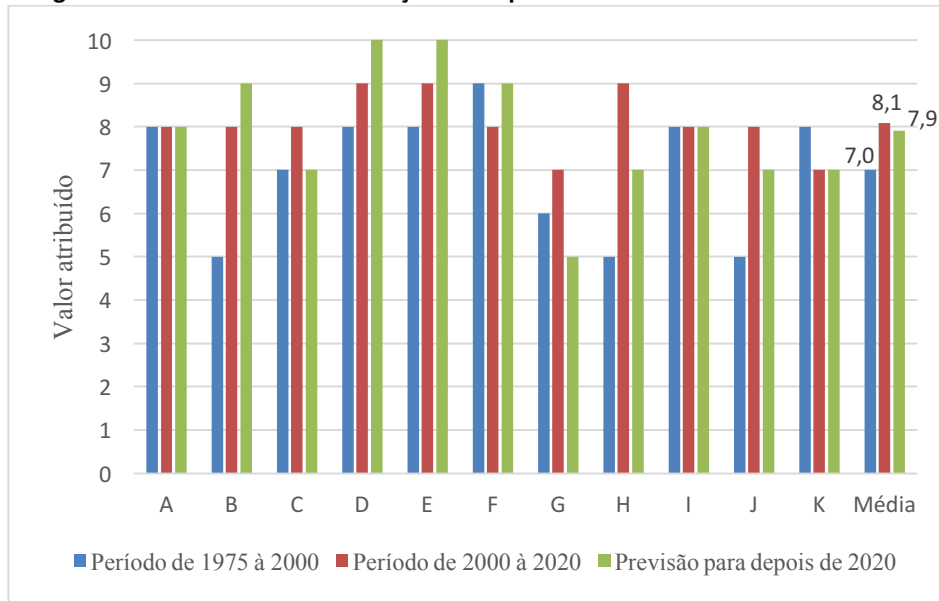
Tabela 7 – Diagnóstico da Situação de Dependência no Período após 2020

E	Opinião dos Entrevistados
A	Esperança na exploração do petróleo e no desenvolvimento do turismo.
B	Queda na economia devido ao COVID-19. Falta de compromisso do sector público. Agravamento dependência.
C	Agravamento. Cessação dos apoios externos a partir de 2022. Incapacidade de garantir a segurança alimentar e os desafios económicos em vários sectores.
D	Difícil prever. Provavelmente, agravamento.
E	Sem progressão positiva. Ausência de planeamento económico do país. Falta perspetiva em termos produtivos.
F	Difícil fazer previsão, sujeita às decisões e ações a tomar. Medidas adequadas podem reduzir a dependência.
G	Futuro não será o melhor. Sem planeamento económico nacional e sem perspetivas produtivas.
H	Previsão de crescimento económico e diminuição da dependência económica. Surgimento de nichos de empreendedores. Transformação de produtos locais, (farinha mandioca, milho) e outros produtos .
I	Futuro depende da conjuntura internacional, aliada à evolução COVID-19.
J	Agravou com o Covid-19. Covid-19 pode ser ponto de viragem, a oportunidade. Imperativo foco no desenvolvimento nacional.
K	Era previsível e possível a redução da dependência. Atual pandemia inviabilizou. Difícil acreditar que haverá alteração da situação.

4.3.3 Valoração dos três períodos pelos entrevistados

O diagnóstico e a valorização da dependência externa de STP, na visão dos entrevistados, para os três períodos em análise, sumariza-se na Figura 3 em que a valorização da situação de dependência económica nos três períodos em análise (1975 a 2000; 2000 a 2020 e após 2020) é apresentada. Da sua observação, é visível perceber, pelo valor atribuído a cada período, que, na opinião dos entrevistados, existe uma crescente situação de dependência económica externa de STP até 2020, o valorização média dos entrevistados sobe de 7,0 para 8,1 e que a previsão para o futuro é uma redução ligeira para 7,9. Ou seja, à medida que os anos pós-independência passaram e somente até hoje, a economia santomense tornou-se mais dependente.

Figura 3 – Valor Atribuído à Situação de Dependência Económica Externa de STP



Face ao exposto, foi considerado necessário colocar a seguinte pergunta adicional aos participantes na investigação: Qual a causa deste crescimento constante da dependência externa? As causas unanimemente apontadas pelos entrevistados foram as seguintes: êxodo rural, aumento da preferência da população pelos produtos importados (alimentos), destruição do sector produtivo, instabilidades políticas, privatizações das empresas e das roças, e a dependência da monocultura do cacau. A situação das roças é corroborada por Estevão (2017).

4.4 Dependência Económica Externa por sectores

Neste ponto analisamos a percepção e a valoração da dependência externa pelos diferentes entrevistados.

4.4.1 Percepção dos diferentes sectores pelos entrevistados

A percepção **do entrevistado A**, vai no sentido de afirmar que nenhum sector é viável quando um país depende em 90% de fundo externo.

O **participante B**, frisou que no sector sector social, o país tem estado a dar algumas respostas, sobretudo na educação. Embora certos programas dependam dos fundos

externos, já existem Universidades e algumas iniciativas locais de formação que fazem com que o país se esteja a tornar independente em determinadas áreas de formação. Entretanto na saúde, o Estado é muito paternalista, ou seja, quer resolver todos os problemas da população, sabendo que esta deve começar a contribuir mais significativamente para atenuar a situação do estado santomense. No que toca o sector produtivo, o referido participante, realça que se o país conseguisse produzir para a sua autossuficiência, somente os insumos e equipamentos que são importados para fomentar a agricultura, isso o tornaria menos dependente neste sector, o mesmo se aplicando ao sector da pesca. No domínio da industria, considera STP não é industrializado e que, embora, comecem a surgir algumas iniciativas de produção nacional, faltam alguns elementos chave, como a qualidade e a quantidade. Assim sendo, há necessidade de o país apostar mais na transformação de produtos locais, através da mobilização de fundos para financiar maquinarias e equipamentos para apoiar as iniciativas locais. Relativamente ao comércio, este entrevistado afirma que o maior problema atual, é o país importar tudo. O facto da população, na sua maioria, querer dinheiro rápido e se virar para o comércio agrava a situação da importação e do país, mantendo-o muito dependente do exterior para obtenção de produtos para comercialização doméstica. Ao nível do turismo, a dependência atual é devida à falta de desenvolvimento do turismo interno pelo facto das pessoas que têm meios preferirem viajar para o exterior ao invés de visitar os pontos turísticos do país. Relativamente às infraestruturas, o **entrevistado B**, afirma que a dependência financeira é extrema, ou seja, total, uma vez que os investimentos necessários são de somas elevadas e o país não possui capacidade financeira para os financiar, o que obriga, a recorrer aos empréstimos ou donativos. Assim sendo, a dívida externa do país vem crescendo de forma galopante. O mesmo destaca que para a governação, o país possui quadros qualificados para levar a bom porto os programas, mas falta autoridade ao Estado. A governação depende mais da população do que do Estado. Também aqui, a dependência dos parceiros de desenvolvimento existe, pois para governar o país é preciso ter dinheiro. O **participante B**, acredita que para o ambiente não são necessários fundos e que a forma de vida de STP não o danifica, sendo os países desenvolvidos os que estão a pôr em causa o bem-estar do planeta.

A dependência externa, por sector, é classificada pelo **entrevistado C**, em termos gerais, como sendo fortemente dependente, sobretudo no sector social e em áreas como a educação e a saúde. Durante longos anos, o país dependeu de professores qualificados vindos do exterior, inicialmente de professores cooperantes e, depois, com o início do projeto da Escola+, de professores da cooperação portuguesa. No que toca à saúde, por falta de quadros médicos, STP dependia da cooperação portuguesa e francesa para fazer funcionar os sectores de saúde, principalmente o hospital Agostinho Neto, até finais dos anos 90. Após isso, os doentes mais graves são enviados por via de junta médica. No sector produtivo, o mesmo, salienta que o país é dependente no domínio de importação de insumos e fertilizantes para agricultura. Também, é preciso importar combustível para os barcos artesanais para a atividade de pesca. O mesmo acontece com a indústria, tendo em conta, que não existem matérias primas para produção local de alguns produtos e bens essenciais (cerveja, licores, chapas, ferros, zínco), ou seja, a matéria prima deve ser importada, como por exemplo, a cevada e o açúcar. Para fomentar o comércio, a maioria dos bens de primeira necessidade, mais utilizados pela população, são também provenientes do exterior. Relativamente ao turismo, considera não haver turismo interno por os santomenses não terem a cultura do turismo. Nas infraestruturas, o **participante C**, afirma que o país não é totalmente dependente, tendo havido progresso com a melhoria de algumas pedreiras e areia de draga, só depende neste sector, de produtos como cimentos, ferros, tintas e outros apetrechos de acabamento, que são importados. Ainda assim, considera o país dependente, uma vez que não tem fábrica de produção, nem linha de montagem. Mesmo na energia térmica de STP, para funcionar necessita de importar o diesel e, na água, apesar dos recursos hídricos suficientes, para a sua canalização e tratamento, o país é obrigado a recorrer aos materiais e produtos externos. Para a governação, este entrevistado afirma haver soberania do estado e, por isso, não ser preciso ajuda externa. Contudo, a avaliação técnica dos magistrados, que é feita por um painel de magistrados vindos de Portugal, no domínio da reforma da justiça, mostra alguma dependência. Na ausência de uma escola superior de magistratura, também os magistrados são formados no exterior. No domínio financeiro, a dependência externa é visível, quer ao nível do orçamento de estado, quer ao nível dos investimentos públicos, chegando a ser 93% do exterior. Na área de defesa e segurança, devido à grande extensão marítima, o referido entrevistado,

é de opinião que o país não consegue assegurar por si só, todo o controlo da zona económica exclusiva e, por isso, depende do apoio dos parceiros (Portugal e EUA). No que concerne ao ambiente considera não ser o país fortemente do exterior, mas que, ao nível global, na luta contra mudanças climáticas, STP depende dos seus parceiros.

Na visão do **entrevistado D**, todos os sectores socioeconómicos do país dependem fortemente do exterior, sendo essa dependência completa ao nível de matérias primas e de materiais para a produção em todos os sectores produtivos. A nível da infraestrutura acontece o mesmo, existindo uma total dependência do exterior. No sector da governação destaca que o país, não consegue por si só, arrancar com boa governação e se dedica simplesmente a copiar o que já existe no exterior, sem o adaptar à nossa realidade.

Para o participante E, o país é dependente ao nível do sector social, devido à legitimidade do poder político estar dependente da capacidade de mobilização de recursos externos, ou seja, a liderança depende dos parceiros externos em financiar as necessidades internas. Sem os financiamentos externos perdi-se o poder governativo. Assim sendo, a liderança do país é dada pela capacidade dos políticos na mobilização externa dos recursos. No que toca à educação e ao valor social da educação, depende de critérios políticos ou partidários ao invés das competências. A mesma situação se aplica à situação social, uma vez que para a redistribuição dos bens, a relação pessoal existente e a cor partidária são tomadas em consideração. Para a saúde não há internalização de uma cultura de gestão preventiva de saúde pública, sendo o país muito dependentes dos quadros internacionais. Daí que o entrevistado faz a seguinte pergunta. Qual é a matriz intersectorial de atividade médica? Não se sabe, nem há capacidade tecnológica de produção terapêutica. No sector produtivo, o desequilíbrio da balança externa, entre importar e exportar, é evidente, sendo também frágil a infraestrutura do sistema de informação e a informação existente, por exemplo, sobre o consumo interno, o que coloca em causa a sobrevivência da população e não permite conhecer a capacidade produtiva interna. Na agricultura, o facto das matérias primas terem que ser importadas, implica uma forte dependência da ajuda externa, o mesmo se aplicando à pesca, mesmo que o país não importe peixe. Na indústria, não existe quase nada, seja em matérias-primas de produção, seja em tecnologia, onde a

dependência do exterior é muito forte. No caso do comércio, dependendo do nível de formalidade e informalidade do mercado, para funcionar, também necessita de todas ou da grande maioria das mercadorias importadas. Similar situação ocorre com o turismo, sendo o movimento turístico proveniente do exterior. Nas infraestruturas, o país depende dos fundos externos para construir e garantir a sua conservação, sustentando que a situação está a piorar, uma vez que são os chineses a fazer as manutenções e ao mesmo tempo, os gestores neste domínio e que o sistema económico deve ser reconstruído. Em outros domínios como o transporte e a energia, e dependência recai no combustível de Angola, na manutenção dos geradores feita por mão de obra externa e, na importação dos fatores tecnológicos e matérias primas, todos suportados por fundos externos, quer em donativos quer em empréstimos.

Relativamente à água, o **participante E** afirma ter STP uma dependência muito mais baixa em termos de fontes de fornecimento embora, no que respeita à sua exploração, essa dependência seja grande, onde a construção de centros de captação, o engarrafamento e o tratamento das águas é feito com projetos e fundos externos. Também o saneamento depende desses projetos em termo de esgoto, sendo o problema maior a sua sustentabilidade. No que concerne a governação, é outro sector dependente da ajuda externa embora o entrevistado considere que o país não devia depender de fundos exteriores de financiamento para atender as suas necessidades de governança. Embora as decisões da justiça não precisem do fundo externo para a sua execução, havendo uma certa autonomia no sistema judicial santomense face ao contexto externo, há, contudo, certas recomendações das organizações internacionais, para repor a verdade da justiça. No que toca a diplomacia, de realçar a inexistência de força e poder para influenciar a dinâmica da governação, ao nível internacional e regional. No domínio das finanças, a dívida externa é muito alta, sendo este um sinal de que a dependência é muito elevada. Também a dependência é grande em termos de defesa marítima e da própria segurança territorial, não tendo o país capacidade tecnológica, para observar as ameaças existentes (pirataria no Golfo da Guiné). Para o sector do ambiente, destacando os factos do país ser um arquipélago, completamente isolado e pequeno onde tudo que se produz é consumido pela população, de não ter voz a nível internacional, em termo de concertações de mudanças climáticas, e,

também, não ter um plano de análise, de desflorestação e, de gestão de lixo, sustenta que o impacto das mudanças climáticas o torna refém das competências externas, para o desenvolvimento dos programas.

Para o participante F, STP é fortemente dependente da ajuda externa, tendo em conta que, para financiar os sectores como a educação, proteção social e a saúde, em particular, para a obtenção dos especialistas e a evacuação dos doentes, necessita de solicitar apoio exterior. Também no sector produtivo, considera este entrevistado, haver uma forte dependência do exterior, através do financiamento de vários projetos. No domínio da agricultura, os insumos e produtos para o desenvolvimento do sector são importados, a pesca é mais artesanal e também na indústria, um sector escasso, e imperativo recorrer ao exterior. Quanto ao sector do comércio, vê o balanço anual entre a exportação (cerca de dez a doze milhões de euros) e a importação (120 a 140 milhões de euros) como muito desequilibrado para esta última, com aproximadamente onze a doze vezes mais que a primeira. Em consequência, avalia a dependência no domínio do comercio como sendo grande e com muita exposição ao exterior. Sendo um microestado, no que se refere ao turismo, entende não haver procura suficiente para desenvolver o turismo interno, considerando que, sem o exterior não há turismo no país nem condições para ser independente neste sector. No que concerne às infraestruturas, considera-as totalmente financiadas pelo exterior, seja na modalidade de donativo ou de crédito. Quanto à governação, entende a dependência como sendo pouca e que nenhum país está completamente isolado, havendo uma interdependência internacional pelo que, embora STP dependa do exterior e esteja limitado nalgumas decisões, não podendo fazer tudo que quer quando quer, é um país soberano. No ambiente, a perceção é a de que neste sector o país depende de si mesmo, não havendo vizinhos para destruir o ambiente. Contudo, o aquecimento global impõe dependência uns dos outros, para levar a cabo, alguns projetos que o mitiguem.

O **entrevistado G**, é de opinião que no sector social alguns subsectores são mais dependentes e outros menos, como é o caso da educação onde houve progressos que resultaram numa menor dependência do exterior. Pelo contrário, na proteção social, afirmou muito pouco ter sido feito, continuando os trabalhadores a não ter uma reforma boa, o que implica más condições e vulnerabilidade de vida nas famílias, sem grandes

soluções para muitas situações de pobreza. Já no sector da saúde entende existir uma grande dependência, continuando o país a solicitar muito apoio externo de especialistas e sem criar incentivos para a formação de especialistas nacionais. Também o sector produtivo é visto como fortemente dependente e com a necessidade de incentivar e ampliar a produção nacional. Sugere que as cooperativas devem fazer mais nesse sentido, motivando e ajudando os agricultores a melhorarem as práticas culturais e a planearem a produção para se ajustar à procura, evitando períodos de grande excedente e, também criar mecanismos para a exportação. Afirma a pesca, como sendo semi-industrial e artesanal na sua maioria e, na indústria haver tentativas de diminuir a dependência através de algumas linhas de transformação. Já no comércio, sustém ser total a dependência do exterior e não existirem incentivos para inverter a situação que, passa, segundo a sua opinião, por uma reforma da própria câmara do comércio. Avalia os comerciantes nacionais como uma classe pobre e sem expressão, o que faz com que sejam os estrangeiros a assumir este subsector e a abastecer o mercado e as divisas obtidas a serem enviadas para fora do país. Valoriza e confia no que vem sendo feito em prol do turismo, requerendo este sector de formação do pessoal em toda a cadeia de valor, de ligação aérea mais barata e de desenvolver o turismo interno. No sector de infraestruturas, considera haver necessidade de criação de alicerces básicos e de ter havido progressos no sector dos transportes, ao nível da companhia aérea embora o país seja ainda fortemente dependente, no que respeita aos transportes aéreo e marítimo. Considera que o país tem beneficiado de projetos, em termos de energia renovável no sentido de mudar a matriz energética nacional, mas que, continua a haver forte dependência em termos de combustível (diesel) para a produção da energia atual, onde a térmica é predominante. Na água e no saneamento o país é dependente, em particular no que toca ao tratamento, onde os produtos para o tratamento são importados. No âmbito da governação, o **entrevistado G** afirma STP como dependente, por a receita interna não financiar as necessidades internas, sendo necessário recorrer ao fundo externo para as financiar e, por a dependência financeira ser o principal indicador para uma boa governação. Relativamente à justiça, à o país precisa do exterior para capacitar o pessoal, situação similar à defesa e segurança devido às missões e serviços conjuntos. Já no domínio da diplomacia, sustenta a falta de pagamento das cotas como indutora de pouca expressão nas organizações regionais e internacionais.

Finalmente, considerando terem existido grandes progressos no ambiente, com o país a deter uma carteira de quadros formados na área do ambiente, defende estar bem servido de quadros nacionais para estudos locais.

O entrevistado H, destaca STP não ter os seus próprios hábitos e sempre se adaptar aos do exterior como um problema, seja ao nível do currículo escolar, sempre dependente da visão do exterior, seja de outros. Adicionalmente, avalia o regime de proteção social como não abrangente e, muitos outros nichos de atividades também como não abrangentes, o que faz com que o país continue numa situação de precariedade e vulnerabilidade. Já a saúde, entende que depende fortemente do exterior, sobretudo na tecnologia e ciência. Também o sector produtivo, é dependente da importação de insumos agrícolas, do mercado para exportação, do fraco consumo interno, do fornecimento de equipamentos de pesca e, da sua manutenção. A dependência continua a nível do mercado para escoar a produção e da tecnologia, pela inexistência de capacidades locais. No comércio, que afirma ser composto por 95% dos bens importados por o centro emissor de turista também se encontrar no exterior, devido o fraco poder de compra local, também considera existir elevada dependência. Situação similar ocorre no sector de infraestrutura, onde o **entrevistado H** considera haver uma forte dependência exterior na aquisição de materiais de todo o tipo (combustíveis, equipamentos e produtos de manutenção, instalação e tratamento), principalmente no combustível, cujo nível de dependência é de 100%. Para a governação do OGE (Orçamento Geral do Estado), o financiamento, através da ajuda externa, é superior a 90%, havendo apoios sucessivos para a justiça, em particular para a reforma da justiça, para formações e para aquisições de materiais, ente outros. No domínio das finanças, o **entrevistado H** destaca a fraca capacidade de gestão e a pouca cultura de poupança devido ao hábito do donativo. Quanto à defesa e segurança, considera haver apoios contínuos com cooperações diversas, a nível da segurança, no âmbito geral para salvaguardar os interesses nacionais. Finalmente, considera a diplomacia como um sector com grande necessidade de criar relações diplomáticas e as ações e programas desenvolvidos no âmbito do ambiente como muito dependentes do exterior em termos de financiamento. Relativamente as mudanças climáticas, o participante realça que as ações à serem implementadas depende dos apoios externos.

Na problemática da valorização da dependência externa, o **entrevistado I** enfatiza a melhoria alcançada ao nível dos serviços sociais básicos, conseguida, em grande medida, pela cooperação internacional. No sector produtivo afirma haver forte dependência da importação dos insumos para a agricultura, dos materiais de pesca, e da quase totalidade dos inputs para a indústria. Quanto ao comércio de bens, afirma cobrirem as exportações apenas cerca de 10% das importações, baseando-se o turismo santomense essencialmente na procura externa. No sector das infraestruturas, opina o **entrevistado I** ser uma boa parte destas financiadas com fundos externos, enquanto nos transportes o financiamento é total, assim como nos inputs usados na produção e fornecimento da energia térmica consumida no país, que são importados. Também na água e saneamento, uma boa parte das infraestruturas são financiadas com recursos externos. No que respeita à governação e liderança do país, é considerada deficiente por este participante, quer ao nível da justiça, como das finanças, defesa e segurança e, diplomacia, sustentando ainda, ausência de objetividade de médio e longo prazo. Também no sector do ambiente sustém a existência de uma liderança deficiente.

O **participante J**, salienta que o governo não consegue financiar as infraestruturas do sector social, mas, na educação fez forte investimento nas construções e reabilitações de escolas embora sejam raros, os realizados apenas com recursos internos. A proteção social tem igualmente merecido investimentos, com recursos externos e, a saúde, percebido como um sector muito mais complexo e mais vasto, obrigada a combinar recursos internos e externos para lhe responder em termos de equipamentos, infraestruturas e, pessoas. Entende o sector produtivo, cujas prioridades são estabelecidas com base no programa do governo, como mais dependente do financiamento externo, assim como a agricultura, sector onde infelizmente o país não é autossustentável e onde o governo tem feito um grande esforço para financiar vários projetos nos últimos 15 anos. A pesca considera ser mais autossuficiente. Na indústria, o **participante J** afirma ser um sector vazio, onde nada existe a não ser algumas poucas unidades de transformação, com base nas poucas iniciativas privadas existentes no país. Avalia o comércio como um domínio complexo, onde coexistem grandes e pequenas atividades, sendo o grande comércio gerido por empresas estrangeiras assim como as unidades hoteleiras do turismo e as casas de jogos, propriedade de investidores

estrangeiros. Nas infraestruturas, afirma serem os investimentos de grande porte feitos com recursos estrangeiros, (donativos, créditos e empréstimos), em parcerias públicas e privadas. Já nos transportes, na energia, na água e no saneamento, considera terem sido os investimentos feitos com os recursos nacionais, realçando não haver muita interferência externa na governação e a justiça ser uma área muito intrínseca à cooperação. Ainda assim, afirma que, no que toca à gestão das Finanças Públicas, muitos investimentos foram realizados por parceiros (FMI, Banco Mundial e, outros), o mesmo acontecendo com defesa e segurança e, a diplomacia, devido a acordos de cooperação nestes subsectores, não sendo propriamente uma dependência externa. No ambiente, considera que tem havido muita preocupação com a mitigação dos efeitos nefastos embora, não existam recursos alocados no OGE para este sector e, muitas ações e projetos para responder às necessidades, tenham sido feitos a nível privado. É o caso de várias ações levadas a cabo pelas unidades hoteleiras, com recursos externos, para colmatar a adaptação às mudanças climáticas.

Para o **participante K**, o Estado não tem capacidade para gerar receitas próprias suficientes, para fazer face as despesas com o setor social, sobretudo no que concerne aos aspetos de infraestruturas. Considera assim, que essa dependência é e será, elevada por muito tempo. Sustenta que, no setor produtivo, enquanto não houver transformações de produtos nacionais, a produção continuará a ser muito dependente do exterior, sobretudo na questão das matérias primas. Na agricultura, sugere diversificar a produção e utilizar matérias primas locais para transformação, considerando na pesca, quase não existir dependência externa, situação que avalia como inversa no turismo, onde a dependência é quase total por duas ordens de razões: falta de promoção interna e desenvolvimento de produtos de atração turística. Afirma como indiscutível a dependência do sector de infraestruturas, onde quase todo o investimento realizado depende do financiamento externo. O **participante K** considera impossível ter uma governação sem dependência do exterior, na medida em que, mesmo para os aspetos mais elementares, há necessidade de receber assistência técnica dos parceiros internacionais. Ainda assim, admite ser possível considerar ter havido alguma melhoria e sustenta que, embora a justiça não dependa do exterior, seria corajoso fazer cooperações assertivas com outros países, para formação e capacitação

dos quadros e fazer mesmo justiça, sendo notório que esta padece de muitos males. Quanto a defesa e segurança, embora afirme ser teoricamente independente, sustém, tendo em conta o número de contingentes militares disponíveis e, o nível de apetrechamento em termo de equipamentos, ser o país incapaz de fazer frente a qualquer ameaça real, vinda do exterior, sendo fundamental a cooperação internacional, *“sem a qual nem o pouco que temos seríamos capazes de garantir”*. No que toca a segurança interna, a situação é praticamente a mesma, pois os recursos internos do país não permitem assegurar a manutenção das forças paramilitares, sendo uma boa parte dos meios de que dispõe, proveniente da ajuda externa. A diplomacia é, um campo onde STP nunca foi suficientemente hábil em matéria de ofensiva diplomática, não havendo uma boa estratégia diplomática que permita, apesar da pequenez do país, ter alguma influência nos consertos das nações. Assim, resume a diplomacia de STP a um pedido de apoio, sem oferecer contrapartida, nem haver grande preocupação em ter quadros nacionais a representar o país nas organizações e grupos económicos internacionais apesar desses quadros existirem e estarem à altura dos cargos nas estruturas internacionais. Quanto ao ambiente, afirma não ter STP muito sucesso na sua preservação e o pouco conseguido depender não dos recursos próprios, mas, da generosidade dos parceiros (Nações Unidas). No domínio de adaptação as mudanças climáticas, nada é feito sem o auxílio da comunidade internacional.

A Tabela 8 sintetiza o diagnóstico da situação de dependência económica externa por sector realizada pelos entrevistados.

4.4.2 Valoração dos diferentes sectores pelos entrevistados

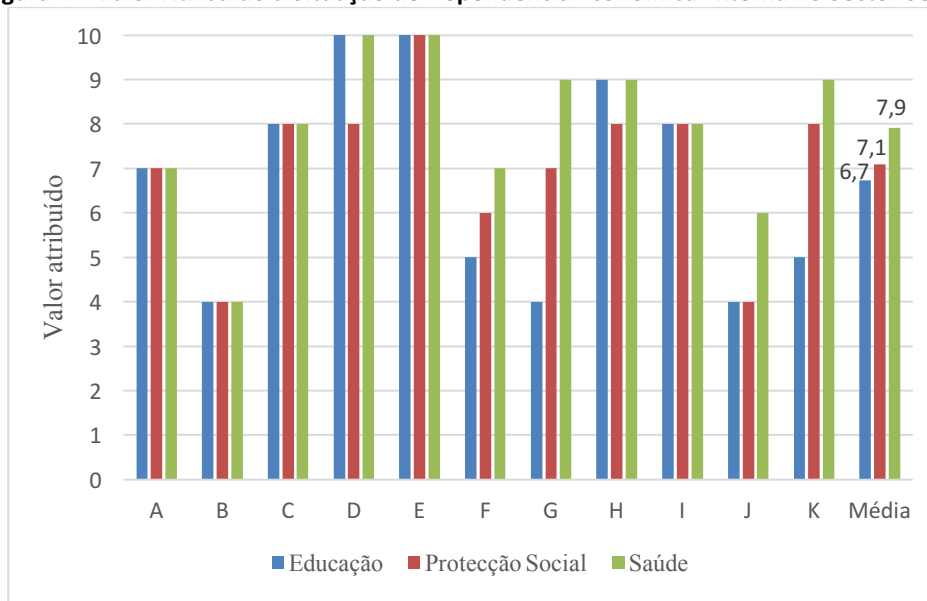
As Figuras 4 a 7 ilustram, por sector analisado, nomeadamente, social, produtivo, infraestruturas e governação, o valor atribuído por cada entrevistado à situação de dependência externa.

Tabela 8– Diagnóstico da Situação de Dependência Económica Externa por Sector

E	Opinião dos Entrevistados da Situação de Dependência Económica Externa por Sector				
	Social	Produtivo	Infraestruturas	Governança	Ambiental
A	Nenhum sector é viável, devido a dependência de 90% de fundo externo.	Nenhum sector é viável, devido a dependência de 90% de fundo externo.	Nenhum sector é viável, por ter 90% dependência externa.	Nenhum sector é viável, devido a dependência de 90% de fundo externo.	Nenhum sector é viável, devido a dependência de 90% de fundo externo.
B	O país tem dado algumas respostas em alguns domínios, embora dependa dos fundos externos	O país é relativamente dependente, necessitando do exterior para obtenção de insumos, equipamentos e bens de 1ª necessidade.	Há uma dependência total, devido a necessidade de grandes investimentos.	Falta autoridade do Estado, perante a população e necessidade de fundos para governar.	O país não é industrializado a ponto de colocar em causa o ambiente.
C	O país é fortemente dependente uma vez que precisa das cooperações externas para dinamizar o sector produtivo.	O país é dependente do exterior uma vez que precisa importar os insumos, fertilizantes, combustíveis e matérias primas.	O país dispõe de recursos naturais, suficientes, mas tem importar materiais e combustíveis para produção.	O Estado tem a sua soberania, mas em alguns sectores, como a justiça, defesa e segurança, é preciso recorrer ao apoio externo.	Na luta contra as mudanças climáticas, STP precisa da ajuda de alguns parceiros para levar a cabo algumas campanhas.
D	Todos os sectores socio económicos são fortemente dependentes do exterior.	Dependência completa a nível das matérias primas e de matérias para produção.	Total dependência do exterior.	O país dedica-se simplesmente a copiar o que já existe no exterior, sem adaptar à realidade.	(Não respondeu)
E	A legitimidade do poder político está dependente da capacidade de mobilizar recursos dos parceiros externos para financiar as atividades internas.	Há um desequilíbrio da balança externa, entre importação e exportação devido a fraca capacidade de produção interna.	Dependência dos fundos externos para construir e garantir a manutenção e conservação dos investimentos feitos.	Inexistência de poder para influenciar decisões a nível internacional e obrigatoriedade de seguir as recomendações internacionais.	O país é refém das competências externas para o desenvolvimento dos programas.
F	Dependência dos especialistas e assistência técnica.	Necessidade de importar insumos e produtos para o desenvolvimento do sector e desequilíbrio na balança comercial.	Necessidade de recorrer através da modalidade de donativo ou de crédito aos fundos externos.	País soberano, embora dependa do exterior nalgumas decisões.	Devido ao aquecimento global, impõe dependência um dos outros.
G	Alguns subsectores são mais dependentes e outros menos, havendo progressos em alguns independentemente de outros precisarem de apoio externo.	É fortemente dependente, devido a falta de mecanismo de exportação. Há subsectores, que são dominados pelos estrangeiros.	Infraestrutura é sector fortemente dependente, sobretudo na produção da energia.	Dependente uma vez que não dispões de recursos tanto financeiros como técnicos para responder às suas necessidades.	Grandes progressos sobretudo quadros formados, neste domínio.
H	Fortemente dependente do exterior, sobretudo em alguns sectores que se encontram em situação de precariedade.	É dependente da importação dos insumo, equipamentos e fraco consumo interno.	Forte dependência do exterior na aquisição de matérias, como o combustível (100%).	Mais de 90% do OGE depende da ajuda externa.	As ações a serem implementadas dependem do exterior.
I	Melhoria alcançada a nível dos serviços sociais, conseguida em grande medida pelas cooperações internacionais.	Forte dependência na importação de insumos – e materiais, para produção interna.	Financiamentos vem de recursos externos, sobretudo nos inputs de produção e fornecimento de energia térmica.	Deficiência na governação e liderança do país devido a ausência de objetividade de médio e longo prazo.	Existência de uma liderança deficiente devido a ausência de objetividade de médio e longo prazo.
J	O governo depende do exterior, para financiar a infraestrutura do sector social, de vez em quando combinam os recursos internos e externos para responder a algumas necessidades.	O país não é autossustentável em agricultura, a industria é quase inexistente, a pesca é quase suficiente e o comércio e o turismo são dominados pelas empresas estrangeiras.	Obrigatoriedade de recorrer a recursos estrangeiros (donativos, créditos e empréstimos)	A necessidade de cooperação neste sector, não significa uma dependência externa, entretanto houve muitos investimentos realizados pelos parceiros	A falta de recursos alocados no OGE, faz com que haja dependência a nível do privado, tendo em conta que são eles quem realiza várias ações neste âmbito.
K	Falta de capacidade do Estado para gerar receitas próprias para fazer face às despesas do sector social, principalmente dos aspetos infraestruturais.	Inexistência de transformação de produtos nacionais, que faz com que o país seja dependente do exterior, sobretudo nas questões de matéria prima. Falta de promoção interna e desenvolvimento de produtos de atração turística.	Quase todos os investimentos realizados dependem do financiamento externo.	Impossível ter uma governação sem dependência do exterior, pois mesmo nos aspetos mais elementares, há necessidade de recorrer a assistência técnica dos parceiros internacionais. Faltam recursos internos e estratégias para garantir a segurança e se impor nos concertos das nações.	Falta de capacidade de preservação, dependência dos parceiros, no domínio de adaptação às mudanças climáticas.

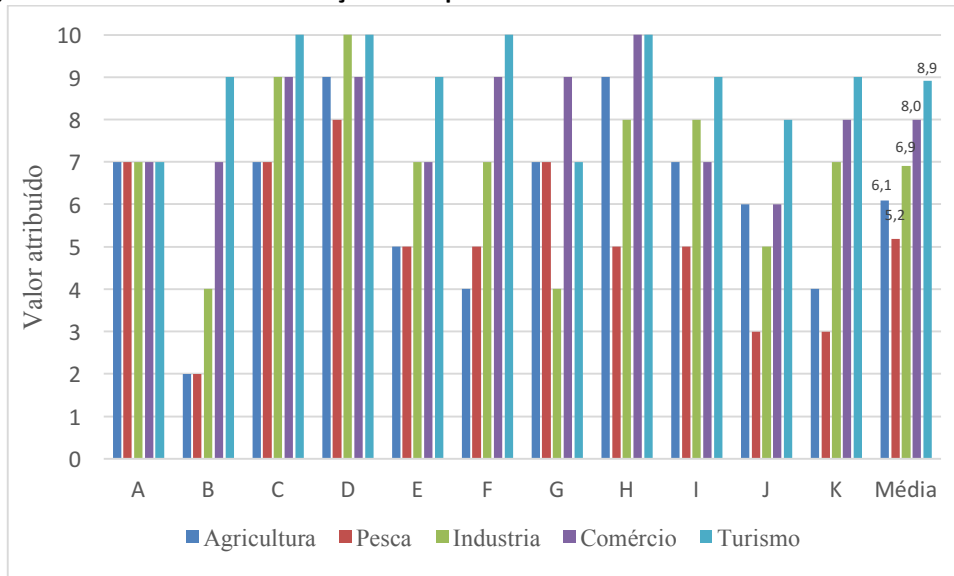
A observação da Figura 4 evidencia que a maioria dos participantes atribuem uma maior pontuação à dependência económica externa do sector de saúde, valorização média de 7,9, do que os restantes o que mostra ser este subsector, dentro do sector social, aquele que os entrevistados consideram ser o mais dependente do exterior. Segue-se-lhe a protecção social (7,1) e a educação (6,7), este último entendido como menos dependente face aos programas de formações desenvolvidos nos últimos anos, sobretudo as formações profissionais e a criação de algumas universidades.

Figura 4 – Valor Atribuído à Situação de Dependência Económica Externa no Sector Social



Relativamente ao sector produtivo (Figura 5), o maior valor atribuído à dependência económica situa-se no subsector do turismo (8,9) e do comércio (8,0), considerados totalmente dependentes pela maioria dos entrevistados, sendo o menor valor atribuído à pesca (5,2). A indústria (6,9) e a agricultura (6,1) são também valorizadas como fortemente dependentes, pela necessidade de importar insumos e matérias primas para os fazer funcionar. O subsector da pesca, considerado mais artesanal, é visto com menor dependência do exterior embora, o seu funcionamento necessite de combustível, redes e outros materiais que são abastecidos pelo exterior.

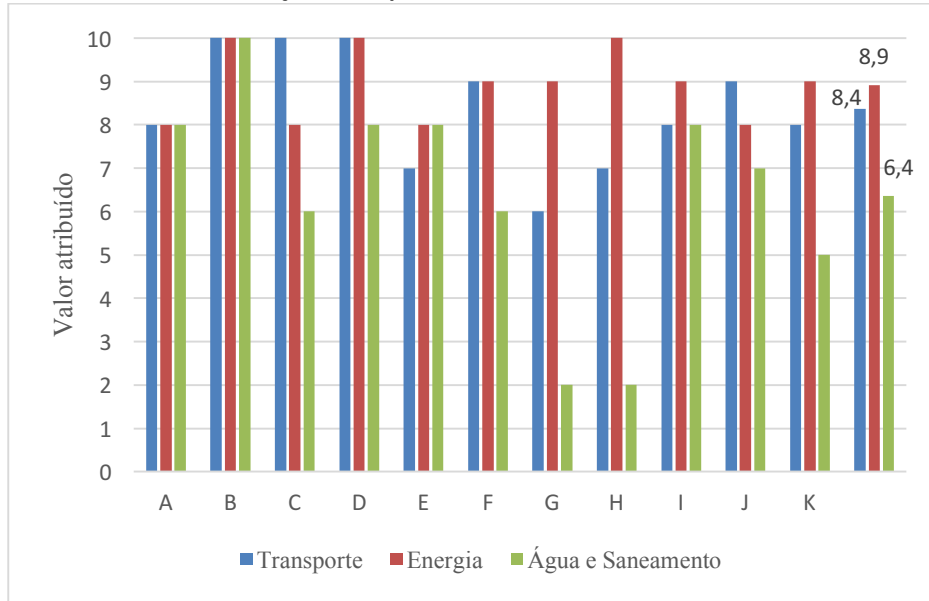
Figura 5 – Valor Atribuído à Situação de Dependência Económica Externa no Sector Produtivo



As infraestruturas com os subsectores de energia (8,9) e transportes (8,4) são os subsector onde todos os participantes foram unânimes em considerar totalmente dependente do exterior (Figura 6). O maior problema deste sector é a grande necessidade de investimento, impossível de garantir com os recursos financeiros limitados do país. A água e o saneamento (6,4) são subsectores a que STP pode e deve atender a médio e longo prazo, tendo em conta os recursos hídricos disponíveis e os projetos desenhados (embora estes venham a ser financiados com fundos externos), desenvolvendo um plano de sustentabilidade como fonte de realimentação.

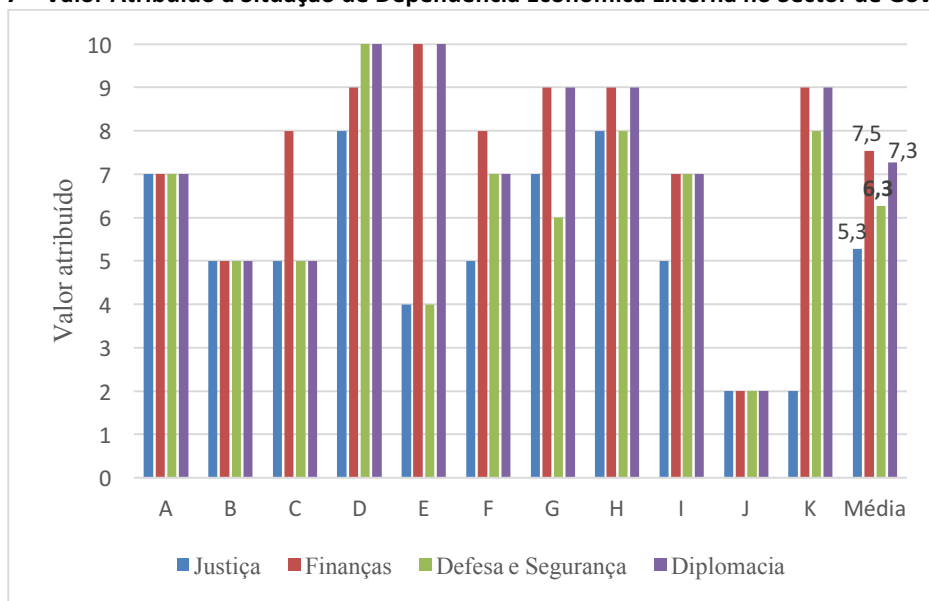
Quanto ao sector de governação, as opiniões e o conseqüente valor atribuído não é coincidente (Figura 7). Provavelmente tal acontece por os participantes considerarem as intervenções permanente dos parceiros de desenvolvimento como um condicionalismo a que um país com dificuldades financeiras está sujeito. No domínio de justiça (5,3), os entrevistados valorizam esse subsector como o menos dependente do exterior. Dos restantes, finanças (7,5) e diplomacia (7,3), são valorizados como muito dependentes do exterior, do ponto de vista económico enquanto a defesa e segurança (6,3) apresenta um valor mais baixo.

Figura 6 – Valor Atribuído à Situação de Dependência Económica Externa no Sector de Infraestruturas



Esta dependência é justificada, pela necessidade de segurança conferida pela comunidade internacional, pela inexistência de fundos internos para a sustentabilidade económica do país que, também por ser pequeno e frágil, não tem expressão ao nível das organizações internacionais. Em consequência, há praticamente uma obrigação de aceitar as exigências e as recomendações impostas pelos parceiros e organizações internacionais.

Figura 7 – Valor Atribuído à Situação de Dependência Económica Externa no Sector de Governação



4.5 Alocação Interna dos Fundos na Dependência Económica Externa

A visão dos entrevistados sobre a alocação interna dos fundos, para atenuar a situação de dependência, para os três períodos em análise, sintetiza-se abaixo. A sua análise é detalhada em seguida, por período temporal.

4.5.1 Período temporal 1975 a 2000

A informação obtida relativa a este período encontra-se na Tabela 9. O **entrevistado A**, afirma ter a economia sido centralizada até aos anos 90, com o ajustamento estrutural e, aberta ao mercado em 1995 com a posterior privatização das empresas. Os fundos foram usados para suportar esta evolução assim como a melhoria da principal fonte de rendimento do país, a exploração de cacau. Entretanto a baixa produtividade desta cultura, aliada à redução do preço do cacau no mercado internacional, agravou a situação do país. Esta opinião é corroborada pelo **participante D**, que frisa não ter havido investimentos no sector produtivo e investigativo, capaz de inovar e criar soluções internas, pelo **participante I**, que realça a ausência de capacidade interna e, pelo **entrevistado E**, que afirma terem os fundos externos sido usados no consumo interno, sem haver produtividade e com incapacidade de manter os investimentos e, de criar riqueza para investir e recuperar os investimentos feitos. os investimentos feitos. Ainda assim, o **entrevistado C** evidencia terem havido muitos projetos, mas sem sustentabilidade, apesar de existir estabilidade política do regime único (manteve-se durante 15 anos) na economia planificada.

Para o **entrevistado J**, a dependência foi aumentando gradualmente no período de 1975 à 2000, embora considere terem os fundo de financiamento externo dos projetos sido melhor alocados, pelo menos até aos anos 90. A partir daí, deteriorou-se a situação, porque houve muita queda do governo, sem uma estratégia clara de desenvolvimento para o país e estando mais em causa o interesse partidário. Apenas o **participante B**, afirma terem os fundos sido bem aplicados nos diversos sectores após a independência, considerando ter havido, de forma significativa, um crescimento populacional que pode ter condicionado, mas, que, o grande mal, foi a falta de capacidade para manter e conservar os investimentos feitos. O **participante F**, foi mais crítico, sustentando que, o

facto de a gestão dos fundos externos ser feita pelos próprios doadores ou credores, prejudicou o país, não permitindo fazer uma gestão de acordo com as suas prioridades.

Tabela 9 - Perceção dos Entrevistados da Alocação Interna dos Fundos Externos no Período 1975-2000

E	Opinião dos Entrevistados da Alocação Interna dos Fundos
A	Fundos usados no ajustamento estrutural da economia (anos 90) e na abertura da economia ao mercado (95) e privatização das empresas.
B	Fundos foram bem aplicados nos diversos sectores. Faltou capacidade para manter e conservar o investimento feito.
C	Muitos projetos não tiveram sustentabilidade, apesar da estabilidade do regime único (15 anos) e da economia planificada.
D	Não houve investimentos no sector produtivo e investigativo, capaz de inovar e criar soluções internas.
E	Fundos externos foram para o consumo interno. Não houve produtividade, nem capacidade de manter os investimentos e criar riqueza.
F	Gestão dos fundos feita pelos doadores, prejudicou STP e inviabilizou uma gestão de acordo com as suas prioridades.
G	Fundos usados não conseguiram levar o país a atingir metas desenvolvimento.
H	Fundos foram usados para estruturação da economia e suporte da exploração e exportação de cacau.
I	Ausência de capacidade interna para gerir os fundos externos.
J	Fundos melhor alocados até anos 90. Depois houve muito interesse partidário e quedas do governo, sem estratégia de desenvolvimento do país.
K	Alocação de fundos não desenvolveu o sector privado e as privatizações dos anos 90 dificultadas pela instabilidade política e governativas.

4.5.2 Período 2000 a 2020

Sobre a alocação interna dos fundos externos para atenuar a dependência (Tabela 10), o **entrevistado A**, afirma que, do ano de 2000 em diante, as coisas pioraram uma vez que as empresas agrícolas já não eram eficientes, face à baixa acentuada ocorrida na produção e produtividade do cacau, que era a principal fonte de exportação do país. Opinião similar tem os **entrevistados B e G** que alegam tal situação ter ocorrido pela má aplicação dos fundos: os fundos de investimentos foram usados para financiar despesas de consumo, faltando garantir a manutenção e conservação dos investimentos feitos. Segundo o **participante C**, esta situação piorou com a instabilidade política e os desvios à alocação dos fundos dos projetos e, em consequência, não foram atingidas as metas traçadas. O **entrevistado D**, mantém a opinião, que os fundos deviam ter sido investidos no sector produtivo e de investigação de modo a inovar e criar soluções internas. Para acrescentar o **entrevistado H**, salienta que não houve nenhuma alteração estrutural com vista a diminuição da dependência. O **entrevistado J**, justifica a dificuldade de alocação dos fundos neste período, devido ao facto de continuar a haver instabilidade governativa (apesar da situação ter melhorado entre 2010 e 2020) e à falta de uma

estratégia para o país, embora nos últimos anos tenha havido um esforço para elaborar uma estratégia para desenvolvimento, que priorizasse os sectores chave e melhorasse, ainda que ligeiramente, a situação económica. Ainda assim, persiste uma situação muita dependência. Nesta conjuntura, o **entrevistado I**, considera a alocação inadequada devido à liderança e capacidade interna continuarem deficientes, adicionando a isso, a instabilidade governativa e a falta de objetividade.

Tabela 10 - Perceção dos Entrevistados da Alocação Interna dos Fundos Externos no Período 2000-2020

E	Opinião dos Entrevistados da Alocação Interna dos Fundos
A	Situação piorou pela quebra de eficiência produtiva do cacau, a principal fonte de exportação do país.
B	Ineficiência produtiva ocorreu por má aplicação de fundos (fundos para investimentos usados em despesas de consumo). Faltou garantir a manutenção dos investimentos feitos.
C	Desvios à alocação dos fundos de alguns projetos, por Instabilidade política. Metas traçadas não atingidas.
D	Fundos deviam ter sido investidos no sector produtivo e de investigação para inovar e criar soluções internas.
E	Fundos deviam ter sido usados para melhorar todo sector produtivo, cuja situação piorou.
F	Alocação de fundos resultou em benefícios para os serviços do sector do turismo.
G	Má aplicação de fundos, sem garantia de reinvestimento e conservação de investimentos.
H	Não houve nenhuma alteração estrutural com vista a diminuição da dependência.
I	Deficiente liderança e capacidade interna para alocar os fundos. Instabilidade governativa e falta de objetividade.
J	Dificuldade de alocação dos fundos para redução da dependência devido à instabilidade governativa e falta de estratégia para o país.
K	Piorou. Alocação de fundos não deu continuidade aos projetos anteriores nem orientou a economia para a redução da importação e para a exportação

4.5.3 Previsão Pós 2020

Na Tabela 11 apresenta-se as principais opiniões de cada participante. Os **participantes A e C** preveem que para 2020 em diante, a situação de alocação possa melhorar, pela melhoria nas esferas de prestação de serviços com forte aposta no sector do turismo, e esperança na exploração de petróleo, que poderá garantir o desenvolvimento sustentável caso os rendimentos e receitas, frutos destes dois sectores, forem bem aplicados. Também parece haver futuro com a estabilidade política. Para acrescentar, o **entrevistado I**, defende que a previsão para depois de 2020 dependerá da capacidade interna de definir prioridades e da objetividade de as implementar, a médio e longo prazo. Já o **participantes F** não prevê grandes alterações após 2020, sendo o **participante E** de opinião que há necessidade de mudar a cultura institucional, para racionalizar os recursos, e ter capacidade interna de reprodução e recuperação.

Tabela 11 - Percepção dos Entrevistados da Alocação Interna dos Fundos Externos no Período após 2020

E	Opinião dos Entrevistados da Alocação Interna dos Fundos
A	Com estabilidade política, pode melhorar. Esperança no turismo e exploração de petróleo, se as suas receitas forem aplicados.
B	Previsão não é boa com atual colocação de pessoas, pela política, sem carreira e experiência, inviabilizando o funcionamento sectorial. Exigir prestação de contas e maior responsabilização.
C	Mantendo-se a estabilidade política, há esperança na melhoria da situação com o turismo e o petróleo, desde que as receitas sejam usadas de modo sustentável.
D	Previsão não é boa. Para melhorar deve haver prestação de contas, maior responsabilização em todos os quadros em especial os dirigentes e governantes.
E	Melhoria implicará necessidade de mudar a cultura institucional, para racionalizar os recursos, e ter capacidade interna de reprodução e recuperação.
F	Sem previsão de grandes alterações.
G	Futuro sem expectativas por o país não saber o que quer.
H	Melhoria se existirem verbas para infraestruturas (porto, aeroporto, estradas) e criar condições de acolher investimento externo.
I	Futuro dependerá da capacidade de definir prioridades e objetividade em as implementar, a médio e longo prazo
J	Melhoria possível com foco prioridades, criação de valor (investimento produtivo) e diferenciação.
K	Aplicação deficiente dos recursos vai continuar. Falta vontade política para formular políticas viradas para exportação e redução da importação..

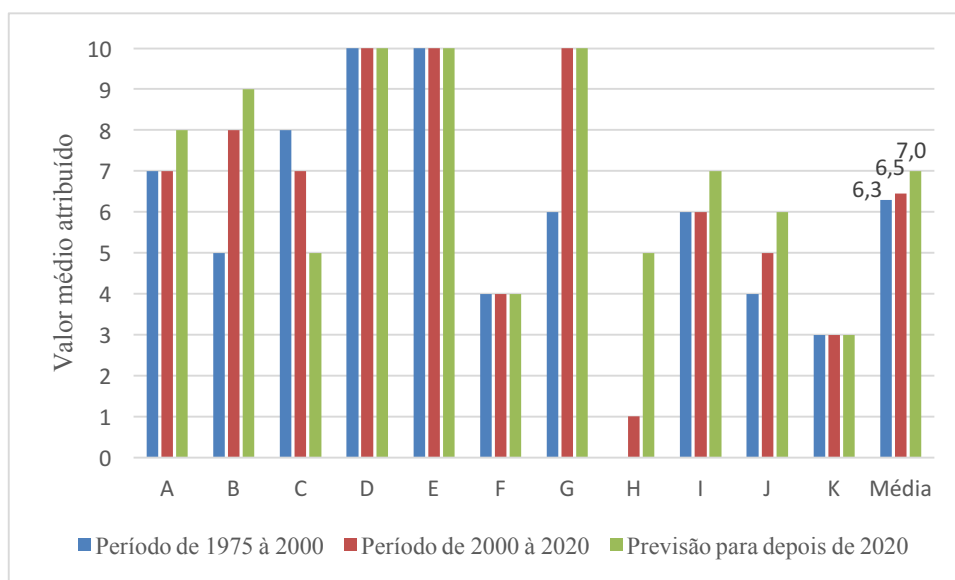
Também os **participante J e H**, sugerem muita coisa a ser feita no futuro. O primeiro defende a ideia de melhorar a alocação interna, para diminuir a dependência, através de um enfoque em prioridades para melhorar o desenvolvimento do país, nomeadamente, criação de valor (investimento produtivo) e diferenciação (*“o país só ganhará quando houver diferenciação”*) uma vez que STP não tem terra suficiente. O **participante H** afirma a necessidade de obter verbas, para construção de um porto e de um aeroporto e de estradas de modo a criar valor interno e melhorar as condições para acolher investimento externo. O **entrevistado K**, tem dúvidas sobre o futuro no que toca à manutenção de deficiências na aplicação dos recursos externos, fundamentando-as no facto do país não ter uma economia virada para a exportação, nem mesmo para a substituição de parte da importação, assunto que embora muito falado, nunca houve vontade política para tomar medidas concretas. Precisamente por isso, considera que o país irá continuar sendo tão dependente do exterior como até agora. Para os **participantes B e D**, a previsão também não é boa, atendendo aos exemplos de enquadramento de pessoas por via política, desprovidos de experiência e, sem serem de carreira, pondo em causa o bom funcionamento de alguns sectores. Segundo sua opinião, porque há pessoas que entram pelas janelas, com falta de compromisso e espírito de missão para com o país, é necessário, para que as coisas melhorem, começar a exigir prestação de contas, maior responsabilização, em todos os quadros e,

sobretudo, dos dirigentes e, para governar, a apresentação de uma estratégia de governação, que servirá de guião. O **participante G**, vai ainda mais longe, afirmando não ter grande expectativa no futuro uma vez que “*não sabemos o que queremos*”.

4.5.4 Valoração dos três períodos pelos entrevistados

O valor atribuído à alocação dos fundos externos para atenuar a dependência económica de STP, por período temporal, apresenta-se na Figura 8. A sua análise evidencia que, na opinião dos entrevistados, os fundos foram pior alocados nos primeiros anos pós-independência (6,3), do que no período seguinte, 6,5, sendo a previsão ainda melhor, 7,0, para o futuro próximo. Ou seja, à medida que os anos passam, a gestão dos projetos e dos fundos externos alocados, foi melhorando, o que se justifica pela melhoria dos mecanismos de formulação, implementação e avaliação dos projectos e programas governamentais.

Figura 8 – Valor Atribuído à Alocação Interna dos Fundos Externos para Atenuar a Dependência Económica por Período Temporal

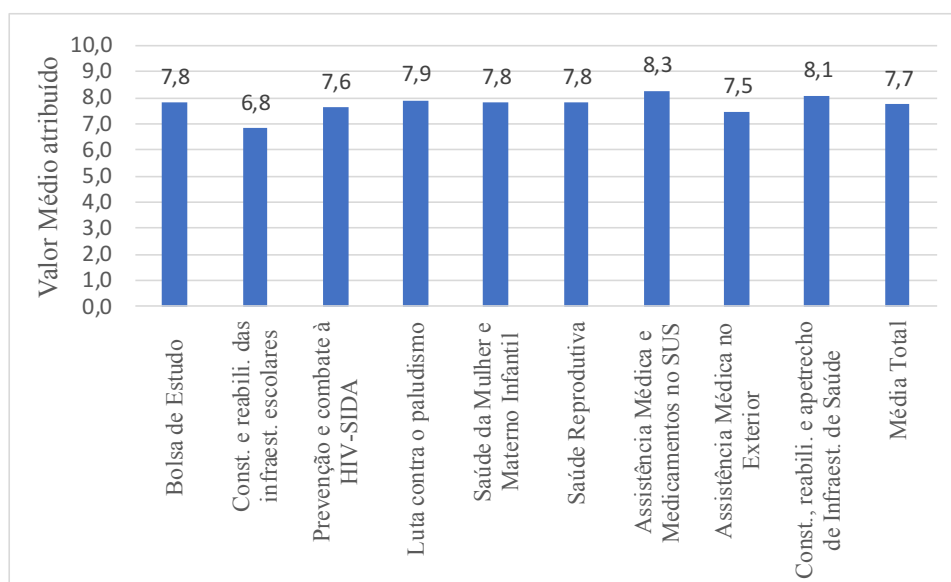


4.5.5 Valoração dos diferentes sectores pelos entrevistados

Quanto à valorização dos programas de ajuda externa para a redução da dependência económica em cada sector estudado, apresenta-se nas Figura 9 a 12.

O **sector social** é fortemente dependente do exterior (Figura 9), valorização média de 7,7. Para os entrevistados, o país tem muita dificuldade em solucionar os desafios deste sector. Daí que a assistência médica e medicamentosa (8,3), os programas de luta contra o paludismo (7,9), a construção, reabilitação e apetrechamento de infraestruturas de saúde (8,1) e as bolsas (7,8), sejam financiados com ajuda externa. Outros programas, como os de saúde reprodutiva (7,8), de saúde da mulher e materno infantil (7,8), de prevenção e combate à HIV SIDA IST (7,6), são levados a cabo pelos parceiros. O país não tem recursos financeiros nem plano sustentável para suportar as despesas do sector e apenas na construção e reabilitação das infraestruturas escolares (6,8), começa a conseguir atender às necessidades existentes.

Figura 9 – Valor Médio Atribuído aos Programas de Ajuda Externa no Sector Social

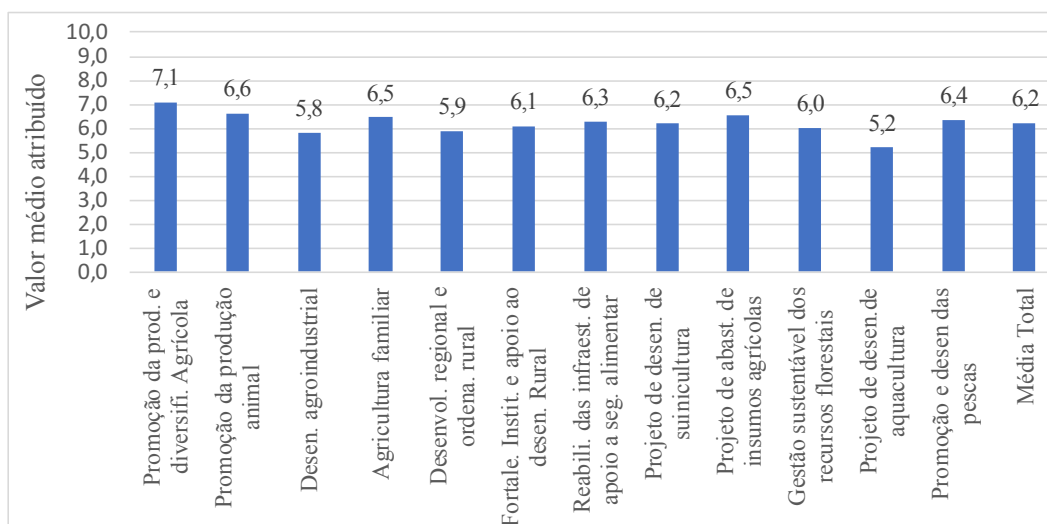


Para além da dependência do sector social, que é motivo de preocupação, alguns entrevistados manifestaram ainda apreensão na forma como as bolsas de estudo são atribuídas, nem sempre de acordo com a necessidade do país, mas com a disponibilidade e oferta dos países provedores e das infraestruturas escolares, nas quais o país começa a ter a sua independência. No domínio da saúde, afirmam “*somos fortemente dependente e certamente continuaremos dependentes*”, sobretudo em áreas como a de combate à HIV Sida, a luta contra o paludismo, a saúde materna e infantil, a saúde reprodutiva, a assistência médica e medicamentosa, a assistência

médica no exterior e, a construção, reabilitação e apetrechamento de infraestruturas de saúde. Quanto aos quadros formados a nível internacional, consideram haver uma probabilidade grande (90%) de não regressarem ou, de quando o fazem não se ajustarem ou terem espaço para produzir. Em ambos os casos e, sobretudo no primeiro, a sociedade perde capacidade tributária como fonte de realimentação das novas capacidades de bolseiro. Para o **entrevistado C** “o país não dispõe de meios técnicos e humanos para dar reposta aos desafios deste sector”.

O valor atribuído aos programas de ajuda externa no **sector produtivo**, apresenta-se na Figura 10. Para os entrevistados este sector (6,2) é menos dependente do que o social (7,7).

Figura 10 – Valor Médio Atribuído aos Programas de Ajuda Externa no Sector Produtivo

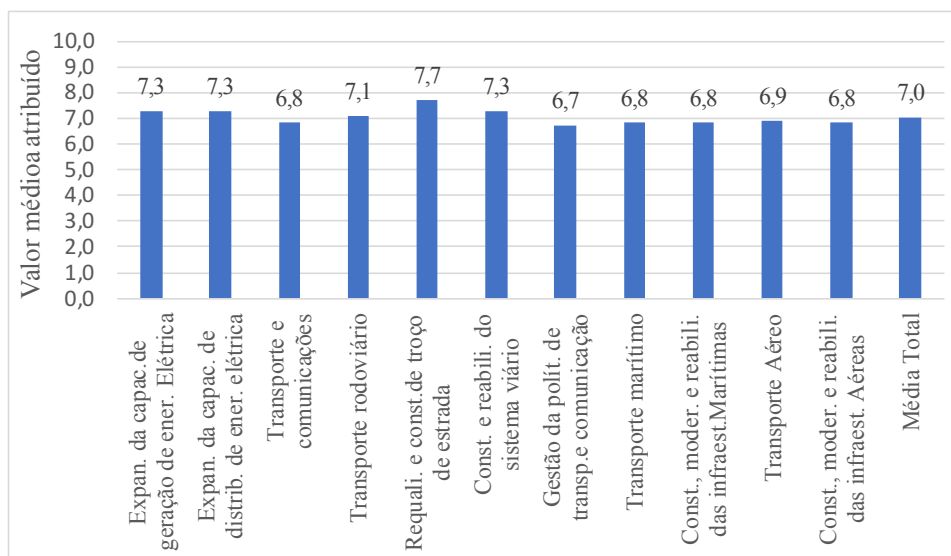


Da análise da Figura 10 pode verificar-se que os programas de promoção das produções agrícola e de diversificação agrícola (7,1), promoção da produção animal (6,6), agricultura familiar (6,5) e de projeto de abastecimento de insumos agrícolas (6,5), o país é mais dependente. Mesmo assim, é de salientar que a maioria dos entrevistados acredita que STP já começou a dar passos significativos para atingir um patamar de desenvolvimento superior no futuro, através do sector produtivo. Contudo, também consideram que a situação e os resultados deveriam ser melhores, face às contribuições externas recebidas. Sustentam de forma unanime que o país continua a depender e dependerá, no curto e médio prazo, da ajuda externa para o desenvolvimento deste

sector. Na sua opinião, persiste a necessidade de alocar recursos provenientes do exterior com vista a suprir as necessidades atuais e, posteriormente eliminar ou atenuar, gradualmente, o volume de ajudas externas recebidas.

Para fazer face às necessidades do **sector de infraestruturas**, que solicita grandes volumes de fundos externos, o país é obrigado a recorrer a empréstimos ou donativos e a programas de ajuda externa, cuja valorização pelos entrevistados está na Figura 11.

Figura 11 – Valor Médio Atribuído aos Programas de Ajuda Externa no Sector de Infraestruturas



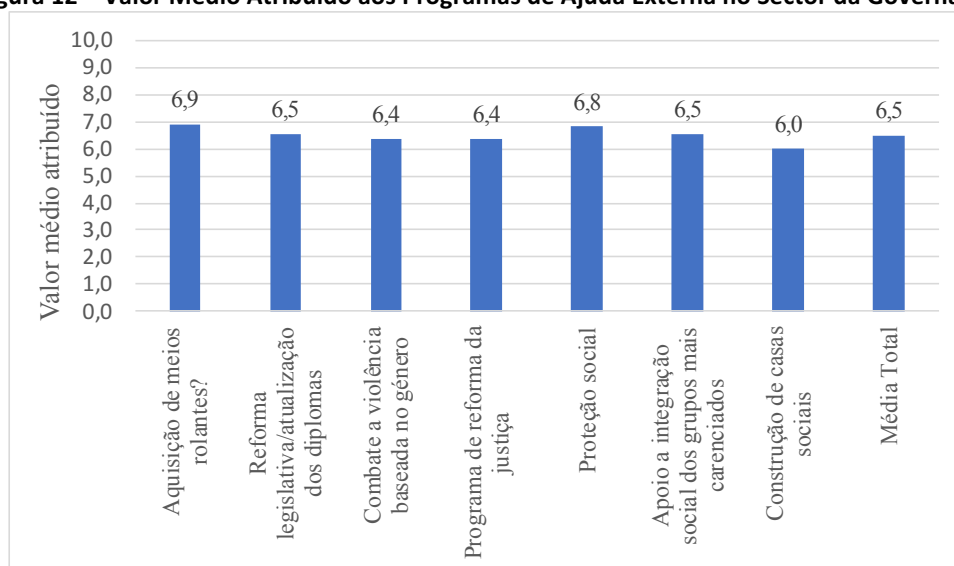
Os dados mostram que à exceção dos entrevistados G e H, os programas são todos valorizados como importantes para atenuar a dependência externa do sector, com uma valorização média de 7.0.

A análise da Figura 11 podemos verificar que os subsectores que mais contribuem para aumentar a dependência externa ao nível de infraestruturas são em primeiro lugar a requalificação e construção de troço de estrada (7,7) e sistema viário (7,3), a expansão da capacidade de geração de energia eléctrica (7,3), expansão da capacidade de distribuição de energia eléctrica (7,3), em seguida temos o transporte rodoviário (7,1), aéreo (6,9) e marítimo (6,8), a construção, modernização e reabilitação das infraestruturas marítimas (6,8) e aéreas (6,8). No geral, os diferentes subsectores da infraestruturas constata-se uma forte dependência da ajuda externa. Deve-se ao facto

do referido sector necessitar de investimentos significativos, e que o país por si só, não dispõem de recursos próprios para fazer face as necessidades deste sector. Assim sendo, é obrigatório recorrer constantemente às ajudas externas.

No âmbito do sector da governação, o valor atribuído aos distintos programas, que se apresenta na Figura 12, não é homogéneo, apresentando uma valoração média de 6,5. Para o entrevistado A, cujo principal foco é a reforma da justiça e o funcionamento das instituições, é necessário dotar as instituições de meios e mecanismos, que permitam o seu funcionamento correto. De uma forma geral, a aquisição de meios rolantes (6,9), a reforma legislativa/atualização dos diplomas (6,5), a proteção social (6,8) e o apoio à integração social dos grupos mais carenciados (6,5), são programas e áreas que receberam mais pontuação. Estes foram também os programas de ajuda externa para redução da dependência económica que receberam mais fundos.

Figura 12 – Valor Médio Atribuído aos Programas de Ajuda Externa no Sector da Governação

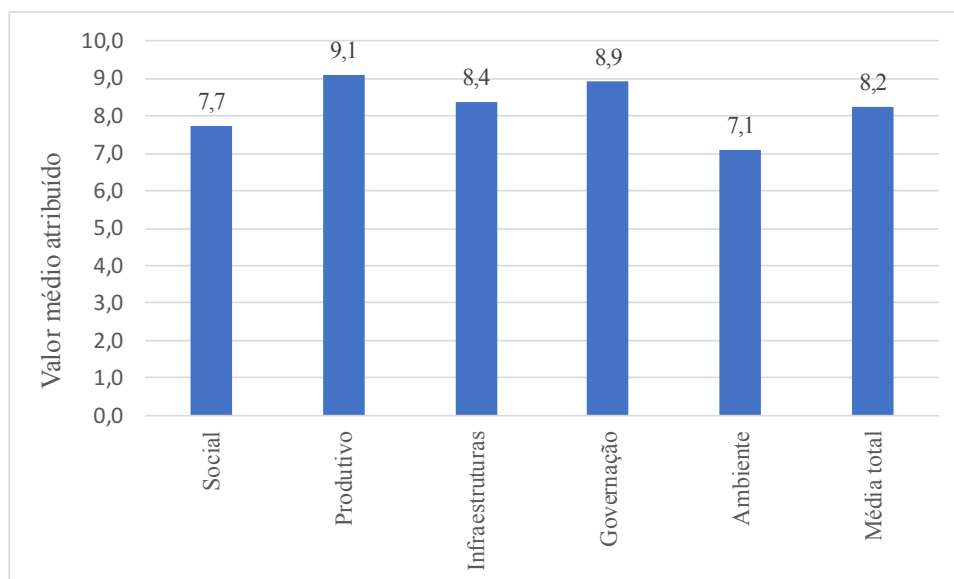


4.6 Setores Promissores para Atenuar a Dependência Externa

A Figura 13 sintetiza o valor atribuído, por cada entrevistado, ao sector mais promissor para atenuar a dependência económica externa, no presente e futuro. A valorização média total da dependência é de 8.2. A Figura 13 evidencia que, para a maioria dos entrevistados, os sectores mais promissores no presente e futuro, para atenuar a dependência externa são, por ordem decrescente do valor atribuído, o produtivo (9,1),

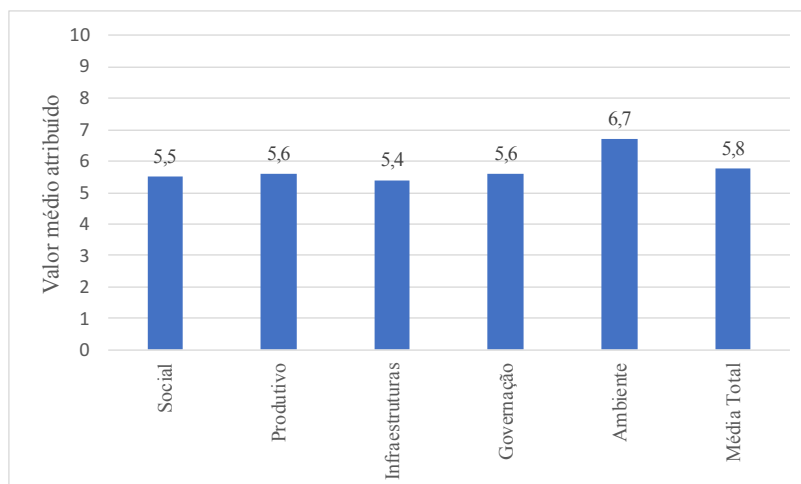
a governação (8,9), infraestruturas (8,4 e, por último, social (7,7) e ambiente (7,1). A ordem é devida ao potencial produtivo que os entrevistados atribuem ao país e à possibilidade que lhe está subjacente deste vir a ser autossustentável, se a estabilidade política for garantida no futuro e cada santomense trabalhar para essa meta.

Figura 13 – Valor Médio Atribuído aos Sectores Mais Promissores para Atenuar a Dependência Externa



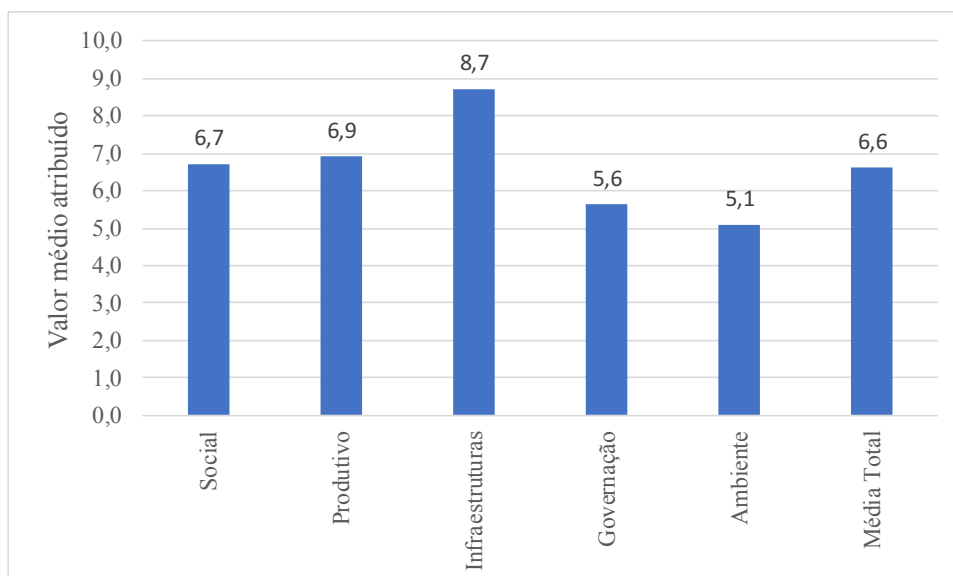
Para os entrevistados *“há ações que dependem de cada um”*. Também no sector das infraestruturas, afirmam ser possível desenvolver ações de manutenção e adquirir competência para criar e inovar neste sector. Sustentam ainda *“não ser possível a intervenção num sector e não no outro, devendo haver uma visão integrada”*. Defendem ser possível recorrer ao exterior, mas, sempre com o propósito de, no futuro, se tornar independente e sustentável. O valor atribuído aos sectores considerados, pelos entrevistados, como não tendo necessidade de ajuda externa e com necessidade imperativa de ajuda, apresenta-se, respetivamente, nas Figuras 14 e 15.

Figura 14 – Valor médio atribuído aos Sectores Sem Necessidade de Ajuda Externa



Pela observação da Figura 14, é possível ver que a maioria dos participantes alegam serem as ajudas necessárias em todos os sectores, pelo menos no curto prazo. Ou seja, não foram identificados sectores sem necessidade de ajuda externa. Entretanto, também afirmam que o país não deve recorrer aos parceiros constantemente, sendo necessário desenvolver um plano de sustentabilidade de modo a que a ajuda financeira seja bem aplicada e usada para desenvolver sectores essenciais que, no longo prazo, possam ser realimentados e garantir a satisfação das necessidades. Consideram imperativo usar a ajuda externa para reorganizar a economia e a capacidade interna de produção.

Figura 15 – Valor médio atribuído aos Sectores com Necessidade Absoluta da Ajuda Externa



Embora a maioria dos participantes mencione a necessidade de ajudas em todos os sectores, também afirmam haver necessidade absoluta desse apoio externo nos sectores de infraestruturas (8,7) e produtivo (6,9), por esta ordem de prioridade. Para os participantes, é imperativo que o país invista fortemente no sector de infraestruturas, pois desse investimento dependem melhorias que vão facilitar o funcionamento dos demais sectores. Contudo, como os fundos necessários para o conseguir são avultados, há necessidade de o país recorrer a empréstimos e donativos para conseguir atingir o patamar de desenvolvimento desejado.

O sector produtivo (6,9), é outro onde os entrevistados afirmam haver necessidade de apoio externo de modo a tornar o país autossustentável, numa primeira etapa e, depois, numa segunda, explorar o mercado internacional com produtos de qualidade certificada procurados pelos consumidores, uma vez que a pequenez da dimensão produtiva não permite competir em quantidade.

Relativamente ao sector social (6,7), que consideram ser moderadamente dependente embora identifiquem lacunas de tecnologia de ponta e de infraestruturas adequadas, afirmam que deve continuar-se o caminho iniciado de redução da dependência exterior nas áreas da educação, da proteção social e da formação de especialistas.

Quer a governação (5,6) quer o ambiente (5,1) são sectores que dependem dos demais. Para a governação, os entrevistados sustentam a necessidade de adquirir autonomia governativa o que implica independência financeira e instituições que funcionem. No ambiente, não tendo sido atingido o patamar que os países desenvolvidos veem colocando em causa, importa adotar as devidas medidas de proteção ambiental, desbloqueando os fundos necessários para atender aos projetos de mudanças climáticas e de conservação dos recursos naturais. Entretanto, o principal objetivo deve ser o de aplicar adequadamente os apoios e ajudas recebidos para no futuro, conseguir reduzir ou até mesmo anular, o nível de dependência externa.

4.7 Soluções para Reduzir a Dependência Externa

No que respeita às soluções identificadas como mais promissoras e sustentáveis para atenuar a dependência externa a curta prazo, não existe convergência de opiniões em termo de prioridades, mas, ainda assim, os entrevistados deram algumas soluções similares. Essas soluções, prioridades e necessidades de implementação, apresentam-se na Tabela 12.

Tabela 12 - Soluções Sustentáveis para Reduzir a Dependência no Curto Prazo

Soluções Prioritárias e Necessidades para a sua Implementação		
E		
	Soluções Prioritárias	
	Necessidades	
A	Melhorar a rentabilidade do sector produtivo	Capacitar os quadros nacionais. Troca de experiências. Boas Práticas. Assistência técnica pontual.
B	Boa governação, com mais transparência e melhor aplicação dos recursos.	Capacitação dos recursos humanos e melhoria substancial no fornecimento de energia, essencial ao sector produtivo.
C	Estabilidade política, boa governação, democrática, com separação de poderes e bom funcionamento das instituições.	Reforma urgente da justiça. Revisão do código de investimento. Correção do acordo de pesca e promoção da pesca industrial.
D	Boa governação e melhoria do sector produtivo.	Instituir um fórum de ciência e tecnologias para obter soluções perenes para aumentar e dar qualidade à produção do país.
E	Transformar o quadro da cultura de relação social. Reorganizar, modernizar e expandir o sistema produtivo. Reorganizar o sistema de base de infraestruturas.	Institucionalização de uma cultura de governação de planeamento, socioeconómico e compatibilidade entre capacidade tributária e modelo redistributivo. Definir parâmetros de previsibilidade dos impactos, e uma efetiva sustentabilidade dos recursos naturais.
F	Construir uma acomodação com um país hegemónico.	Acomodar os interesses nacionais com interesses desse ou desses país(es). Garantir a justiça.
G	Investir nos subsectores de água e energia, dentro do sector das infraestruturas.	Desenvolvimento das infraestruturas destes subsectores, no índice educacional e no saneamento.
H	Melhorar o ambiente de negócios e as infraestruturas. Fomentar a agroindústria. Ampliar a economia azul.	Tomar medidas que fomentem a atividade empresarial (incentivos ao investimentos, fiscais e ao empreendedorismo, entre outros que reduzam o mercado informal). Construção de portos, aeroporto, blocos de apartamento, centro de laser e unidades de pesquisa. Criação de indústrias de transformação local.
I	Diversificar a economia, aumentar a produção interna e criar valor com a diferenciação do produto.	Investir nas infraestruturas de base com qualidade, nos sectores como a água, energia, saneamento, estradas, aeroporto e mercado, com implementação também faseada. Reformar a justiça. Mudança de mentalidades e sensibilização da população face a valores culturais fundamentais.
J	Autossustentabilidade alimentar.	Incentivos ao desenvolvimento da agricultura e da pesca e à criação de mecanismos de atração de investimento externo, com a revisão do código externo.
K	Sistema nacional de saúde e Energia.	Construção de um Centro Hospitalar. Investir na energia sustentável, com a transição paulatina da energia térmica para a renovável. Reforma e cooperação no domínio da justiça, fazendo acordos bi e multilaterais, para reforçar a capacidade de resposta em termos temporais e da qualidade de resposta.

Para o **entrevistado A**, a prioridade é a de melhorar a rentabilidade do sector produtivo, e a sua implementação passa por capacitar os quadros nacionais com o conhecimento

necessário, trocando experiências com o exterior e dando assistência técnica pontual. Para o **participante B**, a prioridade é uma boa governação, com mais transparência e melhor aplicação dos recursos. Para tal, é preciso um bom enquadramento das pessoas, apostar na capacitação dos recursos humanos e, investir fortemente na energia, um subsector essencial, cuja produção deve aumentar e criar mais emprego.

Também o **entrevistado C**, prioriza a estabilidade política, afirmando ser imperioso manter a boa governação, impulsionar a democracia, permitir a separação de poderes e ter um bom funcionamento das instituições. Para impulsionar a economia de STP preconiza realizar uma reforma urgente da justiça e rever o código de investimento, de modo a atrair de forma massiva investidores e, massificar e promover a produção agrícola no nicho de exportação. A outra ação a ser desencadeada é a correção de acordo de pesca, e promover imediatamente a pesca industrial. Necessário ainda, é instituir um fórum de ciência e tecnologias para obter soluções perenes para aumentar e dar qualidade a produção do país conforme sustenta o **respondente D**.

Relativamente ao **entrevistado E**, considera obrigatório transformar o quadro da cultura de relação social, reorganizar, modernizar e expandir o sistema produtivo, assim como, reorganizar o sistema de base de infraestruturas de modo a responder às exigências de melhoria e à capacidade de produção interna. A institucionalização de uma cultura de governação no sistema do modelo de planeamento, socioeconómico e consequentemente compatibilidade entre capacidade tributária e modelo redistributivo. Acrescenta, ser preciso definir parâmetros de previsibilidade dos impactos, que conduzam a uma efetiva sustentabilidade dos recursos naturais e consequentemente, da gestão de novos níveis de inclusão social do futuro, o que requer, do ponto de vista demográfico, uma perspetiva de gestão das potencialidades territoriais e naturais do país. A solução a curto prazo e com prioridade máxima para o **participante F**, consiste na necessidade de construir uma acomodação com país hegemónico. Para a sua implementação será preciso acomodar os interesses nacionais aos s interesses desse ou desse(s) país(es). Também será necessário garantir a justiça, para a sua implementação, eventualmente, ancorando a justiça no exterior, como base de desenvolvimento, no sentido de depender menos do exterior. Embora considere que o país nunca será totalmente independente do exterior, afirma ser possível diminuir

radicalmente o nível dessa dependência. O **entrevistado G** enaltece a necessidade de investir em água e energia, infraestruturas de comunicação. Para isso, é necessário o desenvolvimento destes subsectores, e o resultado seria imediato como ter pessoas sãs, melhor índice educacional, saneamento do meio. Contudo, entende ser necessário, numa primeira fase, buscar financiamentos externos para desenvolvimento destes sectores. Para o **entrevistado H**, STP precisa ter melhor ambiente de negócio e tomar medidas que fomente a atividade empresarial. O país deverá rever os incentivos aos investimentos, criar incentivos fiscais, trabalhar nos mecanismos que permitam a redução do mercado informal, financiamento adequado das infraestruturas marítimas e aéreas, parque industrial e comercial. Outra solução seria investir nas infraestruturas, através da construção de portos, aeroporto, blocos de apartamento, centro de laser e unidades de pesquisa. Também deve dar-se prioridade à agroindústria e à economia azul, através do incentivo à criação de pequenas indústrias de transformação local e a dinamizar o espírito empreendedor nacional. Acrescenta ainda, necessitar o país de dar uma especial atenção aos aspetos social e educacional, promovendo programas de sensibilização, hábitos de poupança, criatividade, integração, zelo e patriotismo, empreendedorismo e tecnologia. O **participante I**, aponta como solução a curto prazo seria, diversificar a economia, aumentar a produção interna e criar valor na diferenciação do produto, o que deve ser feito de forma faseada. O país deve ainda investir nas infraestruturas de base com qualidade, nos sectores como a água, energia, saneamento, estradas, aeroporto e mercado, com implementação também faseada. Considera igualmente indispensável a reforma da justiça, o que tem a ver com uma estratégia de desenvolvimento orientado e consensual, para com todas as forças partidárias. Considera preciso também mudança de mentalidade das pessoas, sem perda de valores, solidariedade, amizade e respeito. Afirmar ser transversal, não existir, no momento, uma cultura de zelo e espírito de excelência, considerando essencial uma sensibilização, sobretudo nas escolas, contra o nepotismo enraizado na cultura de modo a evitar o risco muito grande de fuga dos melhores quadros. O **entrevistado J** opina que a autossustentabilidade alimentar como prioridade e, para a implementar, a necessidade de incentivos ao desenvolvimento agrícola e da pesca, à e à criação de mecanismos de atração de investimento externo, com a revisão do código externo. Para o **entrevistado K** o país necessita de ter energia sustentável, com a transição paulatina

da energia térmica para a energia renovável e, de investir no sistema nacional de saúde, de modo não só a evitar doenças, como também, dar resposta aos casos que surjam de evacuação sanitária. Para isso, é necessária a construção de um Centro Hospitalar que corresponda, de forma cabal, não só a resolver os problemas dos cidadãos, como, receber casos que possam vir dos países vizinhos para a Europa. Igualmente crucial para o país, é a reforma e cooperação no domínio da justiça, sendo preciso, para a sua implementação, fazer acordos bi e multilaterais, para reforçar a capacidade de resposta em termos temporais e da qualidade de resposta aos casos.

Como já referido, os entrevistados são unânimes em afirmar a dificuldade de STP ser independente a curto prazo ou mesmo, diminuir consideravelmente essa dependência económica externa. Quanto ao longo prazo, as soluções percebidas pelos entrevistados como mais promissoras e sustentáveis para atenuar a dependência externa, apresentam-se na Tabela 13. Algumas das soluções, sobretudo as relativas à expansão da agricultura, são indicadas por outros autores (Orlandi, 2011, Bonfim, 2013, PNUD, 2016, Prazeres, 2018, Salvador, Anjos, 2019, Nascimento, 2019, Tiny, 2020).

Para o **entrevistado A**, no longo prazo, espera-se um forte desenvolvimento em sectores chave como o turismo e a exploração de petróleo, cujos rendimentos deles provenientes, deverão ser investidos noutros sectores para criação de emprego. O **entrevistado B**, considera ser de priorizar a eletrificação do país, seguida do comércio externo a fim de rentabilizar a produção interna para posteriormente a exportar. Também o sector produtivo deverá ser industrializado, principalmente a agricultura, com a adoção de tecnologias, equipamento (maquinarias) e boas práticas que permitam aumentar o volume de produção. Segundo o **entrevistado C**, a aposta deve ser no conhecimento, em domínios variados, para adquirir saber e adotar e usar tecnologias. Adquirir empréstimos para investir nas áreas de conhecimento e em tecnologia de ponta para passar a produzir localmente e criar valor, é o caminho para ir no sentido de terminar ou diminuir a dependências externas. O **participante D**, por seu lado, afirma a necessidade de STP ter uma política forte de combate à corrupção e, de melhoria das infraestruturas de todo tipo de transportes, de forma a facilitar e aumentar o fluxo de bens e pessoas internas e externas. O nível de ensino deve melhorar profundamente, a todos os níveis, garantido criar para o futuro, homens competentes na gestão do país.

Tabela 13- Soluções Sustentáveis para Reduzir a Dependência no Longo Prazo

Soluções Prioritárias e Necessidades para a sua Implementação		
E		
Solução Prioritária	Necessidades	
A	Desenvolvimento dos sectores chave: Turismo e Petróleo.	Elaborar programas estratégicos para o turismo e petróleo.
B	Eletrificação do país. Comércio externo. Industrialização da agricultura.	Adotar tecnologias, equipamento (maquinarias) e boas práticas agrícolas que permitam aumentar o volume de produção.
C	Conhecimento em domínios variados, para adquirir saber e adotar e usar tecnologias.	Adquirir empréstimos para investir na área de conhecimento e tecnologia de ponta para passar a produzir localmente e criar valor.
D	Combate à corrupção. Melhoria das infraestruturas de todo tipo de transportes. Reforma e melhoria da educação e ensino.	Construir infraestruturas viárias, aéreas e marítimas para facilitar e aumentar o fluxo de bens e pessoas internas e externas. Rever os currículos e dar qualidade ao ensino em todos os níveis, formar quadros competentes.
E	Dar continuidade às soluções de curto prazo, após avaliação e, se necessário, o seu reajuste.	Variável, em função da solução de continuidade preconizada.
F	Garantir o funcionamento da justiça.	Reformar a justiça. Rever o código de investimento
G	Turismo e infraestruturas.	Construir de um aeroporto e um porto, procurando parcerias com sectores privados no modelo BOT (<i>Build Operate Transfer</i>). Sem capacidade de autofinanciamento deverão estes ser conseguidos com ajuda externa mas, buscando, a redução dessa dependência externa e a atração de investimentos privados, nacionais e internacionais.
H	Melhorar o ambiente de negócios. Investir nas infraestruturas. Fomentar a economia e a atividade empresarial. Reformar a justiça. Sensibilização para a cidadania e a inclusão social.	Desenvolver o sistema educativo, através de redes de faculdades para mestres e doutorados e da revisão de currículos escolares. Construir um porto de pesqueiros e transporte público e garantir mais ligações marítimas internacionais e regionais. Implementar um banco de investimentos. Estabelecer mecanismos céleres de processos judiciais e implementar um tribunal arbitral. Promover uma campanha de sensibilização sobre cidadania e programas de inclusão social.
I	Diversificar a economia e a atividade empresarial.	Melhorar as infraestruturas de transportes (construir estradas, um porto e um aeroporto), da justiça e da banca, sobretudo da banca de investimentos.
J	Autossustentabilidade alimentar. Turismo.	Aumentar a produção interna, diversificar a economia, diferenciar, criar valor e reduzir as importações. Melhorar as infraestruturas através da negociação direta com os parceiros, ou fazendo um pool de parceiros para os grandes projetos.
K	Desenvolvimento do Sector da Saúde, do Turismo e da Agroindústria.	Estabilizar a taxa de natalidade, sobretudo das famílias que não tem recursos e reduzir a gravidez precoce através da reconversão e melhoria da eficácia da saúde reprodutiva e de uma estratégia de acompanhamento, saneamento e de comunicação. Incentivo à transformação dos produtos agrícolas, da pecuária, e da pesca para consumo local e, da exportação, com negociação de acordos de exportação com os países vizinhos. Desenvolver políticas multisectoriais coordenadas, para a indústria do turismo.

Para o **entrevistado E**, devem as soluções do curto prazo ser avaliadas e, se necessário reajustadas, dando-lhes continuidade no longo prazo. Considerando que não há desenvolvimento económico sem justiça social, o **participante F**, afirma a necessidade de garantir o funcionamento da justiça, realçando que *“quem investe deve ter a certeza que a justiça funciona no país onde o investimento é feito”*. Assegura ser a justiça quem determina o ambiente de negócios e, o sector privado quem desenvolve a economia, defendendo um ambiente de negócio seguro em STP para proteger os investimentos e

os investidores e, um sector privado plenamente funcional, para alavancar o desenvolvimento. Segundo o **entrevistado G**, as recomendações vão para desenvolvimento do turismo e das infraestruturas que, numa primeira fase com ajuda externa e, depois, buscando a redução dessa dependência através da atração de investimentos privados, quer sejam nacionais, quer internacionais. Outros investimentos a serem feitos a longo termo, seriam a construção de um bom aeroporto e de um porto, procurando parcerias com sectores privados no modelo BOT (*Build Operate Transfer*). No ponto de vista do **respondente H**, a solução passa por investir no sistema educativo, através de redes de faculdades para mestres e doutorados e da revisão de currículos escolares. Outra solução seria investir nas infraestruturas, construindo um porto de pesqueiros e transporte público. Para o **participante I**, importa fomentar a economia e a atividade empresarial, fazendo com que haja mais ligações marítimas internacionais e regionais, e permitir também, a implementação de um banco de investimentos. A reforma da justiça é outra ação a considera, implementada através de mecanismos céleres de processos judiciais e implementação de um tribunal arbitral. No contexto social, considera fundamental promover uma campanha de sensibilização sobre cidadania e programas de inclusão social. O **participante J**, é de opinião que o país deve tornar-se autossuficiente, reduzindo as importações a todos os níveis, transformando-se um destino turístico de excelência. Implementar esta solução passa por melhorar as infraestruturas a curto prazo através da negociação direta com os parceiros, ou fazendo um pool de parceiro para os grandes projetos, diversificar a economia, aumentar a produção interna e criar valor na diferenciação de produtos. Segundo este participante *“o país precisa de projetos grandes, temos por hábito fazer projetos pequenos, assim sendo é preciso engratecer os setores privados, para que sejam o motor da nossa economia. Para os implementar devem-se criar parcerias públicas-privadas e ter um programa de crédito para as empresas”*. Acrescenta ainda a necessidade de investir na educação de qualidade, em virtude de os outputs da educação serem de longo prazo, o que passa por definir uma estratégia de formação alinhada com as prioridades do país.

Uma outra solução, do **participante K** passa por estabilizar a taxa de natalidade, sobretudo, a das famílias que não tem recursos e reduzir a gravidez precoce, que é um

problema crónico no país. Para tal é necessário fazer com que a saúde reprodutiva seja mais eficaz e tenha uma estratégia de acompanhamento, e investir em campanhas de comunicação aos cidadãos. Destaca ainda ser preciso o desenvolvimento agroindustrial através da transformação dos produtos agrícolas, da pecuária, e da pesca para o consumo local. A longo termo considera igualmente necessário desenvolver a exportação com ações concretas de aumento da produção e transformação de produtos e, de negociação de acordos de exportação com os países vizinhos, a preços competitivos. Também a indústria do turismo carece de desenvolvimento de políticas multissetoriais coordenadas, face à sua transversalidade.

4.8 Recomendações para Reduzir a Dependência Externa

As recomendações tendentes a reduzir a dependência externa, a médio e longo prazo, identificadas pelos entrevistados, são sintetizadas na Tabela 14.

Para reduzir a dependência externa, o **entrevistado A**, recomenda que o país deve aplicar os recursos provenientes da ajuda externa, em colmatar as necessidades definidas como prioritárias do país, para criação de riquezas. Para facilitar sua implementação, é necessário eliminar a instabilidade política, que constitui um grande impasse, para o desenvolvimento do país. O **participante B**, acrescenta que se deve deixar de politizar o país e governar para resultados. Para implementar esta recomendação, há que motivar a sociedade a trabalhar com espírito mais nacionalista, maior compromisso, mais espírito de missão e entrega na vida profissional, o que será possível com menos politização de decisões e contratações. O **entrevistado C** é de opinião que, com a globalização, todos os países dependem dos outros e em STP, por ser país insular, maior é a necessidade de depender do exterior, uma vez que os recursos são escassos e delimitados. Mas, como o país tem 100 vezes mais território marítimo do que territorial, a recomendação vai no sentido de tirar mais partido dos recursos marinhos, tanto para o turismo, como para a pesca, o comércio no porto e, a ciência. Para isso, é preciso apostar na tecnologia e em conhecimento. Outras recomendações são a de apostar em energias alternativas para diminuir a dependência da energia térmica (através da captação de projetos para o país e do incentivo ao investimento privado nessas áreas, no sector produtivo e no turismo local, incentivando-o.

Tabela 14 - Recomendações para Reduzir a Dependência

E	Recomendação e Necessidades para a sua Implementação	
	Recomendação Prioritária	Necessidades de Implementação
A	Aplicar os recursos da ajuda externa para suprir necessidades prioritárias no país e para criar riqueza.	Eliminar a instabilidade política, que constitui um grande impasse, para o desenvolvimento do país.
B	Deixar de politizar o país e e governar para obter resultados.	Motivar a sociedade a trabalhar com espírito mais nacionalista, maior compromisso, mais espírito de missão, entrega na vida profissional.
C	Valorizar os recursos marinhos no turismo, pesca, logística no porto e ciência. Apostar nas energias alternativas, no sector produtivo e no turismo de qualidade.	Apostar na tecnologia e em conhecimento. Diminuir a dependência energética, com a captação de projetos e incentivo ao investimento privado em energia renovável. Estimular a produção local com a criação de linhas de crédito bonificados para a produção/indústria local. Melhorar das infraestruturas (hoteleiras, aeroportos, sanitárias, ligação e fluxo aéreo e, hospitalares).
D	Promover a produção interna. Definir uma estratégia para equilíbrio da balança de pagamentos.	Reunir sectores chaves e criadores de riqueza e definir estratégia para substituir as importações, pela produção nacional e exportação e gerar receitas. Identificar vantagens comparativas e competitivas e as oportunidades a angariar.
E	Identificar a capacidade produtiva interna e as oportunidades. Desenvolver infraestruturas, para o sector produtivo e social.	Desenvolver medidas para capacitação das pessoas e incentivos às empresas para promover o aumento da produção interna com bens e serviços adaptados à procura de mercado, que substituam os importados.
F	Repor a ordem do Estado e garantir a justiça.	Implementar corretamente a lei, fiscalizar o seu cumprimento e responsabilizar os incumpridores, capacitando os recursos humanos para isso.
G	Formar os quadros nacionais para gerir os fundos em diversos domínios, garantindo a boa execução (orçamental e atividades).	Ter mais e melhores planos de formação dos recursos humanos no sector público.
H	Desenvolver o sector produtivo e a Educação e Formação especializada.	Promover o empreendedorismo nacional e a criação de indústrias de transformação local. Mudar a mente dos santomenses e melhorar os planos de formação dos recursos humanos.
I	Elaborar um plano de desenvolvimento quinquenal e exequível face à realidade santomense.	Ter liderança política forte, administradores públicos competentes e continuidade de projetos. Diagnosticar a situação, definir metas (crescimento económico, emprego, coesão social, ambiente, consumo local e desenvolvimento territorial) e respetivos incentivos (fiscal, parafiscal, financeiro) e avaliar a execução.
J	Estimular o aumento da produção local.	Medidas de incentivo ao consumo de produtos locais em alternância aos importados e à produção.
K	Ter uma plano de desenvolvimento estratégico, participativo.	Conhecer o que existe e o que se pretende para STP, num determinado horizonte temporal, recenseando as aspirações da população no país e na diáspora, definindo metas realísticas e ações devidamente quantificadas, seguidas, controladas e avaliadas.

Afirma “*nosso país não produz e assim sendo, temos que produzir afim de acabar com a dependência de bens de consumos*”. Para isso, considera necessário estimular a produção local, criar linha de crédito bonificados para pequenas industrias de produção local. No turismo, que deve ser de qualidade, a recomendação vai para melhorar as infraestruturas hoteleiras, os aeroportos, as infraestruturas sanitárias, a ligação de transporte aéreo e o aumento do fluxo para diminuir o preço dos bilhetes e, as infraestruturas hospitalares. A recomendação do **entrevistado D**, é a promoção da produção local e a criação de uma estratégia de desenvolvimento, exequível, onde

fiquem bem estabelecidos, os sectores chaves e criadores de riquezas, a curto prazo e com potencial de se manterem sustentáveis no futuro. Isto irá permitir, a médio e longo prazo, a substituição das importações, principalmente de produtos acabados, pela produção interna, e promover as exportações, gerando receitas para o país fazer face às suas necessidades. Devem ser identificadas as vantagens comparativas e competitivas do país, e atuar em conformidade, identificando as oportunidades e a forma de as implementar e de angariação de divisas, de modo a conseguir enfrentar todos os constrangimentos, em particular os cambiais relativos às compras e compromissos no exterior. De acordo com o **participante E**, *“é preciso haver consenso entre cidadãos em termos da cooperação social e nova cultura da santomensidade, enquanto plataforma estruturada de coesão social”*. Acrescenta ser fundamental definir e refletir sobre as oportunidades e a capacidade produtiva interna e a consequente substituição dos bens e serviços importados por os nacionais. Outra recomendação é a de responder às necessidades de infraestruturas, quer para o sector de produção, quer para conforto social. Adianta que: *“a fonte de legitimidade do poder político e consequente apropriação, e exercício do poder, deve passar a ter, como fundamento o mandamento de transformação social e não simplesmente de dominação. Os recursos naturais que integram a soberania territorial, devem passar a ser condição necessária de transformação em valor, e não como uma simples fonte de transação de interesses, muitas vezes, no limite, do contexto de informalidade de negociação”*. Tendo em conta a situação atual do país, o **entrevistado F** recomenda a reposição da ordem do Estado. A justiça terá que garantir que cada um cumpra sua parte. Para implementar será necessário aplicar corretamente a lei, fiscalizar o seu cumprimento e responsabilizar os prevaricadores. Identifica o exemplo de uma obra rodoviária, onde o fiscal deve garantir que a execução da obra está conforme o acordado. A empresa responsável pela obra, deve ser chamada à responsabilidade caso não entregue a obra com a qualidade acordada e, a pessoa que perfurar ou rachar a estrada para fazer a sua canalização, responderá judicialmente perante a autoridade competente. Segundo este participante, o desenvolvimento de STP, dependerá muito da promoção da capacitação interna, nos diversos sectores pelo que a capacitação dos recursos humanos deve ser assegurada. Assim sendo, o **participante G**, sugere que se devem preparar os quadros nacionais, para assumir e gerir corretamente os fundos em diversos domínios, garantindo a boa

execução orçamental e das atividades. Para o **participante H**, há necessidade de ter planos de formação adequados e de qualidade para os quadros do sector público e também mudar a mente dos santomenses, pois *“a nossa forma de pensar, constitui um entrave para o nosso desenvolvimento”*. No caso do **participante I** as recomendações foram as seguintes: *“elaboração de um plano de desenvolvimento quinquenal e exequível face à realidade santomense, que indique claramente onde estamos e perspetive para onde queremos ir e com metas intermédias claras”*. Ou seja, um plano de desenvolvimento que, por um lado, alcance um elevado nível de crescimento económico e de emprego, mas, por outro assegure que a coesão social, a proteção do ambiente e o desenvolvimento territorial estão em equilíbrio. Neste plano estariam incluídas orientações estratégicas e incentivos vários, nomeadamente, fiscal, parafiscal, financeiro, entre outros. O **participante J** recomenda estimular o aumento da produção local através de uma campanha de incentivo a um maior consumo de produtos locais em alternância ao consumo de produtos importados. Realça ainda o previsível aumento da procura se a situação salarial dos consumidores melhorar, através do desenvolvimento do sector produtivo e criação de emprego e, da riqueza gerada pelo aumento das exportações de produtos produzidos localmente, priorizando os produtos transformados, uma vez que têm maior valor acrescentado e dos serviços turísticos, entre outros. A implementação das recomendações dos **participantes I e J**, pressupõem a existência de lideranças políticas e de administração pública fortes e de continuidade (*“é preciso ter em conta que o desenvolvimento de um país não se esgota com um ou dois mandatos de um governo liderado por este ou aquele partido político”*), de modo que o seguimento, monitorização e a avaliação das diversas componentes sectoriais e globais do plano, sejam feitas e atualizadas periodicamente visando sempre o objetivo preconizado. A recomendação do **entrevistado K**, vai na mesma linha, especificamente, do desenvolvimento estratégico e participativo, para o qual é preciso ter visão do que existe e do que se pretende para STP, num determinado horizonte de tempo. Para o efeito, deve-se proceder ao recenseamento das aspirações dos santomenses no país e na diáspora e elaborar uma estratégia de desenvolvimento com metas realísticas e ações devidamente quantificadas, decorrentes desta estratégia haverá programa de curto, médio e longo prazo onde ficariam espelhadas as ações à serem desenvolvidas pelo sistema de fiscalização e mecanismo de controlo do desempenho destas ações.

CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais constituem o corpo do presente capítulo. Incluem as conclusões retiradas da pesquisa realizada, após a análise e interpretação dos resultados, as principais dificuldades e limitações com que a investigação se deparou no seu desenvolvimento e, as sugestões de pistas para trabalhos futuros sobre a temática estudada.

5.1 Conclusões

Definidos o problema e a questão de investigação implícita, foram formulados os objetivos, geral e específicos, sendo o geral o de identificar soluções concretas e sustentáveis a serem implementadas para diminuir a dependência de STP às ajudas externas.

O desenvolvimento da investigação, para além da aplicação e do aprofundamento dos conhecimentos académicos prévios, possibilitou a aquisição de novos, em particular sobre a dependência económica em países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos. Este conhecimento, complementando o alcançado pelos resultados conseguidos no estudo, possibilita obter as conclusões que seguidamente se apresentam, por objetivo específico.

No que corresponde ao primeiro objetivo específico de *Diagnosticar a situação relativamente à dependência externa, por períodos temporais e sectores* conclui-se ser STP um país fortemente dependente do exterior e que essa dependência, à medida que passam os anos, desde 1975 até ao presente, se tem vindo a agravar, tornando-o cada vez mais dependente da ajuda exterior. As causas apontadas para essa situação de quase total dependência externa foram o êxodo rural, o aumento da preferência da população pelos produtos importados (alimentos), a instabilidade política, a destruição do sector produtivo, a privatizações das empresas e das roças, e a dependência da

monocultura do cacau, sem a conseqüente e desejável criação e distribuição de valor. No que respeita à valorização da dependência económica externa por sectores, conclui-se ser maior na saúde e proteção social (dentro do sector social), no turismo e comércio (no sector produtivo) e no sector das infraestruturas. A educação tem vindo a ser menos dependente face aos programas de formações desenvolvidos nos últimos anos e à criação de algumas universidades e a pesca, artesanal ou semi-industrial apenas depende do exterior no abastecimento dos combustíveis e equipamentos. A água e o saneamento são subsectores com potencial para serem atendidos a nível doméstico, tendo em conta os recursos hídricos disponíveis e os projetos desenhados, havendo necessidade de desenvolver um plano de sustentabilidade como fonte de realimentação. A valorização da dependência económica na governação (finanças, diplomacia, justiça e defesa e segurança) varia, sendo o de justiça considerado o menos dependente. Muitas das intervenções externas no sector da governação são entendidas como condicionalismo normais a um país com dificuldades financeiras e/ou obrigação e exigências impostas pelos parceiros de cooperação e as organizações internacionais.

Identificar a atual situação da alocação dos fundos por horizonte temporal e sector, o segundo objetivo específico, permite concluir terem os fundos sido melhor alocados nos primeiros anos, no período pós-dependência do que nos seguintes. Em particular, a partir de 1990, a instabilidade política verificada, levou a que muitos projetos e programas não tivessem uma boa execução e, à medida que os anos passaram, a gestão dos projetos e dos fundos externos alocados, foi piorando, em todos os sectores que deles beneficiaram.

O terceiro objetivo específico, de *Identificar os sectores que mais contribuem e mais diminuem esta dependência*, levou a conclusão que os sectores de infraestruturas e saúde contribuem mais para a dependência, embora os sectores produtivo, social e de governação também contribuam para a dependência, sendo as ajudas consideradas necessárias em todos os sectores, pelo menos no curto prazo. Apesar do país continuar dependente da ajuda externa, conclui-se haver indícios de soluções internas ao nível da governação (estabilidade política) e do sector produtivo (agricultura) que, a curto e médio prazo, poderão reorganizar a economia e a capacidade interna de produção, ajudando a diminuir essa dependência.

Quanto a *Conhecer os sectores mais promissores para atenuar a dívida externa*, o quarto objetivo específico, estes são quase todos, desde o produtivo ao de governação, passando pelo de infraestruturas e social, desde que o país invista fortemente nesses sectores de modo a que, a médio e longo prazo, possa obter fonte de realimentação das necessidades futuras para pagar as dívidas e poder assegurar o desenvolvimento sustentável. Em particular, o investimento no sector de infraestruturas, é determinante e promissor para facilitar o funcionamento dos demais sectores.

As entrevistas, originaram informação relevante para *Identificar as soluções percebidas como mais promissoras e sustentáveis para diminuir essa ajuda externa e a forma de as implementar*, nas quais se incluem investimentos consideráveis nos sectores chave, como a eletrificação do país, aliada à mudança da energia térmica para a energia renovável, ao melhoramento das infraestruturas, ao fomento de investimentos privados, bem como, à revisão dos quadros legais para atrair os investidores, à transparência na governação, e à reforma da justiça tendo em vista a uma maior eficácia e confiabilidade, apostando na formação dos quadros. A sua implementação passará por elaborar planos de execução, seguimento e avaliação com indicadores, de modo a proceder à monitorização e avaliação periódica das atividades a serem realizadas.

A análise e reflexão da informação primária e secundária, permitiu dar corpo ao sexto objetivo específico, o de *Reconhecer as situações e sectores onde a ajuda externa é indispensável ao país*, sendo estes o sector de infraestruturas, o produtivo, o social e o de governação. É de salientar que, o país precisa de ter uma estratégia abrangente de modo a colocar todos os sectores na referida estratégia de desenvolvimento. O plano passa por obter ajudas externas para todos os sectores, priorizando os mais transversais (infraestruturas e produtivo), de forma a alcançar um progresso sustentável e duradouro.

Finalmente, no que corresponde ao sétimo e último objetivo específico de *Fazer recomendações tendentes a reduzir a dependência externa, a médio e longo prazo*, conclui-se ser de recomendar ao país o desenhar uma estratégia com ações concretas e eventuais acordos partidários para garantir a estabilidade política, para criar condições de investimento nos sectores mais promissores, o produtivo e o de infraestruturas, para reforçar a capacidade dos quadros santomenses principalmente os especialistas de

saúde, para promover iniciativas locais de empreendedorismo, para sensibilizar a população santomense a ter espírito de compromisso e patriotismo e, para repor a ordem do estado, desenvolver o turismo de qualidade e empregar por mérito.

Assim face ao problema inicialmente enunciado *‘identificar as opções possíveis para diminuir a dependência externa e melhorar a balança comercial do país e à questão de investigação colocada ‘Que soluções sustentáveis existem para diminuir a dependência económica externa de STP?’*, a investigação agora concluída foi uma achega para aprofundar a questão da dependência de STP, as suas causas e as possíveis soluções. Podemos assim dizer que o objectivo geral *‘identificar soluções concretas e sustentáveis a serem implementadas para diminuir a dependência de STP às ajudas externas’* foi plenamente atingido, ressalvando que não existe uma solução mágica para a dependência e sustentabilidade de STP, mas que o primeiro passo para qualquer solução é uma tomada de consciência individual e colectiva das questões reais que se colocam à geração actual e às gerações vindouras.

5.2 Dificuldades e Limitações do Estudo

No desenvolvimento da investigação foram notadas certas limitações e dificuldades que seguidamente são apresentadas.

O acesso à informação, seja de repositórios digitais de teses, dissertações e outras publicações, seja de bases de dados científicos, assim como, sobre os dados da dependência económica de STP, foi uma das primeiras dificuldades. Embora esses dados existam e sejam disponibilizados às instituições internacionais, em termos agregados, é difícil conseguir a sua disponibilização por setores de atividade diferentes horizontes temporais, mesmo garantindo que serão usados para fins académicos. Quanto a estudos científicos e trabalhos académicos realizados sobre esta temática são exíguos ou mesmo inexistentes.

Outra limitação diz respeito ao número de entrevistados no estudo, que se considera reduzido apesar do esforço realizado para conseguir um número de participantes maior e mais diversificado. Esta dificuldade resulta do facto de muitos dos interpelados não terem manifestado concordância em participar na pesquisa, provavelmente por receio

face à inexperiência e falta de familiaridade com a investigação em STP, por falta de tempo ou por desinteresse ou desconhecimento.

Ainda a relatar a limitação relativa à metodologia de investigação qualitativa, mais subjetiva e dependente do investigador do que a quantitativa e não permitindo a generalização das conclusões.

5.3 Recomendações para Trabalhos Futuros

Realizada a investigação, precursora e exploratório em STP, ficam sinais que oferecem ideias para os seguintes estudos futuros:

- Aprofundar a presente investigação, para detalhar alguns dos tópicos abordados, nomeadamente, os relacionados com os níveis de consumo interno e a avaliação do potencial de abastecimento interno para reduzir a dependência; ao levantamento das necessidades de investimento por sector económico; passando pela motivação e produtividade dos quadros públicos santomenses e, pela planificação do sector da saúde, de modo a dar maior consistência às conclusões encontradas;
- Quantificar as soluções encontradas e o seu impacto para a sustentabilidade económica de STP;
- Avaliar a gestão dos fundos externos em STP e os projetos e programas implementados em termos de custo e benefício; e,
- Identificar os fatores económicos essenciais ou determinantes do equilíbrio estabilidade política versus desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- África Turismo (2018). Mapa de Sao Tome e Príncipe. Disponível em <http://www.africaturismo.com/mapas/tome-principe.htm> (Consulta em 5 de janeiro de 2020).
- Agbebi, M. & Virtanen, P. (2017). DEpendency Theory – A Conceptual Lens to Understand China’s Presence in Africa? *Forum for Development Studies*, Vol. 44(3): 429-451, Jan. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/08039410.2017.1281161?casa_tok=en=-Y8ULHEqGDAAAAA%3A444tpVP2i4x-JBQVgWmXB7hpZC9gd7RG1D1gAcbN7bwtqrgRkvvBMSbp-03_w9oylQ7N9Oz8KIE-N&journalCode=sfds20 (Consulta em 7/1/ 2020).
- Alves L. (2018), A política Externa (in)dependente em três tempos: Autonomia e Crise nos Governos Quadros/Goulart, Geisel e Lula/Rousseff. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional do Instituto de Economia da Universidade Federal, Rio de Janeiro, Brasil.
- Amin, S. (2017). A Dependency Pionner. In Kufakurinani, U., Kvangraven, I. H., Santana, F. & Styve, M. D. (Eds) *Dialogues on Development. Vol. 1 Dependency*, pp- 12-17. Economic Development Working Group of the Young Scholars Initiative (YSI) of the Institute for New Economic Thinking, Disponível em: <https://www.ineteconomics.org/uploads/downloads/Dependency-Theory-e-Book-Comp.pdf> (Consulta em 14 de dezembro de 2019).
- Anjos, N. (2019). *Barreiras de Produção de Baunilha em São Tomé e Príncipe*. (Dissertação de Mestrado em Economia e Gestão Aplicadas, especialização em Agronegócio), Universidade de Évora, Portugal. <http://hdl.handle.net/10174/26564>.
- Ates, H., Es, M. & Bayraktar, Y. (2005). Dependency Theory: Still an appropriate tool for understanding the political economy of the middle east? *Ataturk University Journal of Economics and Administrative Sciences*, 19(2), 247-262.

- Banco Mundial (2020). O Banco Mundial em São Tomé e Príncipe. São Tomé e Príncipe: aspectos gerais. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/saotome/overview> (Consulta em 14 de setembro de 2020).
- Barbosa A. (2012). A relação e a Comunicação Interpessoais entre o Supervisor Pedagógico e o Aluno Estagiário, um Estudo de Caso, Escola Superior de Educação João de Deus, Mestrado em Ciências da Educação: especialidade em Supervisão Pedagógica.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Barroso, L. & Afonso, C. (2013). Metodologia de Investigação. Disponível em: https://www.academia.edu/7595422/Notas_sobre_Metodologia_de_Investiga%C3%A7%C3%A3o (Consulta em 14 de dezembro de 2019).
- Batista, R. M. A. (2016). *São Tomé e Príncipe, Compromissos e Parcerias no Contexto da Segurança Marítima no Golfo da Guiné* (Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. <http://hdl.handle.net/10362/23508>.
- Bento A. (2012). Como fazer uma revisão da literatura: considerações teóricas e práticas. Disponível em: <http://www3.uma.pt/bento/Repositorio/Revisaodaliteratura.pdf> (Consulta em 28 dezembro de 2019).
- Bonfim, F. (2013). Sector agrícola e perspetiva de desenvolvimento em São Tomé e Príncipe. Fórum dos economistas de São Tomé e Príncipe. Disponível em: [file:///Users/raquellucas/Downloads/undp_st_RappF.econ\(pt\).pdf](file:///Users/raquellucas/Downloads/undp_st_RappF.econ(pt).pdf) (Consulta em 20/12/ 2019).
- Carmo, H. & Ferreira, M. (2008). *Metodologia da Investigação – Guia para Auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Clapham, C. (2018). The Ethiopian Developmental State. *Third World Quarterly*, Vol. 39 (6): 1151-1165, Special Issue Development states beyond East Asia. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01436597.2017.1328982> (Consulta em 6/1/2020).

- Conforto, E. C., Amaral, D. C., & Silva, L. (2011). Roteiro para revisão bibliográfica sistemática: Aplicação no desenvolvimento de productos e gerenciamento de projetos. In Instituto de Gestão de Desenvolvimento do Produto, Congresso Brasileiro de Gestão de Desenvolvimento de Produto—CBGDP (12 p.). Porto Alegre: IBGDP. Disponível em: [https://www.scirp.org/\(S\(i43dyn45teexjx455qlt3d2q\)\)/reference/ReferencesPapers.aspx?ReferenceID=1977953](https://www.scirp.org/(S(i43dyn45teexjx455qlt3d2q))/reference/ReferencesPapers.aspx?ReferenceID=1977953) (Consulta em 6/1/2020).
- Cruz, E. N. M. V. (2019). *Renovação e Ampliação do Aeroporto Internacional de São Tomé e Príncipe* (Dissertação de Mestrado em Arquitetura). Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal. Disponível em: https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/8645/1/6984_14799.pdf (Consulta em 6/1/2020).
- Dietz, J. L. (2016). Dependency Theory: A Review Article. *Journal of Economic Issues*, Vol. 14(3): 751-758. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00213624.1980.11503774> (Consulta em 6/1/2020).
- Estevão, A. R. (2017). *São Tomé e Príncipe : um novo olhar, um novo traço, novas vivências : regeneração Roça Água-Izé* (Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura), Universidade de Lisboa, Faculdade de Arquitetura, Lisboa. <http://hdl.handle.net/10400.5/13898>.
- Ferraro, V. (2008). Dependency theory: An introduction. In S. Giorgio (Ed.), *The development economics reader* (pp. 58-64). London: Routledge. Disponível em: [https://www.scirp.org/\(S\(351jmbntvnsjt1aadkposzje\)\)/reference/ReferencesPapers.aspx?ReferenceID=445253](https://www.scirp.org/(S(351jmbntvnsjt1aadkposzje))/reference/ReferencesPapers.aspx?ReferenceID=445253) (Consulta em 26/11/2019).
- Gil, A.C. (2010). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª Edição. São Paulo. Atlas.
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2015). Informações Estatísticas. Disponível em: <https://www.ine.st/> (Consulta em 6/11/2019).
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2019). Informações Estatísticas. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/saotome/overview> (Consulta em 6/06/2019).

- Jackson J., Better N. & Boroh, S. (2016). Dependency and Third World Underdevelopment: Examining Production-Consumption Disarticulation in Nigeria. *An International Multi-disciplinary Journal*, Ethiopia Vol. 10(5), Serial No.44. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/308902921_Dependency_and_Third_World_Underdevelopment_Examining_Production_Consumption_Disarticulation_in_Nigeria (acesso em 6/11/2019).
- Kelter K. (2018). Development in Tanzania: From Foreign Aid Dependency to Impact Investment, Trinity College, Hartford Connecticut, kkelter@trincoll.edu, Spring 2018, Trinity College Digital Repository, Senior Theses and Projects, students books.
- Lakatos, E. M. & Marcono, M. A. (2011). *Metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Atlas.
- Lall. S. (1975). Is 'Dependence' a Useful Concept in Analysing Underdevelopment? *World Development*, Vol. 3, Nos. 11 & 12, pp. 799-810. Pergamon Press. Printed in Great Britain, Oxford University, Business Institute of Economics and Statistics.
- Levy, Y. & Ellis, T. J. (2006). Towards a Framework of Literature Review Process in Support of Information Systems Research. *Informing Science* 9(8):171–181.
- Malhotra, N. (2012). *Pesquisa de Marketing. Uma orientação aplicada*, 6ª ed., Bookman.
- Martins C. (2004). Dependência e Desenvolvimento no Moderno Sistema Mundial, Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales, Bueno Aires, CLACSO. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/becas/20140310040949/DaRosaMartins.pdf> (Consulta em 6/11/2019).
- Minayo. M. C. S. & Costa, A. P. (2018). Fundamentos Teóricos das Técnicas de Investigação Qualitativa. *Revista Lusófona de Educação*, 40:139-153. <http://orcid.org/0000-0002-4644-5879>.
- Motolani, A. & Petri, V. (2017). Dependency Theory – A Conceptual Lens to Understand China's Presence in Africa? *Forum for Development Studies*, 44(3): 429-451, DOI:10.1080/08039410.2017.1281161. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/08039410.2017.1281161?casa_token=-Y8ULHEqGDAAAAA:44tpVP2i4x-

JBQVgWmXB7hpZC9gd7RG1D1gAcbN7bwtqrgRkvvBMSbp-03_w9oylQ7N9Oz8KIE-N

(Consulta em 28/12/2019).

Moura, G. (2015). *Manual Técnico de Metodologia Científica: como desenvolver pesquisas e redigir trabalhos em cursos de graduação e pós-graduação*. Fatec, Centro Paula Sousa, Governo de São Paulo.

Murshed, M. & Khanaum, M. (2014). Impact of Foreign Aid in the Economic Development of Recipient Country, *Journal of the Bangladesh Association of Young Researchers* (JBAYR): Volume 2, Number 1.

Namkoong, Y. (1999). Dependency Theory: Concepts, Classifications, and Criticisms. *International Area Studies Review* (IASR), Vol 2 (1): March. <https://doi.org/10.1177/223386599900200106>.

Nascimento D. (2018). Política Externa Brasileira (PEB) nos BRICS: entre a Autonomia Política e a Dependência Económica, Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais. Tese de Doutoramento em Ciência Política, especialidade de Relações Internacionais. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/35196> (Consulta em 6/11/2019).

Nascimento, K. Q. (2019). *Implementação das Estufas Agrícolas em São Tomé e Príncipe (STP) - Impacto Social e Económico nas Comunidades Rurais* (Trabalho de Projeto do Mestrado em Economia e Gestão Aplicadas, especialização em Agronegócio), Universidade de Évora, Portugal. <http://hdl.handle.net/10174/26209>.

Nordhaus S. (1999). *Economia*. 16ª edição, McGraw-Hill, Portugal.

Noronha, L. (2016). O Turismo em São Tomé e Príncipe é realidade ou utopia? *Jornal Digital Telá Nón*. Disponível em: <https://www.telanon.info/suplemento/opiniao/2016/05/09/21786/o-turismo-em-sao-tome-e-principe-e-realidade-ou-utopia/> (Consulta em 02/11/2019).

Oliveira C. (2008). Um apanhado Teórico-Conceitual Sobre a Pesquisa Qualitativa: Tipos, Técnicas e Características. *Revista Travessias*, 2(3). Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3122/2459> (Consulta em 3/12/2019).

ONU – Organização das Nações Unidas (2017). Plano Quadro das Nações Unidas para a Assistência ao Desenvolvimento na Ótica de um Desenvolvimento Equitativo, Inclusivo e Sustentável em São Tomé e Príncipe-UNDAF 2017-2021. Disponível em: https://www.undp.org/content/dam/sao_tome_and_principe/docs/Publication/undp_st_UNDAF%20S%C3%A3o%20Tom%C3%A9%20Pr%C3%ADncipe_2021_Final_pt.pdf (Consulta em 3/10/ 2019).

Orlandi, F. (2011). *Cadeia de Valores do Cacau em São Tomé e Príncipe* (Dissertação de Mestrado em Engenharia Alimentar), Instituto de Agronomia Universidade Técnica de Lisboa. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/4172/1/Tese.pdf> (Consulta em 3/10/ 2019).

Pinto, I., Campos, J. G. & Siqueira, C. (2018). Investigação Qualitativa: Perspetiva Geral e Importância para as Ciências da Nutrição, Acta da Associação Portuguesa de Nutrição, Nº 14, Porto. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2183-59852018000300006 (Consulta em 4 dezembro de 2019).

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento São Tomé e Príncipe (2016). Reforço das capacidades das comunidades rurais para a adaptação aos efeitos às mudanças climáticas em São Tomé e Príncipe nos distritos de Cauê, Me-Zochi, Príncipe, Lembá, Cantagalo e Lobata (Cmplcl).

Prazeres, I. (2018). *Estratégia de Marketing e Criação de Valor do Cacau Biológico de São Tomé e Príncipe no Mercado Internacional*. Dissertação de Mestrado em Gestão, especialização em Marketing, Universidade de Évora. Disponível em: <http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/25358> (Consulta em 12 de Junho de 2019).

Quivy, R. & Campenheoutd, I. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Gradiva, Lisboa.

Salvador, J. (2019). *Estudo de mercado do café biológico em São Tomé e Príncipe*. Dissertação de Mestrado em Economia e Gestão Aplicadas, especialização em

- Agronegócio, Universidade de Évora. Disponível em: <http://rdpc.uevora.pt/handle/10174/26059> (Consulta em 12 de Outubro de 2019).
- Samans, R., Blamke, J., Hanouz, M. & Corrigan, G. (2017). The Inclusive Growth and Development Report 2017; Insight Report, World Economic Forum, Committed to improving the State of the World. Disponível em: http://www3.weforum.org/docs/WEF_Forum_IncGrwth_2017.pdf (Consulta em 28 dezembro de 2019).
- Santos S. (1999). Métodos Qualitativos e Quantitativos na pesquisa biomédica, Sociedade Brasileira de Pediatria, *Jornal de Pediatria*, 75(6):401-406. Disponível em: <http://www.jped.com.br/conteudo/99-75-06-401/port.pdf> (Consulta em 28 dezembro de 2019).
- Santos L.F. A. (2006). Apostila Metodologia da Pesquisa Científica II, Faculdade Metodista de Itapeva, Brasil. Disponível em: https://www.academia.edu/9596249/Faculdade_Metodista_de_Itapeva_APOSTILA_METODOLOGIA_DA_PESQUISA_CIENT%3%8DFICA_II (Consulta em 28 dezembro de 2019).
- Shareia, B. (2015). Theories of Development, Department of Accounting. Faculty of Economics, University of Benghazi, Libya;
- STP Digital (2012). Geografia. Disponível em: <https://stpdigital.net/2012/01/04/geografia/> (consulta em 3 de outubro 2019).
- Step In London, (2015). S. Tomé e Príncipe International Conference. Disponível em: <http://www.saotomeislands.com/docs/STeP-IN-LONDON-Book-International-Conference-2015.pdf> (Consulta em 3/10/2019).
- Tiny, G. M. E. S. (2020). *A Cultura Do Abacaxi Como Uma Nova Opção de Actividade Económica Para São Tomé e Príncipe, Região São Tomé (Mesquita Distrito de Lobata)* (Dissertação de Mestrado em Economia e Gestão Aplicadas, especialização em Agronegócio), Universidade de Évora, Portugal. <http://hdl.handle.net/10174/28084>.
- UA, U. (2017). Foreign Aid and African Development: Lessons from Nigeria. *Journal of Political Sciences & Public Affairs*, 5(3): 1000274. DOI: 10.4172/2332-0761.1000274.

Uche, L. (1994). Some reflections on the dependency theory. *African Media Review* Vol.8 No.2. Disponível em: http://pdfproc.lib.msu.edu/?file=/DMC/AfricanJournals/pdfs/africa_media_review/vol8no2/jamr008002006.pdf (Consulta em 4 dezembro de 2019).

Vergara, S. C. (2006). *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas.

Zaman, S. & Yaseen, M. (2017). Dependency theory and its analyzes in the context of Pakistan. *International Research Journal*, Vol. 6(6): 25-31, June, International Science Community Association. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/209f/47cfc508c3fbfa332f82ae81e2389c311542.pdf> (Consulta em 20/12/ 2019).

GUIÃO DA ENTREVISTA A ESPECIALISTAS E|OU ACTORES CHAVE

IDENTIFICAR SOLUÇÕES PARA DIMINUIR A DEPENDÊNCIA ECONÓMICA EXTERNA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Investigação realizada no âmbito da dissertação do Mestrado em Economia e Gestão Aplicadas, especialização em Economia e Gestão para Negócios - Universidade de Évora

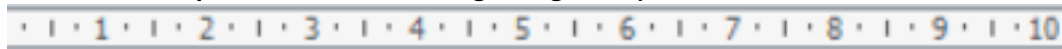
Por dependência económica entende-se a incapacidade de STP controlar os seus processos produtivos e depender da ajuda externa para regular o seu crescimento/desenvolvimento

SECÇÃO 1. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

- 1.1 Organização: _____
 1.2 Função: _____
 1.3 Tempo de permanência na atual função: _____
 1.4 Idade: _____
 1.5 Sexo: _____
 1.6 Habilitações literárias: _____
 1.7 Área de formação: _____

SECÇÃO 2. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DE DEPENDÊNCIA ECONÓMICA EXTERNA

Utilize nas suas respostas os valores da régua seguinte (0= valor mínimo e 10= valor máximo):



2.1 Como valoriza a situação de dependência económica externa de STP

2.1.1 de 1975 a 2000?

Valor atribuído: _____

Justificação _____

2.1.2 de 2000 a 2020?

Valor atribuído: _____

Justificação _____

2.1.3 previsão para depois de 2020?

Valor atribuído: _____

Justificação _____

2.2 Como valoriza a situação de dependência económica externa por sectores

2.2.1 Social ?

Valor atribuído: _____

Justificação _____

Educação?

Valor atribuído: _____

Justificação _____

Proteção Social

Valor atribuído: _____

Justificação _____

Saúde?

Valor atribuído: _____

Justificação _____

2.2.2 Produtivo

Valor atribuído: _____

Justificação _____

Agricultura

Valor atribuído: _____

Justificação _____

Pesca?

Valor atribuído: _____

Justificação _____

Indústria?

Valor atribuído: _____

Justificação _____

Comércio?

Valor atribuído: _____

Justificação _____

Turismo

Valor atribuído: _____

Justificação _____

2.2.3 Infraestruturas?

Valor atribuído: _____

Justificação _____

Transporte

Valor atribuído: _____

Justificação _____

Energia?

Valor atribuído: _____

Justificação _____

Água e Saneamento

Valor atribuído: _____

Justificação _____

2.2.4 Governação?

Valor atribuído: _____

Justificação _____

Justiça?

Valor atribuído: _____

Justificação _____

Finanças?

Valor atribuído: _____

Justificação _____

Defesa e Segurança?

Valor atribuído: _____

Justificação _____

Diplomacia?

Valor atribuído: _____

Justificação _____

2.2.5 Ambiente?

Valor atribuído: _____

Justificação _____

Adaptação às Mudanças Climáticas Valor atribuído: _____
Justificação _____

Outra? Valor atribuído: _____
Justificação _____

2.3. Como valoriza a alocação interna dos fundos externos para atenuar a dependência

2.3.1 de 1975 a 2000? Valor atribuído: _____
Justificação _____

2.3.2 de 2000 a 2020? Valor atribuído: _____
Justificação _____

2.3.3 previsão para depois de 2020? Valor atribuído: _____
Justificação _____

2.4 Como valoriza os programas de ajuda externa para a redução da dependência

2.4.1 Social

Social/Educação?

Bolsas de Estudos? Valor atribuído: _____

Construção e reabilitação das infraestruturas escolares? Valor atribuído: _____

Social/Saúde?

Prevenção e combate à HIV-SIDA IST? Valor atribuído: _____

Luta contra o paludismo? Valor atribuído: _____

Saúde da Mulher e Materno Infantil? Valor atribuído: _____

Saúde Reprodutiva? Valor atribuído: _____

Assistência Médica e Medicamentos | Sistema Único de Saúde? Valor atribuído: _____ ; _____

Assistência Médica no Exterior? Valor atribuído: _____

Construção, reabilitação e apetrechamento de Infraestruturas de Saúde? Valor atribuído: _____

2.4.2 Produtivo

Produtivo/Agricultura

Promoção da produção e diversificação agrícola? Valor atribuído: _____

Promoção da produção animal? Valor atribuído: _____

Desenvolvimento agroindustrial? Valor atribuído: _____

Agricultura familiar? Valor atribuído: _____

Desenvolvimento regional e ordenamento territorial rural? Valor atribuído: _____

Fortalecimento institucional e apoio para o desenvolvimento rural? Valor atribuído: _____

Reabilitação das infraestruturas de apoio a segurança alimentar? Valor atribuído: _____

Projeto de desenvolvimento de suinicultura? Valor atribuído: _____

Projeto de abastecimento de insumos agrícolas? Valor atribuído: _____

Gestão sustentável dos recursos florestais? Valor atribuído: _____

Produtivo/Pesca?

Projeto de desenvolvimento de aquicultura? Valor atribuído: _____

Promoção e desenvolvimento das pescas? Valor atribuído: _____

2.4.3 Infraestruturas

Infraestruturas/Água e Saneamento

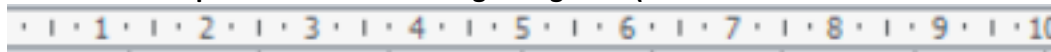
Expansão da capacidade de geração de energia elétrica?	Valor atribuído: _____
Expansão da capacidade de distribuição de energia elétrica?	Valor atribuído: _____
Transporte e comunicações?	Valor atribuído: _____
Transporte rodoviário?	Valor atribuído: _____
Requalificação e construção de troço de estrada?	Valor atribuído: _____
Construção e reabilitação do sistema viário?	Valor atribuído: _____
Gestão da política de transporte e comunicação?	Valor atribuído: _____
Transporte marítimo?	Valor atribuído: _____
Construção, modernização e reabilitação das infraestruturas do transporte marítimo?	Valor atribuído: _____
Transporte Aéreo?	Valor atribuído: _____
Construção, modernização e reabilitação das infraestruturas de transporte Aeroportuárias?	Valor atribuído: _____

2.4.4 Governação?

Aquisição de meios rolantes?	Valor atribuído: _____
Reforma legislativa/atualização dos diplomas?	Valor atribuído: _____
Combate a violência baseada no género?	Valor atribuído: _____
Programa de reforma da justiça?	Valor atribuído: _____
Proteção social?	Valor atribuído: _____
Apoio a integração social dos grupos mais carenciados?	Valor atribuído: _____
Construção de casas sociais?	Valor atribuído: _____

SECÇÃO 3. SOLUÇÕES PARA DIMINUIR A DEPENDÊNCIA ECONÓMICA EXTERNA

Utilize nas suas respostas os valores da régua seguinte (0= valor mínimo e 10= valor máximo):



3.1 Que sectores considera serem mais promissores no presente e futuro para atenuar a dependência externa

3.1.1 Social?	Valor atribuído: _____
3.1.2 Produtivo?	Valor atribuído: _____
3.1.3 Infraestruturas?	Valor atribuído: _____
3.1.4 Governação?	Valor atribuído: _____
3.1.5 Ambiente?	Valor atribuído: _____

3.2 Que sectores considera não terem necessidade da ajuda externa

3.2.1 Social?	Valor atribuído: _____
3.2.2 Produtivo?	Valor atribuído: _____
3.2.3 Infraestruturas?	Valor atribuído: _____
3.2.4 Governação?	Valor atribuído: _____
3.2.5 Ambiente?	Valor atribuído: _____

3.3 Que sectores considera terem necessidade absoluta/imperativa da ajuda externa

3.3.1 Social?	Valor atribuído: _____
3.3.2 Produtivo?	Valor atribuído: _____
3.3.3 Infraestruturas?	Valor atribuído: _____

3.3.4 Governança?

Valor atribuído: _____

3.3.5 Ambiente?

Valor atribuído: _____

3.4 Que soluções considera serem mais promissoras para atenuar a dependência externa no curto prazo, como valoriza as suas prioridades e a forma de as implementar (0=prioridade mínima e 10= prioridade máxima):

3.4.1 Solução 1? _____
Valor de prioridade atribuído: _____

Forma de a Implementar: _____

3.4.2 Solução 2? _____
Valor de prioridade atribuído: _____

Forma de a Implementar: _____

3.4.3 Solução 3? _____
Valor de prioridade atribuído: _____

Forma de a Implementar: _____

3.4.4 Solução 4? _____
Valor de prioridade atribuído: _____

Forma de a Implementar: _____

3.4.5 Solução 5? _____
Valor de prioridade atribuído: _____

Forma de a Implementar: _____

3.5 Que soluções considera serem mais sustentáveis para atenuar a dependência externa no Longo prazo, como valoriza as suas prioridades e a forma de as implementar (0=prioridade mínima e 10= prioridade máxima):

3.5.1 Solução 1? _____
Valor de prioridade atribuído: _____

Forma de a Implementar: _____

3.5.2 Solução 2? _____
Valor de prioridade atribuído: _____

Forma de a Implementar: _____

3.5.3 Solução 3? _____
Valor de prioridade atribuído: _____

Forma de a Implementar: _____

3.5.4 Solução 4? _____
Valor de prioridade atribuído: _____

Forma de a Implementar: _____

3.5.5 Solução 5? _____

Valor de prioridade atribuído: _____

Forma de a Implementar: _____

3.6 Que recomendações faria para as soluções apresentadas para reduzir a dependência externa, como valoriza as suas prioridades e a forma de as implementar (0=prioridade mínima e 10= prioridade máxima):

3.6.1 Recomendação 1? _____

Valor de prioridade atribuído: _____

Forma de a Implementar: _____

MP ou LP? _____

3.6.2 Recomendação 2? _____

Valor de prioridade atribuído: _____

Forma de a Implementar: _____

MP ou LP? _____

3.6.3 Recomendação 3? _____

Valor de prioridade atribuído: _____

Forma de a Implementar: _____

MP ou LP? _____

3.6.4 Recomendação 4? _____

Valor de prioridade atribuído: _____

Forma de a Implementar: _____

MP ou LP? _____

3.6.5 Recomendação 5? _____

Valor de prioridade atribuído: _____

Forma de a Implementar: _____

MP ou LP? _____